



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA**

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS  
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

---

**Cátia Regina Calegari Dalmolin**

**Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo  
em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942.**

**Passo Fundo, Novembro de 2006.**

Cátia Regina Calegari Dalmolin

**Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo  
em Santa Maria, 18 de agosto de 1942.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do prof. Dr. Mário Maestri.

Passo Fundo

2006

|       |  |
|-------|--|
| D148e | Dalmolin, Cátia Regina Calegari<br>Em nome da Pátria : as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942 / Cátia Regina Calegari Dalmolin; orientador Mário Maestri. – Passo Fundo: A Autora, 2006.<br>184 f.<br><br>Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2006.<br><br>1. Santa Maria - história 2. Santa Maria – Segunda Guerra I. Maestri, Mário, orientador II. Título<br><br>CDU 94(816.5) |
|-------|--|

Ficha catalográfica elaborada por  
Eunice de Olivera CRB – 10/1491

Aos meus pais, Zulmiro e Fátima.

## **Agradecimentos**

“Apreendi assim que cada livro, tem uma individualidade, como as pessoas, uma certa espécie de alma e a capacidade de comunicar-se com os homens. Em suma, não se trata apenas de papel impresso.”

*Um certo Henrique Bertaso, Érico Veríssimo, 1972.*

Tomo de empréstimo as palavras de Érico Veríssimo para exemplificar o quanto cada pessoa foi importante durante a trajetória desta pesquisa, que iniciou em 1997 e não se conclui aqui. Cada um tem sua particularidade nesse caminho que felizmente não foi só meu. Assim, conheci muitas pessoas que foram importantes para meu amadurecimento intelectual. Nominar todas seria uma tarefa quase impossível.

Primeiramente devo agradecer à disponibilidade e atenção do Prof. dr. Mario Maestri, que sempre acreditou em minha pesquisa e capacidade, fazendo-me ver novos horizontes com relação à temática em questão. Uma tarefa nada fácil. Muito obrigado!

A PPGH - UPF e o financiamento da Capes que possibilitou a realização do mestrado.

Meus pais, Zulmiro e Fátima, foram essenciais nesse processo, pois sem seu apoio, certamente não teria chegado até aqui.

Não posso deixar de agradecer o carinho e a atenção especial dedicados a este trabalho, com inúmeras leituras, questionamentos e confecção de mapas de Mario Luiz Trevisan.

Aos depoentes-confidentes, que contaram suas histórias de vida. Alguns não se encontram mais entre nós: Abdo Achutti Motecy, Alfredo e Placidia Segabinazzi; América Achutti Trevisan, coronel Silveirinha, José Brenner, Maria Iop Druzian, Nelson Borin, Newton Guerino, padre Dorvalino Rubin, padre Luiz Sponchiado, Severino Belinasso e Vitório Manoel Pozzobon.

Aos colegas do Departamento de História da UFSM, pelo apoio, sugestões, leituras e acolhida de sempre: prof. Júlio Quevedo e prof. Vitor Biasoli. Aos alunos de história que, de uma forma ou de outra, sempre colaboraram para a formulação de novos questionamentos.

Aos amigos que sempre colaboraram com empréstimo de material, leituras, indicações de fontes e com companheirismo: Guilherme Schimit, Kitta Tonetto, Leandro Daronco, Nádia Nunes, Rondon de Castro e Simone Miolo Rezende.

Finalmente, um agradecimento especial aos atendentes dos arquivos pelos quais obtive valiosas informações.

“Penso nos gestos esquecidos, nas palavras dos avós, pouco a pouco perdidos, não herdados, caídos um atrás do outro da árvore do tempo como as palavras perdidas na infância, ouvidas pela última vez na boca dos velhos que iam morrendo. Penso nesses objetos, nessas caixas, nesses utensílios que aparecem às vezes em galpões, cozinhas ou esconderijos, e cujo uso já ninguém é capaz de explicar. Vaidade de crer que compreendemos as obras do tempo: o tempo enterra seus mortos e guarda as chaves. Somente nos sonhos, na poesia, aproximamo-nos às vezes do que fomos antes de ser isto que ninguém sabe se somos.”

Júlio Cortazar, *O jogo da amarelinha*, 1963.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura nº 1 – Mapa da localização do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul ...  | 29  |
| Figura nº 2 - Mapa de Santa Maria atual e imediações.....   | 30  |
| Figura nº 3 – Mapa da malha ferroviária do RS. Situação em 1920.....  | 49  |
| Figura nº 4 - Mapa dos aspectos histórico-geográficos do município de Santa Maria em relação ao Estado do Rio Grande do Sul ..... | 55  |
| Figura nº 5 – Passagem do presidente Getúlio Vargas na cidade de Santa Maria em 1950. ....  | 72  |
| Figura nº 6 – Casamento integralista realizado na cidade de Nova Palma. ....  | 85  |
| Figura nº 7 - “Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani” [Silveira Martins].....                         | 113 |
| Figura nº 8 - “Società Italiana di Mutuo Soccorso” [Santa Maria].....   | 115 |
| Figura nº 9 - Vila de São Marcos [Santa Maria].....   | 117 |
| Figura nº 10 - Monumento aos italianos que morreram na guerra colonial da Líbia [vila de São Marcos, Santa Maria].....            | 118 |
| Figura nº 11- Mapa dos principais locais envolvidos no episódio de 18 de agosto de 1942 [Santa Maria] .....                       | 132 |
| Figura nº 12- Armazém dos Irmãos Borin no bairro Itararé.....   | 136 |
| Figura nº 13 - Armazém dos Irmãos Borin.....  | 136 |
| Figura nº 14- Rótulo de balas produzidas pela empresa Weissheimer e Irmão.....  | 147 |



## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela nº 1- Movimentação de passageiros e mercadorias da Viação Férrea de Santa Maria de 1907 a 1913 .....  | 51  |
| Tabela nº 2 - Características gerais de organização e movimento de empresas e estabelecimentos industriais, segundo os municípios. [Santa Maria] ..... | 152 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico nº 1 - Evolução da população santa-mariense segundo os viajantes .....              | 59  |
| Gráfico nº 2- Estrangeiros segundo as principais nacionalidades .....                       | 95  |
| Gráfico nº 3 - Brasileiros naturalizados segundo os principais países de naturalidade ..... | 96  |
| Gráfico nº 4 - Pessoas que não falam o português habitualmente no lar .....                 | 101 |

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADM: Ala Democrática da Mocidade

AGA: Ateneu Graça Aranha

AIB: Ação Integralista Brasileira

AL: Aliança Liberal

ANL: Ação Nacional Libertadora

CAL: Centro de Artes e Letras

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

LDN: Liga de Defesa Nacional

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

RS: Rio Grande do Sul

PRP: Partido de Representação Popular

PSD: Partido Social Democrata

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

VFRGS: Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

YAC OU JAC: Associação Judaica de Colonização

## RESUMO

Agosto de 1942, navios mercantes brasileiros foram afundados no litoral do Brasil, pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão) provocando cerca de 600 mortes. Uma onda de revolta e indignação tomou conta do país. Em Santa Maria, o *Ateneu Graça Aranha*, a *Ala Democrática da Mocidade*, os políticos e a classe ferroviária, promoveram no largo da viação férrea, um “comício-monstro da brasilidade” que acabou tomando as principais ruas da cidade. O jornal *A Razão*, de 18 de agosto de 1942 noticiou que a população santamariense viveu momentos de exaltação patriótica, exteriorizando e protestando publicamente contra as agressões dos países do Eixo. Essas calorosas manifestações acabaram em saques e quebra-quebras a estabelecimentos de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros. Em seguida os “estrangeiros” eram obrigados a publicar no jornal local, os pedidos “ao povo de Santa Maria”, onde utilizavam uma retórica patriótica para explicar que eram brasileiros e assim tentar evitar novas represálias.

Palavras-chave: Santa Maria, italianos, integralismo, comunismo, depredações.

## ABSTRACT

August of 1942 mercant ships were plummeted in Brazilian seacoast by the axis (Germany, Italy and Japan) by provoking about 600 deaths. Feelings of revolt and indignation were widened in the country. In Santa Maria city, *Ateneu Graça Aranha, The Democratic Youth Space*, the politicians and the railway class promoted a “monster-meeting of brasility” in the shore of railway, which were widened along with the main streets of the city. On August 18<sup>th</sup>, 1942 A Razão Newspaper reported that the population from Santa Maria had lived patriotic exaltation moments by showing off and protesting openly aversion against the aggression from the Axis countries. These strong manifestations ended up with sacks and confusion to German-Brazilian and Italian-Brazilian places. Afterwards the “foreigners” were obligated to publish a local newspaper; the orders to “people from Santa Maria” in which they used a patriotic rethoric to explain that they were brazilian and with that to try avoiding new conflicts.

Key-words: Santa Maria – Italians – Integralism – Comunism - Depredation

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 15  |
| CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE SANTA MARIA.....   | 26  |
| CAPÍTULO 2 - CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL,<br>NACIONAL E REGIONAL.....  | 60  |
| CAPÍTULO 3 - NACIONALIZAÇÃO E SEGUNDA GUERRA: EPISÓDIOS.....   | 92  |
| CAPÍTULO 4 - EM NOME DA PÁTRIA – AS MANIFESTAÇÕES<br>CONTRA O EIXO EM SANTA MARIA, NO DIA 18 DE AGOSTO DE 1942 ..... | 124 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 154 |
| CRONOLOGIA .....   | 161 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 166 |
| FONTES DOCUMENTAIS .....   | 178 |

## INTRODUÇÃO

### Considerações iniciais

O presente trabalho, “Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942”, encontra-se inserido na linha de pesquisa Processos de Ocupação do Espaço e Movimentos Sociais, do programa de pós-graduação em História, da UPF.

O recorte espacial é feito a partir das antigas delimitações geográficas do município de Santa Maria, ao qual pertencia, entre outros, o atual município de Silveira Martins, região de estabelecimento de imigrantes italianos que chegaram à região central do RS a partir de 1877. A preocupação da interligação, com um contexto mais amplo, no caso nacional e internacional, foi uma constante no trabalho.

Em “História e região: reconhecendo e construindo espaços”, Janaína Amado explica que “o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional [...] a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.”<sup>1</sup> Para Ana Reckziegel, em “História Regional: dimensões teórico-conceituais”, “a região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite

---

<sup>1</sup> AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In.: SILVA, Marcos A. (coord). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 12-13.

diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém.”<sup>2</sup>

Pretende-se, com esta pesquisa, colaborar na produção e divulgação do conhecimento histórico a partir da concepção da História Regional e Política, apresentando uma pesquisa sobre a ocupação territorial de Santa Maria e seus movimentos sociais, desde a formação da localidade levando em consideração os aspectos demográficos, étnicos, políticos, culturais, sociais e econômicos do município em questão. O momento ápice dos fatos históricos abordados no trabalho acontece em 18 de agosto de 1942, com as depredações de imóveis e estabelecimentos comerciais de alemães e italianos e de seus descendentes em um período de grande efervescência política, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul e no país, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Esta pesquisa é fruto de um trabalho iniciado em 1997, quando se implantou o LAHIS – Laboratório de História Oral – no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, com o apoio financeiro da FAPERGS. O objetivo do Laboratório era entrevistar pessoas sobre suas histórias de vida. Éramos em oito bolsistas: seis para as entrevistas e duas para as transcrições. A prioridade do projeto era registrar o depoimento dos poucos imigrantes italianos vivos na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS e em Santa Maria e, após, das pessoas mais idosas de cada comunidade.

Ao longo do processo, percebeu-se um ponto convergente no depoimento dos entrevistados: a proibição do uso público da língua italiana – no caso, dialeto – durante um determinado período da Segunda Guerra, muitas vezes, não identificada pelos mesmos, o que determinou questionamentos sobre a questão. Por que esse período foi tão marcante para os depoentes? O que houve de tão significativo? De que forma os depoentes sentiram a proibição daquela língua?

Nos depoimentos, destacaram-se também, fortemente, os sucessos ocorridos em 18 de agosto de 1942, em Santa Maria, o que me impulsionou para novos trabalhos relacionados à temática.

A partir destes primeiros questionamentos, realizamos diversas pesquisas, entre outras, o trabalho final de graduação em História, “A política nacionalista do Estado Novo

---

<sup>2</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-concentuais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Ediupf, v.1, n.1, p.15-22, p.19.



em Santa Maria e na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul”<sup>3</sup>, concluído em 2001; o trabalho final de especialização em História, “A política nacionalista do Estado Novo e a comunidade ítalo-brasileira através do jornal A Razão”<sup>4</sup>, finalizado em 2002; além do livro e do documentário *Mordaça Verde e Amarela imigrantes e descendentes no Estado Novo*, que reúne artigos e depoimentos de historiadores sobre a temática em questão, publicado em 2005.<sup>5</sup>

### **Santa Maria e a Segunda Guerra**

Em 1942, o mundo encontrava-se em guerra. Grande parte dos países, ou estavam em luta, ou não tinham como ficar indiferentes. Sobretudo três nações compunham o denominado *Eixo*: Alemanha, Itália e Japão. As ideologias nazista, dos seguidores de Adolf Hitler, na Alemanha, e fascista, de Benito Mussolini, na Itália, juntamente com o imperialismo e militarismo do Japão do imperador Hirohito, fazem com que outros países da Europa e da América engajem-se de alguma forma no conflito: era o outro prato da balança, que se denominou de *Aliados*, formado, entre outras nações, pela Inglaterra, França, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Esta situação polarizada, quando transposta para a América do Sul, encontrou países como Argentina, governada por Juan Domingos Perón, e Brasil, presidido por Getúlio Dornelles Vargas.

Nesse cenário político-ideológico, aconteceu, em 18 de agosto de 1942, um fato que viria a mudar a história nacional: o afundamento de navios civis brasileiros em águas próximas ao litoral da Bahia e Sergipe, que leva à morte mais de seiscentas pessoas, entre adultos e crianças, causando grande consternação no povo brasileiro. Em todas as regiões do país, a população clamou por vingança, direcionando sua ira aos alemães, italianos, teuto-brasileiros e ítalo-brasileiro, acusados de apoiarem o Eixo. Em Santa Maria, a situação não foi diferente.

---

<sup>3</sup> DALMOLIN, Cátia. A Política Nacionalista do Estado Novo em Santa Maria e na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Trabalho Final de Graduação. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2001.

<sup>4</sup> DALMOLIN, Cátia. A política nacionalista do Estado Novo e a comunidade ítalo-brasileira através do Jornal A Razão. Trabalho Final de Especialização. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2002.

<sup>5</sup> DALMOLIN, Cátia. (org). *Mordaça Verde e Amarela*. Imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

Santa Maria originou-se de um acampamento militar na época da demarcação da fronteira meridional entre as coroas de Portugal e Espanha. A aglomeração recebeu parte da população indígena oriunda das Missões Jesuíticas Espanholas e teve em seu entorno sul e oeste o estabelecimento de grandes propriedades rurais, com seus proprietários de origem luso-brasileira, havidas por doação da Coroa Portuguesa e do Regime Imperial. Posteriormente, com o incentivo à imigração européia, chegaram, entre outros, colonos alemães, belgas, italianos, judeus e russos-alemães.

Santa Maria era município novo, recém-emancipado de Cachoeira do Sul (1858). A emancipação motivou e aprofundou o progresso da localidade. A construção da linha férrea ligando Porto Alegre à cidade de Uruguaiana, no extremo oeste fronteiro com a Argentina, foi relevante para o desenvolvimento urbano de Santa Maria e de suas imediações rurais, bem como localidades vizinhas, como Silveira Martins, sede da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Localizada a nordeste de Santa Maria, distando desta cerca de trinta quilômetros, a região constituía-se de pequenas propriedades.

Santa Maria evoluiu nas três primeiras décadas do século 20, atingindo, em 1940, uma população de 75.597 habitantes, mantendo sua característica populacional eclética. Neste contexto, ao som do noticiário impresso e radiofônico, juntando-se ao clamor nacional e ao desejo coletivo de desagravo, em 18 de agosto de 1942, realizou-se um comício no largo da Viação Férrea. Seguiram-se depredações e saques contra o patrimônio da população ítalo-brasileira e teuto-brasileira. Outras cidades do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul conheceram também manifestações e depredações *nacionalistas* nas empresas de alemães e italianos e de seus descendentes.

### **Dialogando com as fontes**

Os depoimentos sobre os episódios transcorridos na década de 40 foram uma preocupação constante no trabalho, desde a organização do LAHIS em 1997. Na realização das entrevistas, utilizou-se a História Oral de Vida, privilegiando, como o próprio nome do método já diz, a história de vida dos depoentes.

Em *Manual de História Oral*, José Meihy propõe que “a história oral de vida é o retrato oficial do depoente [...] a verdade está na versão oferecida pelo narrador que é

soberano para revelar ou ocultar casos, situações ou pessoas.”<sup>6</sup> Segundo esse autor, “muitos trabalhos de história oral registram a trajetória de pessoas idosas e, por meio delas recompõem aspectos da vida individual, do grupo em que estão inseridas ou da conjuntura que os acolhe”.<sup>7</sup> José Meihy entende que História Oral é mais do que uma simples entrevista, pois, através dela, penetra-se no imaginário das pessoas e nas suas experiências de vida, por isso, requer-se um domínio de conteúdo, sensibilidade e aprimoramento técnico.<sup>8</sup>

É importante ressaltar a dificuldade encontrada para realizar as entrevistas, uma vez que o período apresenta-se como uma cicatriz de uma antiga ferida, ainda sensível, para muitos daqueles que o viveram. Muitas vezes, foi difícil fazer os depoentes, que pediram, comumente, o anonimato, falarem sobre sofrimentos, dramas familiares, enfim, o conturbado período em questão. No total, foram mais de trinta entrevistados, na faixa etária de 75 a 90 anos, dos quais selecionei vinte para a presente dissertação: quatorze homens e seis mulheres.

Nádia Nunes foi essencial para o trabalho devido ao empréstimo de cinco entrevistas [em fita k-7] realizadas com proprietários de estabelecimentos comerciais em Santa Maria, na década de 1940, e com seus descendentes. A historiadora pesquisou os alemães na cidade e produziu o trabalho de final de graduação “Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo”.<sup>9</sup>

Maria Tucci Carneiro, em *O anti-semitismo na Era Vargas*, lembra: “[...] a reconstituição deste lado da História se faz limitada: limitada pela idade, pelas lembranças daquilo que se quer esquecer [...] e pelo medo do cotidiano de ontem que agora se transforma em denúncia. A reconstituição do passado através das lembranças não é um trabalho fácil: dependemos sempre da confiança em nós depositada, da conscientização do narrador e da seleção que ele (testemunha) faz dos fatos, às vezes insignificante para si, mas de grande importância para nós, como registro.”<sup>10</sup>

Enquanto técnica *oficial* de metodologia da pesquisa, a História Oral nasceu na Universidade de Colúmbia, em Nova York, em 1947, sendo o responsável pela oficialização do termo Allan Nevins. Nos anos 1960, a História Oral expandiu-se

<sup>6</sup> MEIHY, José Carlos. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p.9.

<sup>7</sup> Idem, p.,35.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> NUNES, Nádia Silvana. Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

<sup>10</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p.33.

internacionalmente. No Brasil, devido à Ditadura Militar, a História Oral chegará mais tarde, por volta dos anos 1970 e 1980.

Quanto ao suporte teórico, alguns autores foram importantes para um maior embasamento na construção desta dissertação, principalmente: Berenice Corsetti, Cláudia Sganzerla, José Plínio Fachel, Loraine Giron, Marlene de Fáveri, Núncia Santoro de Constantino, Priscila Perazzo, René Gertz, Roney Cytrynowicz, Ricardo Seitenfus e Sérgio Dullemborg.<sup>11</sup>

Muito pouco foi produzido até o momento sobre os episódios transcorridos durante a Segunda Guerra Mundial e seus reflexos em Santa Maria. Encontram-se, entre os trabalhos importantes e que forneceram subsídios para a pesquisa, o trabalho final de especialização em História, “O Imigrante Italiano da Quarta Colônia Imperial de Imigração do RS e o Estado Novo”<sup>12</sup>, de Maria Medianeira Padoin; o trabalho final de graduação, “Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo”<sup>13</sup>, de Nádia Nunes; a dissertação de mestrado em História, “Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo”<sup>14</sup>, de Angélica de Medeiros Rios; o artigo “Tempo de guerra e narrativa: italianos no Rio Grande do Sul”<sup>15</sup>, de Núncia Santoro de Constantino; o texto “O Integralismo na Ex-Colônia Italiana de Silveira Martins”<sup>16</sup>, de Joel

---

<sup>11</sup> CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo: In.: DE BONI, Luís (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1987. v.1, p.363-382.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Tempo de guerra e narrativa: italianos no Rio Grande do Sul. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 5, nº 1, 2004. p.146-166.; CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.; DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de Incerteza. A discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST,1995.; FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora UFPEL, 2002.; FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Univali e UFSC. 2005.; GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS. 1991.; GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio O Fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.; PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.; SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre: EST,2001.; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra*. São Paulo: Manole, 2003. 3 ed.

<sup>12</sup> PADOIN, Maria Medianeira. O Imigrante Italiano da Quarta Colônia Imperial de Imigração do RS e o Estado Novo. Porto Alegre: PPG História/ UFRGS, 1997.

<sup>13</sup> NUNES, Nádia Silvana. Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

<sup>14</sup> RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

<sup>15</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Tempo de guerra e narrativa: italianos no Rio Grande do Sul. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 5, nº 1, 2004. p.146-166.

<sup>16</sup> MARIN, Joel Orlando. O Integralismo na Ex- Colônia Italiana de Silveira Martins. In.: MARIN, Jéri (org). *Quarta Colônia Novos Olhares*. Porto Alegre: EST. 1999, p.110- 117

Marin, e a tese de doutorado de Maria Catarina Zanini, “Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS”<sup>17</sup>, recentemente lançada sob a forma de livro pela Editora da UFSM.

Dentre os poucos pesquisadores que escreveram sobre a história de Santa Maria, destaco como fonte na construção do trabalho: Cirilo Costa Beber, João Belém, João Rodolpho Flores, Letícia Silveira Guterres, Luiz Augusto Farinatti e Romeu Beltrão (nasceu em Porto Alegre, mas viveu boa parte da vida em Santa Maria).<sup>18</sup>

As fontes primárias e secundárias, impressas e manuscritas, foram igualmente importantes para nosso trabalho. Partindo da historiografia sobre o período, da documentação primária, com destaque para a correspondência recebida e expedida em 1942, pelo Interventor Federal, Cordeiro de Farias, buscou-se delinear o panorama dos reflexos da Guerra Mundial no Estado, em geral, e em Santa Maria, em especial. Nesse processo, também foram importantes as atas e os estatutos das *Sociedades Italianas de Socorro Mútuo*, que funcionaram na região até 1942, bem como a documentação iconográfica.

Boa parte dos documentos necessários à reconstrução do quebra-cabeças histórico em questão perderam-se ou estão em poder de particulares. Para desenvolver nosso trabalho, realizamos verdadeira peregrinação por arquivos de particulares e públicos do RS: Arquivo Público de Santa Maria; Arquivo Público de Cachoeira do Sul; Arquivo do Jornal *A Razão*; Arquivo Hipólito da Costa; Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria; Arquivo da Brigada Militar de Santa Maria; Arquivo Edmundo Cardoso; Arquivo da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea; Arquivo Público de Porto Alegre; Arquivo Histórico de Porto Alegre; Centro de Documentação da AIB; Centro de Pesquisas

<sup>17</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Tese de Doutorado. PP/Antropologia Cultural. São Paulo: USP, 2002.

<sup>18</sup> COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos*. História da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998; BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797/1933*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2000. 3ª ed.; FLÔRES, João Rodolpho Amaral. Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da viação férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria (1898-1957). Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2005; GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria -1844-1882). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Criadores de gado em Santa Maria (RS, 1850-1890). In.: *Anais da 1ª Jornada de História Regional Comparada: Brasil, Argentina e Uruguai*. Porto Alegre: FEE, 2000. (em Cd-room); FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1999; BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Canoas: La Salle. 1979, 2ª ed.; BELTRÃO, Romeu. *Síntese histórica de Santa Maria*. Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria. Porto Alegre: Metrópole, 1958. p.17-194.

Genealógicas de Nova Palma e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Uma fonte de extrema relevância que forma a amálgama do trabalho juntamente com a História Oral é a pesquisa realizada no (e a partir do) jornal *A Razão*, fundado em 9 de outubro de 1934, pelo jornalista Clarimundo Flores, e patrocinado por Floduardo Silva, “gerado a partir de ideais republicanos”.<sup>19</sup>

O primeiro número um mostrava que o referido diário matutino procurava “uma orientação de acordo com as tendências e necessidades nacionais”, salientando ainda que a “política partidária, apaixonada e estéril não nos [lhes] interessará [interessava]”.<sup>20</sup>

A missão de *A Razão* era “orientada por um alto e claro espírito de brasilidade, detendo-se, sempre que necessário, na defesa tradicional e honesto [sic] patriotismo rio-grandense.”<sup>21</sup> O jornal pretendia ser uma “tribuna de defesa”, preocupando-se com “as forças vivas do Rio Grande e os superiores interesses morais [sic] da coletividade.”<sup>22</sup>

Por muitos anos, este veículo de comunicação foi o porta-voz da região central do Rio Grande do Sul, comemorando em 2006, setenta e dois anos.

Clarimundo Flores ou Paulo Mendes, pseudônimo que assinava as reportagens de *A Razão*, era uma pessoa polêmica. Reis de Souza, no artigo “Audácia e talento de um jornalista de vanguarda”, analisando a figura de Clarimundo, salienta que ele “fez alguns inimigos, que não aceitavam as defesas ferrenhas de seu posicionamento, mas esses não o preocupavam e Clarimundo insistia, por vezes, no método de provocação para acender a ira de seus desafetos”.<sup>23</sup> Percebe-se o grande tom de ironia para com seus inimigos, bem como as bandeiras partidárias defendidas por Clarimundo. Continua Reis de Souza, “contrário a qualquer tipo de ditadura, defendeu com sofreguidão a liberdade, os direitos humanos e a democracia que, para ele, era a única forma de garantir uma vida digna aos cidadãos brasileiros”.<sup>24</sup>

Em 1943, o jornal foi vendido aos Diários e Emissoras Associados, comandados pelo jornalista Assis Chateaubriand.

Perseu Abramo, em “Padrões de manipulação na grande imprensa”, apresenta alguns padrões que são facilmente identificados em *A Razão*: padrão de ocultação;

<sup>19</sup> A inauguração das instalações de *A Razão*. 9 de outubro de 2004, p.2.

<sup>20</sup> *A Razão* [título da reportagem é este]. *A Razão*, Santa Maria, 9 de outubro de 1934, p.3.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> SOUZA, Reis de. Audácia e talento de um jornalista de vanguarda. *A Razão*, Santa Maria, 09 de outubro de 2004, p.10.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

inversão da relevância dos aspectos; oficialismo; inversão da opinião pela informação e de indução.<sup>25</sup> Estiveram sempre em pauta, no jornal, notícias que descrevessem a guerra (real ou imaginária) com posições partidárias bem definidas, no caso a favor do governo de Vargas. Outra forma de apresentar as reportagens era a transcrição de matérias, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo. Por vezes, notícias pequenas ganhavam grandes manchetes, refletindo a época conturbada pela qual passava o país. Não raro, o jornal utilizava-se de fragmentos de correspondências ou discursos *oficiais* para *deixar falar*, mostrando assim a *versão oficial*.<sup>26</sup>

Apesar de o jornalista reiterar que era imparcial, as páginas do jornal estavam sempre repletas de opiniões de cunho pessoal. Dessa forma, o jornal dá à “população (...) a possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induzia a consumir outra realidade, artificialmente inventada [...]. O leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele seja”.<sup>27</sup>

Marleni de Fáveri na obra *Memórias de uma (outra) guerra*, afirma que, “na produção de imagens e construção de inimigos internos e externos, a imprensa instigava ao confronto, ao mesmo tempo em que exigia uma tomada de posição”.<sup>28</sup>

Concorda-se com Perseu Abramo quando salienta que não existe parcialidade e neutralidade no jornalismo. O jornalista Clarimundo Flores e sua equipe tomaram posições. Dentre seus colaboradores, estavam pessoas de grande relevância social na cidade e intelectuais que participariam ativamente dos *comícios monstros* ou *comícios de brasilidade* em 1942, inclusive do que aconteceria em 18 de agosto, culminando em saques e destruição a muitas empresas de proprietários tidos como ligados ou favoráveis às nações do Eixo.

## Questionamentos

Em Santa Maria, a análise dos reflexos da Segunda Guerra Mundial levantou algumas hipóteses e questionamentos. Qual foi a evolução demográfica, étnica, econômica e comercial de Santa Maria? Quais eram e de quem eram os principais estabelecimentos

<sup>25</sup> ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.23-51.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Idem*, p.33.

<sup>28</sup> FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Univali e UFSC, 2005. p.47.

comerciais da cidade, antes e após a chegada dos alemães e italianos? Como eram as relações econômicas, políticas, culturais e sociais na cidade, em geral, e no seio do comércio da cidade, em especial? Qual o impacto dos torpedeamentos de navios brasileiros entre os diversos segmentos sociais da região? Até que ponto a imprensa incitou a depredação através de agitação nacionalista e xenófoba? Qual foi a interpretação da imprensa sobre as depredações? Qual o sentido dessa interpretação? Que interesses singulares representava essa imprensa? Quais eram as representações na região dos movimentos comunista, fascista, nazista e integralista? Havia uma concorrência comercial na cidade, entre segmentos luso-brasileiros, alemães e italianos? Por que algumas empresas de descendentes italianos e alemães foram depredadas e outras não? Havia racismo por parte dos italianos e alemães com relação aos luso-brasileiros? Tal sentimento favoreceu os sucessos? Qual era o posicionamento da polícia, do exército e do governo sobre os acontecimentos?

Por tudo isso, estruturou-se a dissertação em quatro capítulos.

No Capítulo 1, “A formação social e econômica de Santa Maria”, faz-se uma breve retrospectiva do episódio transcorrido na data para situar o leitor do acontecido em Santa Maria e convidá-lo aos questionamentos sobre o ocorrido. Procurou-se mostrar como os principais grupos étnicos formaram o núcleo urbano e comercial da cidade de Santa Maria, destacando a chegada e o estabelecimento dos nativos missionários, trabalhadores escravizados africanos e afro-descendentes, imigrantes alemães, russos-alemães, italianos, sírio-libaneses, belgas e judeus; mesclado com a modernidade e as transformações advindas com a chegada da ferrovia.

O Capítulo 2, “Conjuntura política internacional, nacional e regional”, visa identificar quais os principais grupos políticos e suas ideologias nos cenários internacional, nacional e santa-mariense, mostrando suas principais características e quais segmentos da sociedade aderiram, por exemplo, ao nazi-fascismo, comunismo e integralismo.

O Capítulo 3, “Nacionalização e Segunda Guerra: episódios”, procura ressaltar acontecimentos específicos na região de Santa Maria, como a formação das sociedades de socorro mútuo italianas, as prisões aos italianos e ítalo-brasileiros e a xenofobia existente na relação “imigrante x brasileiros”.

O quarto e último Capítulo, “Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942”, retrata os acontecimentos referentes ao 18 de agosto de 1942, através de depoimentos e de jornais de época. Os comícios de brasilidade, os saques e as depredações, o posicionamento da imprensa, os anúncios dos



comerciantes, entre outros, são enfocados no capítulo, procurando elucidar o episódio de extrema importância para a sociedade santa-mariense.

## **CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE SANTA MARIA.**

**Santa Maria, 18 de agosto de 1942.**

18 de agosto de 1942. Ataques seguidos aos navios mercantes nacionais desarmados Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará no litoral da Bahia e Sergipe por submarino U-507 alemão impacta profundamente a nação. Os ataques deram-se com tamanha sanha que literalmente impediram o abandono dos navios por tripulantes e passageiros. O mercante Arará é torpedeado no ato de prestar socorro às vítimas de navio apenas afundado. Quase seiscentos tripulantes e passageiros, sobretudo brasileiros, adultos, jovens e crianças, morrem vítimas dos ataques. Nos dias e semanas seguintes, corpos dilacerados das vítimas começaram a chegar às costas do norte do país.

A consternação foi geral! Luto, revolta e indignação tomaram conta do país, devido ao ato terrorista. Por todo o Brasil, ouvem-se vozes de indignação. Por todos os cantos, ecoava o hino nacional. Pessoas saem às ruas das grandes cidades exigindo reparação. As propriedades de alemães e italianos simpáticos ao Eixo ou tido como tal são alvo da vingança popular do crime traiçoeiro cometido contra as embarcações brasileiras indefesas.

18 de agosto. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Um grande comício é marcado para as 16 horas no largo da Viação Férrea. Por toda a cidade, soavam as sirenas!

Ferrovários, operários, comerciários, a população em geral começa a se aglomerar. Os ânimos exaltaram-se. A cidade parou. O comércio fechou as portas em sinal de luto e de medo. Uma forte chuva caía em Santa Maria, como pranteando os mortos inocentes. A chuva não impede que o comício de reparação ocorra.

Naquela noite, grande massa popular percorreu as ruas do centro da cidade. Os populares dirigiram-se também para os bairros, depredando e saqueando estabelecimentos comerciais de alemães e italianos e seus descendentes.

Proprietários postaram-se nas portas dos comércios enrolados em bandeiras brasileiras, na tentativa de demover os populares enfurecidos. A polícia mal consegue, ou não se esforça, para controlar os focos de vandalismo.

O odor dos perfumes quebrados na loja Hermann espalha-se pelo centro de Santa Maria, mantendo-se ainda forte na memória da tradição oral da cidade.

Viajantes que chegam de trem a Santa Maria deparam-se com cacos de vidro, alimentos, quadros e livros queimados, espalhados pelas calçadas e ruas do centro.

Casacos de lã vendidos por armazéns vestem manifestantes oportunistas que se infiltraram no meio da multidão, desfilando pelas ruas com salames, produzidos pelos colonos do interior, dependurados no pescoço. Sacos de feijão, arroz e outros produtos são rasgados e inutilizados.

Quadros trazidos da Itália e da Alemanha, fotos de famílias, livros, bíblias em línguas estrangeiras ensejam a acusação de *espíões* e *quinta-colunistas* aos seus proprietários. Parte do material retirado das casas de negócios é jogado no chafariz da praça Saldanha Marinho.

Crianças, na época – hoje adultos –, recordam sucessos sobre os quais pouco compreendiam. Algumas lembram que manifestantes distribuía balas às crianças, após saquearem armazéns.

Nos dias seguintes, anúncios com retórica patriótica são estampados no jornal local, para demonstrar que comerciantes de origem alemã e italiana “eram brasileiros e estavam quites com o serviço militar”, como forma de precaver-se contra novos ataques.

No dia 19 de agosto de 1942, o jornal *A Razão* noticiou “a maior manifestação de civismo que a história da cidade registra”, onde “toda a população” associara-se “à iniciativa”, unindo-se “com o mesmo sentimento” e o “coração” que assinalavam a “coletividade brasileira”, em resposta ao “covarde golpe que a pirataria nazista” desfechava

“contra o Brasil”, ofendendo a “soberania da nossa pátria” e enlutando “os corações brasileiros”.<sup>29</sup>

Amainados os ânimos, o jornal corrigiu o discurso, noticiando que os ferroviários promotores do comício e da passeata nada tiveram a ver com a depredação.

O delegado de polícia de Santa Maria, Eli Nascimento Machado, escreveu ao chefe de Polícia do Estado, o coronel Aurélio da Silva Py, em Porto Alegre, comunicando o acontecido. Para ele, o sucesso fora “uma vil manobra da quinta-coluna”.<sup>30</sup> Os proprietários dos negócios atacados teriam incentivado a sua destruição para posarem de vítimas!

Outras cidades rio-grandenses, como Cachoeira do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, conheceram também manifestações e depredações nacionalistas de empresas de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, após o afundamento dos navios brasileiros.

### **Santa Maria hoje**

A cidade de Santa Maria está localizada na Região Sul, entre a depressão central e o planalto basáltico meridional, distante 306 km de Porto Alegre. No ano de 2005, sua população total, estimada pelo IBGE, era de 266.042 habitantes distribuídos em uma unidade territorial de 1.780 km<sup>2</sup>. Santa Maria é considerada como o centro geográfico do Rio Grande do Sul, pois se encontra a 29° 33'06” de latitude sul e 53° 46'02” de longitude oeste.<sup>31</sup>

Santa Maria é conhecida pelo número de universidades que abriga e por ser o segundo centro militar do Brasil, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, composto por uma base área, uma escola de formação de militares e onze quartéis. A cidade faz divisa, ao norte, com Itaara, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra; ao sul, com São Gabriel e São Sepé; a leste, com Silveira Martins, Restinga Sêca e Formigueiro e a oeste com São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar.<sup>32</sup>

Segundo os dados disponíveis, predominaria em Santa Maria a população de cor branca (86,3%), seguida pela de pardos (7,9%), de negros (5%), de indígenas (0,3%) e de amarelos (0,05%). Esses dados, produtos da auto-avaliação, são em geral muito

---

<sup>29</sup> Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário. *A Razão*, Santa Maria, 19 de agosto de 1942, p. 7.

<sup>30</sup> Num lance audacioso, a 5ª coluna pretendeu comprometer a classe ferroviária. *A Razão*, Santa Maria, 22 agosto de 1942, p.3.

<sup>31</sup> Cf. <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em 20 de setembro de 2006.

<sup>32</sup> Cf. <http://www.santamaria.rs.gov.br/>. Acessado em 20 de setembro de 2006.

imprecisos, tendendo a subestimar negros e pardos. No tocante à religião 77,75% são católicos e 7,25% evangélicos.<sup>33</sup>

Em 17 de maio de 1858, Santa Maria torna-se município, desmembrando-se de Cachoeira do Sul.

### Figura nº 1

Mapa da localização do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul

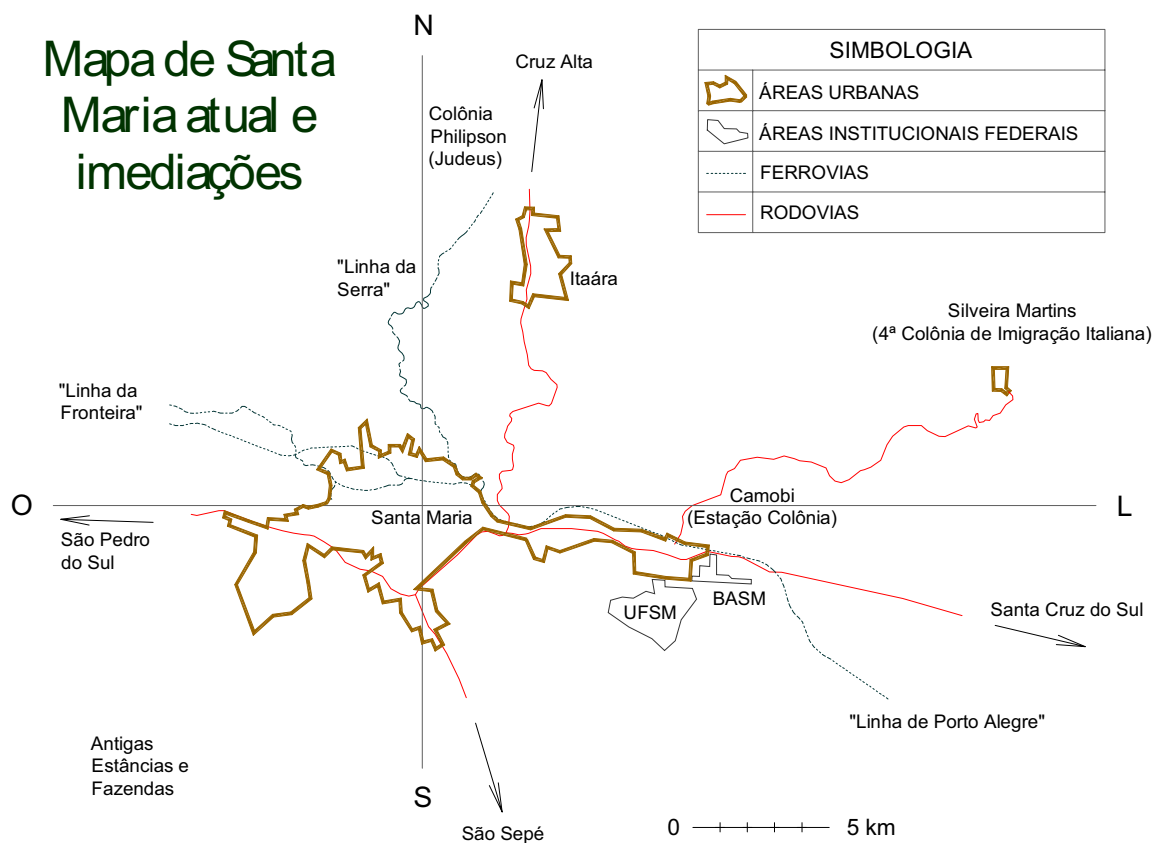


Fonte: Fundação de Economia e Estatística. [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br). Adaptado por: TREVISAN, Mario Luiz, 2006.

<sup>33</sup> <http://www.clicrbs.com.br/jornais/dsm/jsp/printjornais.jsp?newsid...> Acessado em 01 de junho de 2004.

Figura nº 2

Mapa de Santa Maria atual e imediações



Fonte: TREVISAN, Mario Luiz. Digitalização sobre Cartas Topográficas do Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico. Folha SH.22-V-C-IV-1 (SANTA MARIA-RS) 1976; Folha SH.22-V-C-IV-2 (CAMOBI-RS) 1996.

### Formação do RS e de Santa Maria

Os territórios do atual Rio Grande do Sul foram *descobertos* pelos europeus no século 16, através de expedições que procuravam explorar o pau-brasil, permanecendo suas terras inexploradas por mais de um século. Em seiscentos, deram-se as primeiras tentativas de expansão européia nessas regiões. Nesses tempos, os bandeirantes paulistas lançaram-se ao Sul em busca de mão-de-obra a ser escravizada nas missões jesuítas. As

reduções do Paraguai foram atacadas, obrigando os guaranis missioneiros a fugirem para o atual território rio-grandense, formando as Missões do Tape, a partir de 1626.<sup>34</sup>

Para o historiador Mário Maestri, em geral, “a Espanha entregou aos jesuítas a tarefa de reunir, em reduções, missões ou povos, as populações nativas de imensas regiões dos territórios sul-americanos que lhes pertenciam, segundo o Tratado de Tordesilhas. As missões jesuíticas espanholas da América Meridional serviriam como uma espécie de escudo contra a expansão lusitana em direção da estratégica foz do rio da Prata e, sobretudo, das cobiçadas minas de prata e dos Andes”.<sup>35</sup>

Santa Maria da Boca do Monte teve suas origens na redução jesuíta de São Cosme e São Damião, estabelecida, em 1634, pelo padre Adriano Formoso, não havendo consenso entre os historiadores sobre sua localização, que se acredita ter sido erguida próximo à atual cidade de São Martinho da Serra ou onde se localiza hoje Santa Maria. Três anos mais tarde, os jesuítas abandonaram o local. A redução apresentava inicialmente uma média de quinhentas famílias, o que acabou diminuindo, principalmente devido a uma grande estiagem que trouxe consigo a fome, obrigando os missioneiros procurarem as florestas e rios.

Santa Maria era “o centro de atração das tribos indígenas da redondeza. Após a invasão bandeirante e com a saída dos padres, o lugar sobreviveu pela ocupação de índios aculturados. Por essa razão conservou as atividades pastoris”.<sup>36</sup> Teófilo Torronteguy, historiador santa-mariense, em “Readaptação das famílias missioneiras migrantes: a rua da Aldeia”, explicou que é “provável que o nome Santa Maria tenha sido dado pelos aventureiros santafesinos, em conformidade com a religiosidade missioneira, para um povoado que existia desde 1634. Santa Maria, nome típico espanhol que passou a designar a região entre fins do século 17 e início do século 18”.<sup>37</sup>

Por volta de 1640, os jesuítas deslocaram-se para a outra margem do Uruguai, levando os guaranis missioneiros e deixando o gado, que deu origem, a seguir, com a multiplicação natural dos rebanhos, à “Vacaria del Mar”, uma grande reserva animal. A preia do *gado vacum* foi, mais tarde, um dos fundamentos básicos da economia sul rio-grandense. Em 1680, fundou-se a Colônia do Sacramento, núcleo português, nos atuais

---

<sup>34</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006. p.7 *et seq.*

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.10.

<sup>36</sup> TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. *Readaptação das famílias missioneiras migrantes: a rua da Aldeia*. In: CHRISTENSEN, Teresa (coord). *Missões: A questão indígena*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997 (Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros). p.312.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.312.

territórios uruguaios, na outra margem do Prata, diante de Buenos Aires. A colônia tinha como objetivo o contrabando com Buenos Aires e se tornou, também, centro de extração de couros.<sup>38</sup>

Em 1682, fundaram-se os Sete Povos das Missões. No local, produzia-se erva-mate, juntamente com a extração do couro do gado xucro que era exportado para Buenos Aires. Mais tarde, nos anos 1700, animais foram levados pelos guaranis missioneiros ao noroeste do RS, onde se formou a Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria.<sup>39</sup>

O historiador santa-mariense Luis Augusto Farinatti, em “Criadores de gado em Santa Maria (RS,1850-1890)”, lembra: “[...] no século 18, as arreadas de gado bovino xucro – com vistas, especialmente, à faina do couro – e as tropas de muares que subiam em direção à Sorocaba e às Minas Gerais, figuraram como um dos motores econômicos da ocupação do Continente de São Pedro pelos luso-brasileiros. Constituindo-se em fins daquele século, a criação de gado bovino em grandes propriedades (estâncias), destinadas às charqueadas do sul da província e dali para o centro do país, ocuparam, ao longo do século 19, um papel primordial na economia sulina”.<sup>40</sup>

A partir da reconquista de Rio Grande, em 1776, começou a distribuição das sesmarias para o estabelecimento das estâncias, definindo, desta forma, a posse da terra e do gado. No final do século, decaiu a produção mineira, com conseqüente retração na procura de animais muares; nesses anos, desenvolveram-se na economia sulina novos produtos como o charque e o trigo, produzido, sobretudo pelos açorianos.<sup>41</sup>

O historiador Paulo Zarth, em *História agrária do Planalto Gaúcho*, explicou que o “processo de ocupação do território sulino está estreitamente ligado às condições naturais de vegetação”.<sup>42</sup>

Ainda no século 18, os “Pavão”, “Santos”, “Fontoura”, “Lima”, “Carvalho”, “Mendonça”, “Cardoso”, “Moraes”, “Borges”, “Pinheiro” e outros luso-brasileiros receberam sesmarias que serviram à produção pastoril nos territórios onde mais tarde se formaria Santa Maria, na região central do RS.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> Cf. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A colônia do Sacramento. 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937; DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

<sup>39</sup> Cf. KERN, Arno. *Missões : uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>40</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Criadores de gado em Santa Maria (RS, 1850-1890)*. In: *Anais da 1ª Jornada de História Regional Comparada: Brasil, Argentina e Uruguai*. Porto Alegre: FEE, 2000. (em Cd-room).

<sup>41</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul [...] Ob.cit. p. 7 et seq.*

<sup>42</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997. p.22.

<sup>43</sup> Cf. BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Canoas: La Salle. 1979, 2ª ed.p .21.



Romeu Beltrão, em *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*, fornece-nos subsídios sobre as doações de sesmarias na região central do RS, a partir de 1789. Segundo o autor, “o rincão de Santa Maria é concedido, em sesmaria, ou 150 quadras, ou 13.068 ha, a Francisco Antônio Henriques de Amorim, pelo vice-rei D. Luis de Vasconcelos, situado nos campos da freguesia de São Nicolau da Cachoeira do Rio Pardo”.<sup>44</sup> Habitando em Cachoeira do Sul, Francisco não explorou a sesmaria, vendendo-a ao padre Ambrósio José de Freitas. Nos anos que seguem, outras sesmarias foram distribuídas na extensão central da capitania do RS.

Em “Sobre as cinzas da mata virgem lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul: Santa Maria, 1845-1880”, Luis Augusto Farinatti propõe que, no RS, tem-se um estereótipo do grande estancieiro, que é visto como “latifundiário, grande criador, potentado dos poderes político e militar”.<sup>45</sup> Para ele, além dessa classe privilegiada pela historiografia oficial, em Santa Maria, existiam também pequenos e médios criadores. Porém, na região em questão, destacaram-se dois grandes estancieiros, o coronel José Alves Valença e a família Pinto, que gozavam de prestígio não somente na localidade.

Segundo Luis Augusto Farinatti, José Pinto teria sido o “mais bem sucedido estancieiro em sua época, era proprietário da maior extensão de terras e da maior quantidade de gado relacionada na relação das estâncias locais, enviada pelo delegado de polícia à administração provincial em 1858.”<sup>46</sup> Um de seus filhos, Pantaleão José Pinto, “foi provavelmente a primeira pessoa da região a formar-se em medicina no Rio de Janeiro, o que, somado ao prestígio social de sua família, deu-lhe grande força na política local”<sup>47</sup>. Consta que José Pinto 5.000 reses e empregava doze trabalhadores escravizados.<sup>48</sup>

A pecuária em Santa Maria era pobre. Porém, citando o mapa estatístico da administração da Província de 1859, Luis Augusto Farinatti lembrou que, apesar “de possuir pouco gado, os estancieiros locais investiam mais em escravos do que muitos criadores de outros municípios”.<sup>49</sup> Cerca de 143 trabalhadores escravizados e 141 homens não escravos trabalhavam na criação.

Ainda Luis Augusto Farinatti analisou que as “áreas de campo, utilizadas para a criação de gado, foram sendo apropriadas através da distribuição de sesmarias e, mais

---

<sup>44</sup> Ibidem, p.21.

<sup>45</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1999.

<sup>46</sup> Ibidem, p.53.

<sup>47</sup> Idem, p.54.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

raramente, através de doações de comandantes militares, desde finais do século 18 até às primeiras décadas do século 19”.<sup>50</sup> Para o autor, era “muito provável que antes mesmo do final da década de 1820 não houvesse mais terras de campos sem donos na região, com a exceção de alguns campestres de dimensões muito reduzidas, entremeados a zonas predominantemente florestais. Já nas áreas florestais, o processo de ocupação das terras se deu de forma mais lenta”.<sup>51</sup>

Além da pecuária, Santa Maria apresentava as “unidades produtivas mistas”, ou seja, estâncias que se dedicavam tanto à criação de gado, nos campos, quanto às lavouras de alimentos, nas zonas florestais.<sup>52</sup>

Em 1726, os espanhóis fundaram Montevideu que, somado a Buenos Aires, garantiam o controle do comércio plantino. Onze anos mais tarde, em 1737, os portugueses criaram a fortaleza e o presídio Jesus-Maria-José, em Rio Grande, para apoiar a colônia de Sacramento, sitiada, e explorar os recursos da região. A “ocupação lusitana” dessas regiões, teria-se dado “através da aculturação, escravização, combate e extermínio das comunidades nativas”.<sup>53</sup>

Em 1750, o Tratado de Madrid determinou a troca dos Sete Povos das Missões, espanhol, pela Colônia do Sacramento, portuguesa, fazendo com que os missionários revoltados se rebelassem contra os exércitos português e espanhol, não aceitando translocar-se para outras regiões, o que ocasionou a Guerra Guaranítica [1752-1756]. Derrotados, os missionários abandonaram apenas parcialmente a região, que voltou, a seguir, para domínio espanhol. Nesse tratado, os espanhóis asseguraram-se o domínio do Prata e sem preocupações com os direitos das populações da terra.

Em 1761, o Tratado de Madrid foi anulado dando lugar ao Tratado de El Pardo, por meio do qual as Missões ficaram sobre administração espanhola, novamente.<sup>54</sup> Sob a administração leiga espanhola, os Sete Povos entraram em inexorável decadência, para serem ocupados, em 1801, pelos luso-brasileiros, o que determinou, em poucos anos, sua extinção.<sup>55</sup>

Com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões ficariam, para sempre, em território espanhol. Para impedir o

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> MAESTRI, Mário. *A ocupação do território* [...] Ob. cit., p.21.

<sup>54</sup> Cf. FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil meridional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

<sup>55</sup> Cf. CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.

contrabando, foram criados os Campos Neutrais, espécie de *terras de ninguém*, onde pastavam grandes manadas de gado selvagem. A partir de 1780, quando o charque se destacou na economia sulina, houve grande corrida para a obtenção de sesmarias.<sup>56</sup>

Na obra *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*, o médico e memorialista santa-mariense Romeu Beltrão cita o capitão José de Saldanha, que publicou, em 1938, um diário relatando que, em 1787, na região de Santa Maria, eram vistos minuanos e tapes. Os primeiros “habitavam parte do território municipal santa-mariense, na zona da campanha, em especial na Coxilha do Pau Fincado, enquanto a maior soma de habitantes era representada pelos tapes, que viviam na mata da Serra e suas encostas”.<sup>57</sup>

Romeu Beltrão explicou ainda que, “com a desorganização que tomou conta dos Sete Povos das Missões Orientais, após a conquista [pelos lusitanos] de 1801, e também por esperarem melhores condições de vida entre os luso-brasileiros, levas de índios [sic] abandonaram as antigas Missões e vieram estabelecer-se junto às nascentes povoações do vale do Jacuí”.<sup>58</sup>

Os missionários fixaram-se na área urbana, ao sul, onde atualmente se encontra o Hospital de Caridade, construindo uma capela conhecida como Igrejinha dos Índios, realizando no local cerimônias religiosas que atraíam o resto da população. Romeu Beltrão não identifica quem era denominado por “resto”. O mesmo autor deixou claro que a aldeia permaneceu até a Guerra do Paraguai [1865-1870].<sup>59</sup>

Na obra *História do Município de Santa Maria 1797-1933*, o poeta, professor de português e memorialista João Belém ressaltou que “tais índios catequizados, agricultores uns, operários outros, todos obedientes à religião católica que professavam com ardente fé [sic], identificaram-se com o meio ambiente, aceitando sem constrangimento os costumes da população que agasalhava-lhes”.<sup>60</sup>

Em 1797, “em conseqüência de desentendimentos surgidos entre os demarcadores espanhóis e portugueses, a 2ª Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites [...] recebeu ordem para recolher-se à proteção da Guarda Portuguesa do Passo dos Ferreiros, vindo acampar [...] em terreno da estância do padre Ambrósio, no Rincão de Santa Maria”.

<sup>56</sup> Cf. AMARAL, Anselmo F. *Os campos neutrais*. Porto Alegre: 1973.

<sup>57</sup> BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica* [...] Ob. cit., p. 9.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797/1933*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2000. 3ª ed., p.41.

<sup>61</sup> A Subdivisão, formada de cerca de duzentas pessoas, originou, oficialmente, o acampamento de Santa Maria, onde hoje se encontra a rua do Acampamento-região central da cidade.<sup>62</sup>

Em “Síntese histórica de Santa Maria”, Romeu Beltrão lembrou que “pouco a pouco, os ranchos do acampamento da Comissão Demarcadora foram-se transmudando em construções mais sólidas, alinhadas nas primeiras ruas, a de São Paulo, ou do Acampamento, a Pacífica e a estrada da Aldeia”.<sup>63</sup> Ainda segundo Romeu Beltrão, “as lutas contra os orientais foram transformando o lugar em centro de atividades militares, enquanto o comércio com as incipientes povoações das novas fronteiras dava-lhe grande movimento”.<sup>64</sup>

### **Índios missioneiros e escravos**

Entre 1801 e 1803, o Rincão de Santa Maria recebeu cerca de oitenta famílias missioneiras que se localizaram, como vimos, principalmente na rua da Aldeia, onde mais tarde surgiu uma via pública com esse nome. Os missioneiros estabeleceram-se também nas margens dos rios Ibucuí, Vacacaí e Jacuí.<sup>65</sup>

Em “Readaptação das famílias missioneiras migrantes: a rua da aldeia”, Teófilo Torronteguy explicou que “os missioneiros eram índios guaranis que tinham sido aculturados [sic] pelos padres jesuítas. Conheciam os trabalhos das lavouras e das invernadas de gado. Alguns eram artesãos. Todos professavam a fé católica e a conservavam. Entendiam a língua espanhola e a língua portuguesa. Eles trabalhavam nas vacarias e foram os grandes sustentáculos das estâncias de gado”.<sup>66</sup>

Segundo Mário Maestri, “nas sociedades missioneiras, a maior importância da produção agrícola e a desvalorização das atividades caçadoras e coletoras, em relação à economia tradicional guarani, determinaram a transferência da responsabilidade central dos trabalhos nos campos das mulheres para os homens”.<sup>67</sup>

Em *História do Município de Santa Maria 1797/1933*, João Belém escreveu que “muitos que, nas Missões, com os jesuítas, haviam aprendido ofício de ferreiro, de

<sup>61</sup> BELTRÃO, Romeu. *Síntese histórica de Santa Maria*. Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria. Porto Alegre: Metrópole, 1958. p.17.

<sup>62</sup> Ibidem, p.17.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. Readaptação das famílias [...] Ob.cit., p.314.

<sup>67</sup> MAESTRI, Mário. *A ocupação do território* [...] Ob. cit., p.73.

carpinteiro, de pedreiro, dedicaram-se a essas profissões, não lhe faltando serviço no povoado que surgia. Outros, dedicaram-se à lavoura, e alguns empregaram-se como peões nas estâncias que cercavam a Capela do Acampamento”.<sup>68</sup>

Teófilo Torronteguy lembra que apenas dois casamentos entre brancos e missioneiros foram registrados, não excluindo a possibilidade de haverem outras uniões não registradas. Segundo o autor, consta no livro de batizados de Santa Maria, dos anos de 1804 a 1815, um total de “295 batizados, sendo 151 brancos, 109 indígenas (guaranis) e 35 escravos. Todos receberam nomes cristãos; os mais escolhidos foram Manuel, Francisco e Antônio para os homens e Maria, Francisca e Manuela para as mulheres”.<sup>69</sup> A falta de miscigenação registra a incorporação subalternizada das populações missioneiras.

Quanto ao trabalho, pode-se destacar como principais atividades exercidas pelos missioneiros a criação de gado e a agricultura, sendo que, em Santa Maria, eles também tiveram participação no comércio, como empregados; na criação do gado e no plantio.<sup>70</sup>

Na dissertação de mestrado “Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria - 1844-1882)”, a historiadora Letícia Guterres destacou que “Santa Maria [era um] ambiente eminentemente agrário, de pessoas pouco afortunadas, tinha, porém, algo peculiar. Era, pelo próprio lugar em que ocupa[va] geograficamente, espaço de passagem, ponto de trânsito, por onde naturalmente circulava muita gente. Foi, sob certo sentido, espaço de possibilidades de muitas pessoas, que buscavam um lugar para se estabelecer. Ao longo dos oitocentos, ainda em sua segunda metade, manteve, em boa parte de sua área florestal (responsável por mais de 60% da área total de sua cobertura vegetal), a fronteira agrária aberta, ou seja, estas áreas demoraram mais para serem ocupadas e eram essencialmente habitadas por lavradores, produtores de alimentos. Já a área de campo, mais ao sul do território, esta sim já havia sido ocupada até a segunda metade do século XIX, por homens que se dedicaram, em sua grande maioria, à pecuária”.<sup>71</sup>

Conforme ainda Letícia Guterres, “essa configuração fundiária específica incita a vislumbrar a diversidade de atividades produtivas em que os diferentes grupos sociais haviam se inserido. Diante das atividades relacionadas à agricultura de alimentos estavam voltadas à pecuária. Além dessas, havia outras atividades a que naturalmente estavam

<sup>68</sup> BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria* [...] Ob. cit., p.108.

<sup>69</sup> TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. *Readaptação das famílias* [...] Ob.cit., p.315.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.315.

<sup>71</sup> GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria -1844-1882)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005. p.36.

imersos os diversos grupos, ainda que em menor número: os artífices locais, tais como os ourives, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, carreteiros, etc. Esse cenário de atividades nos possibilita compreender o trabalho escravo espreado em toda esta heterogeneidade”.<sup>72</sup>

Em “Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)”, Luis Augusto Farinatti defende que “[...] o trabalho escravo estava espalhado por diversas atividades no município: nas tarefas domésticas, nas roças, no serviço da pecuária, nos serviços urbanos (escravos de ganho)”.<sup>73</sup> Ainda segundo o autor, as estâncias de criação de gado eram o local onde estava concentrado o maior número de cativos e de diferentes atividades relacionadas a eles.<sup>74</sup>

Teófilo Torronteguy explica que “era comum [...] os estancieiros procurarem a Rua da Aldeia em busca de trabalhadores. O comércio local, que teve um surto depois da Guerra da Cisplatina [1828], utilizou dos serviços domésticos dos guaranis. Todavia por uma questão de *status* [sic] a preferência era de se ter escravos nas residências e casas comerciais”.<sup>75</sup>

Dois momentos foram de grande importância para o comércio de Santa Maria da Boca do Monte, quando a localidade conheceu dois grandes surtos econômicos: 1828 e 1870. Em 1828, terminou a Guerra da Cisplatina, na qual a população de Santa Maria envolveu-se direta e indiretamente. Segundo Teófilo Torronteguy, “na época, a população do vilarejo não excedia a 2.100 pessoas, incluindo neste número os escravos. A passagem obrigatória das tropas que percorriam o trajeto de Rio Pardo até as Missões, e vice-versa, fez crescer a atividade comercial”.<sup>76</sup>

Como novos trabalhadores utilizou-se mais uma vez o braço dos ex-missionários, expropriados de suas fazendas comunitárias. Aquelas populações, que eram originalmente camponeses e vaqueiros, tiveram de se adaptar à vida urbana, trabalhando como diaristas, soldados, domésticas e prostitutas.<sup>77</sup>

As guerras Guaranítica (1753-56), Farroupilha (1835-45), contra Oribe e Rosas (1851-52), contra o Paraguai (1865-1870); a Revolução Federalista (1893-95); a campanha de Canudos (1897) e, mais tarde, a Revolução de 1930, fortaleceram o caráter militar da localidade, direta ou indiretamente, envolvida nesses episódios. Em Santa Maria passavam, partiam, ou acampavam tropas envolvidas nessas guerras. Cada guerra levava contingentes

<sup>72</sup> Ibidem, p.34.

<sup>73</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Sobre as cinzas da mata virgem [...] Ob. cit., p.34.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. Readaptação das famílias [...] Ob.cit., p.316.

<sup>76</sup> Ibidem, p.318 *et seq.*.

<sup>77</sup> Idem, p.317.

de soldados da localidade. Era necessário também mão-de-obra para confecção de bombachas, camisas e ponchos de lã para os soldados. O transporte de carga e de mercadorias aumentava, intensificando o movimento, a urbanidade e o comércio de Santa Maria.<sup>78</sup>

Teófilo Torrontegy elucidou que havia uma grande demanda de mão-de-obra durante as guerras. Eram necessários, entre outros, “carreiros, condutores, tropeiros, caixeiros, domésticos, cuidadores de cavalos, carregadores, estafetas, operários da construção e carneadores”.<sup>79</sup>

### **Alemães**

Em 1824, 38 imigrantes alemães instalaram-se nas terras da Real Feitoria de Linho Cãnhamo, em São Leopoldo, apresentando oscilações no número de emigrados até aproximadamente 1850.<sup>80</sup>

Em *A ocupação do território*, Mário Maestri lembra que, “de julho de 1824 até a Guerra Farroupilha, chegaram levas de colonos alemães atraídas pela concessão de sementes, ferramentas, animais, auxílio monetário inicial e, sobretudo, colônias de 78 ha, tudo gratuito”.<sup>81</sup> Esse movimento migratório destinava-se “a fornecer braços para o exército dos Braganças; abastecer a capital sulina em gêneros alimentícios; facilitar os contatos entre a Depressão Central e o Planalto; diminuir o desequilíbrio demográfico entre a população livre e a escravizada; valorizar os territórios”.<sup>82</sup>

Em 1828 e 1831, chegaram à vila de Santa Maria o 28º Batalhão de Estrangeiros e o 1º Batalhão, respectivamente, constituídos de alemães arrolados que ali se estabeleceram a fim de lutar contra “os orientais, porque alguns soldados aqui se deixaram ficar ao receberem baixas, atraindo colonos alemães de São Leopoldo e vizinhanças, com o que se iniciou o ciclo germânico na formação da cidade”.<sup>83</sup>

Após a dissolução da corporação, os soldados Boaventura Dauzacker e João Leopoldo Bilo permaneceram no povoado. O primeiro trabalhava em uma pedreira e o segundo era carpinteiro. Foram seguidos pelos pedreiros Valentim Freyler e João Satter, chegados em

---

<sup>78</sup> Idem, p.319.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização-os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrand (Org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.25.

<sup>81</sup> MAESTRI, Mário. *A ocupação do território* [...] Ob. cit., p.73.

<sup>82</sup> Ibidem, p.73.

<sup>83</sup> Cf. BELTRÃO, Romeu. *Síntese histórica* [...]. Ob. cit., p.17.

1829, entre outros.<sup>84</sup> Estabeleceram-se na vila, abrindo, alguns deles, casas comerciais. Tal movimento facilitou o aparecimento de ruas e o movimento das carretas que transportavam mercadorias.

Cirilo Costa Beber, memorialista santa-mariense, em *Santa Maria 200 anos história da economia do município*, afirma que “os imigrantes alemães, a partir de 1830, foram os que implantaram no pequeno povoado práticas de comércio mais modernas, com uma maior variedade de produtos, como aquelas adotadas no país de origem. Foram também os alemães os responsáveis pela implantação das primeiras atividades artesanais. Essa liderança germânica no comércio e na indústria perdurou até quase o fim do século 19”.<sup>85</sup>

Em 1834, o escritor francês Arsène Isabelle, autor de *Voyage a Buenos-Ayres et a Porto-Alegre, par la Banda Oriental, les Missions d'Uruguay et la Province de Rio-Grande-do-Sul*, passando por Santa Maria, registrou que a população era em torno de “mil e duzentas almas”.<sup>86</sup>

O *Álbum comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria* descreveu que o “comércio era um milagre [sic] germânico”.<sup>87</sup> Ao se referir ao “milagre germânico”, pretender-se-ia ressaltar que a freguesia de Santa Maria da Boca do Monte sofrera grandes estragos econômicos por conta da Guerra Farroupilha, sem, porém, entrar em detalhes. Dizia-se, apenas, que “a sede da povoação que tinha 160 casas de moradia em 1835 poderia ter duplicado; entretanto, não crescera mais que 60, tendo apenas 220 quando a freguesia foi elevada a categoria de vila”.<sup>88</sup>

Na época, as casas não passavam de cento e sessenta, todas baixas. Vinte anos mais tarde, as moradias eram ocupadas, em sua grande maioria, por alemães, ali estabelecidos “desde a fundação da colônia de São Leopoldo”, segundo informou o promotor de justiça porto-alegrense Luiz Bello, em 1856, em *Diário de uma viagem no interior da província de São Pedro em 1856*.<sup>89</sup>

Em *História do município de Santa Maria 1797/1933*, João Belém escreveu: “[...] quem, pelo ano de 1858, chegasse à sede da povoação, enganar-se-ia supondo que a

<sup>84</sup> Ibidem, p.17.

<sup>85</sup> COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos*. História da economia do município. Santa Maria: Palotti, 1998. p.166.

<sup>86</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. Santa Maria: Editora UFSM, 1997. p.36.

<sup>87</sup> *Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria*. Porto Alegre: Metrôpole, 1958. p.29.

<sup>88</sup> Ibidem, p.29.

<sup>89</sup> Cf. MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria* [...]. Ob. cit., p.40.



localidade [era] fundada por alemães, em razão dos nomes germânicos que ostentavam as tabuletas e letreiros de todos os estabelecimentos comerciais e oficinas que se mostravam aos olhos do forasteiro”.<sup>90</sup> Neste ano, viviam na vila mais de trinta famílias de alemães, trabalhando como artífices, comerciantes e agricultores. Era colônia muito próspera, que mantinha os dialetos trazidos da Alemanha. No relativo à área urbana, os alemães estabeleceram-se inicialmente ao norte de Santa Maria.

Em *A Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*, Robert Avé-Lallemant relatou que “um dos negociantes alemães que há dezenove anos chegara sem nada em Santa Maria, mostrou-me sua casa, seu armazém, seu pomar; tudo tão bem construído, tão espaçoso, tão bem ordenado, que a gente esquece os campos do Rio Grande e julga estar numa loja européia. As freguesas moram em Santa Maria, nos arredores, na serra; têm dinheiro para pagar essas coisas caras sem dificuldade”.<sup>91</sup>

É importante lembrar que “a terra, antes de 1850 era símbolo de status social, após a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 [Lei de Terras], passa a ser tratada como mercadoria, e, como tal, será transacionada, [...] as terras só poderão ser adquiridas mediante a compra”.<sup>92</sup>

A próspera colônia alemã de Santa Maria progredia com o comércio, exportando e importando produtos. O escoamento das mercadorias era feito com carretas tracionadas por bois. Em 1859, o político mineiro Joaquim Fernandes Leão registrou, na *Revista Comemorativa do Primeiro Centenário (1814-1914)*, ao visitar Santa Maria, que sua população crescera para “5.110 [pessoas], sendo 4.124 livres, 20 libertos e 966 escravos”.<sup>93</sup>

Em 1870, finda a Guerra contra o Paraguai, Santa Maria apresentava cerca de pouco mais de oito mil habitantes. A cidade enviou número significativo de soldados aquela guerra. No artigo “Readaptação das famílias missioneiras migrantes: a rua da aldeia”, Teófilo Torronteguy lembrou que: “[...] mais uma vez o comércio local foi privilegiado. Vários artesãos não tinham mão-a-medir o fabrico de objetos de couro como botas, arreios e guaiacas. O consumo era rápido. As costureiras não venceram as encomendas. Muitas

<sup>90</sup> BELÉM, João. *História do Município* [...]. Ob.cit., p.110.

<sup>91</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria* [...] Ob. cit., p.45.

<sup>92</sup> GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrand (Org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto.1996. p.47-66. p.47

<sup>93</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria* [...] Ob. cit., p.50.

senhoras, improvisadas como oficiais da agulha confeccionaram, às pressas, camisas, bombachas e, principalmente, ponchos de lã”.<sup>94</sup>

Seis anos mais tarde, a população santa-mariense crescera com a chegada de imigrantes russos-alemães e italianos, que se estabeleceram na região de Silveira Martins.

### **Russos-alemães e italianos**

No final do século 19 e início do século 20, levas de colonos-camponeses russos-alemães, italianos etc. estabeleceram-se na região, na área serrana, uma vez que os campos, como mencionado, encontravam-se quase que totalmente ocupados.

Em *Santa Maria 200 anos*, Cirilo Costa Beber ressaltou que “em fins do século 19, com a chegada ao município das concorrentes imigrações italianas, libanesa e judaica, diminuiu a predominância da etnia alemã na economia local”.<sup>95</sup>

Em “Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul”, artigo integrante da obra *RS: imigração e colonização*, Aldair Lando e Elaine Barros explicaram que “os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno”.<sup>96</sup> Segundo os autores, “em São Paulo, o imigrante vem contratado para o trabalho assalariado nas fazendas de café. Na condição de assalariado rural, dispõe de uma pequena extensão de terra para o cultivo próprio”.<sup>97</sup>

No RS, inicialmente, os imigrantes dedicaram-se à agricultura de subsistência. Em Santa Maria, aos poucos, estes e seus descendentes desceram à área serrana em direção ao centro de Santa Maria para comercialização de seus produtos.

Em *Imigração & 4ª Colônia, Nova Palma & Pe. Luizinho*, Breno Sponchiado registra que 156 famílias de russos-alemães chegaram ao Rio Grande do Sul, em 27 de julho de 1876, instalando-se nas proximidades de Caxias do Sul. No ano seguinte, aproximadamente quatrocentos imigrantes da mesma nacionalidade formaram na região central do Rio Grande do Sul o Núcleo Colonial dos Russos-Alemães que acabou ocupando o barracão de Val de Buia, em Silveira Martins. Depois de uma longa estiagem, seguida de um inverno rigoroso, somente 29 famílias de russos-alemães permaneceram na

<sup>94</sup> TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. Readaptação das famílias [...]. Ob. cit., 318 *et seq.*

<sup>95</sup> COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos* [...]. Ob.cit., p.177.

<sup>96</sup> LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização [...] Ob.cit., p.19.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.19.

região, seguindo os demais para o Paraná.<sup>98</sup> O núcleo russo-alemão localizou-se no nordeste de Santa Maria, onde, desde 1877, estabeleceram-se também os italianos.

A imigração em massa de colonos-camponeses italianos chegou à província do Rio Grande do Sul a partir de 1875, formando as colônias de Conde D'Eu [Garibaldi], Dona Isabel [Bento Gonçalves], Caxias do Sul e Silveira Martins. A historiografia tradicional propõe que os italianos teriam encontrado situação de desvantagem, em relação aos alemães, chegados cinqüenta anos antes. As melhores terras, mais próximas dos mercados consumidores, já teriam sido ocupadas, e seus lotes eram menores, em lugares íngremes. Porém, não se pode esquecer que, ao contrário de 1824, em 1875, a Província já contava com uma maior população e, portanto, maior mercado e meios de comunicação mais desenvolvidos.

Em relação à Santa Maria, enquanto os alemães estabeleceram-se inicialmente na parte norte da cidade dedicando-se ao comércio, os italianos ficaram a nordeste da cidade, na região serrana, conhecida como Silveira Martins, dedicando-se, inicialmente, à agricultura. Anos mais tarde, por volta de 1880, os italianos chegam à sede. Cirilo Costa Beber relata: “[...] no novo mercado de trabalho, uns se tornaram operários, especialmente da Viação Férrea. Outros, profissionais liberais. Mas, a maioria, comerciantes de pequeno porte, exploravam o ramo de secos e molhados e produtos coloniais”.<sup>99</sup>

Acredita-se que, a partir desse momento, houve um acirramento da concorrência comercial entre os alemães e italianos, principalmente.

Aos poucos, os imigrantes italianos foram introduzidos nas descrições sobre Santa Maria. Apesar de terem aportado maciçamente na região a partir de 1877, eles aparecem timidamente nos registros dos viajantes apenas a partir das publicações do alemão Henry Lange, em 1885, especialmente em *Südbrasilien-Die Provinzen São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná mit Rücksicht auf die deutsche kolonisation*. Para Lange, no centro do lugarejo, havia, aproximadamente, quatro a cinco mil pessoas, “metade italianos e metade alemães”. O autor desconsidera os luso-brasileiros ali fixados.<sup>100</sup>

Em *Memórias de um imigrante italiano*, traduzida e publicada em 1975, o imigrante Júlio Lorenzoni relatou como era o cotidiano do trabalho na Colônia Silveira

<sup>98</sup> Cf. SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma & Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996. p.54.

<sup>99</sup> COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos [...]*. Ob. cit., p.179.

<sup>100</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem [...]*. Ob. cit., p.70.

Martins, nas décadas iniciais da imigração. Nas palavras do imigrante, “estávamos então no início do inverno. Haviam-se organizado, os trabalhos para a abertura de novas estradas, dando-se início a principal, que deveria desembocar no campo, na vizinhança de Santa Maria, com um percurso de dezoito quilômetros, levando cerca de dois anos para ficar pronta. Foram então distribuídas as ferramentas necessárias.”<sup>101</sup>

Segundo a descrição de Júlio Lorenzoni, todos trabalhavam: homens, jovens e meninos: “[...] ganhando, os primeiros, um mil e quinhentos réis por dia, as mulheres e jovens de dezesseis ou dezessete anos, um mil réis e os meninos, setecentos e cinqüenta e também quinhentos réis. Ganhavam pouco, é verdade, pois o trabalho também era pouco.”<sup>102</sup>

Quanto ao pagamento, Júlio Lorenzoni descreveu que “só era feito cada três ou quatro meses por uma pessoa encarregada especialmente disso que vinha de Porto Alegre. Este pagamento processava-se mediante listas de duplicata, apresentadas pelos citados chefes de grupos. As listas, muitas vezes, não eram a expressão da verdade; continham, quase sempre, nomes de pessoas que, ou já estavam mortas, ou viviam na Itália e compreende-se que o lucro para os chefes era bem maior...”<sup>103</sup>

Quando abandonavam a península itálica, alguns imigrantes traziam um livro de bolso, de normas e conduta: o *Guida spirituale per l'emigrato italiano nella América*. Escrito pelo sacristão e missionário apostólico Pietro Colbacchini, em 1896, apresentava, entre outras considerações, recomendações para que os italianos não fossem demasiado ávidos nos negócios, sobretudo no comércio e na usura.<sup>104</sup>

Segundo o *Guida*, “[...] circunstâncias particulares concorrem para facilitar na América a fraude no comércio e a usura no emprego do dinheiro. Os abusos são tão comuns que parecem legitimar o direito de enganar o próximo, quando isso se possa fazer impunemente. Existem leis em qualquer Estado, também rigorosas, mas se não é a consciência que teme a Deus, torna-se fácil driblar a lei! Se o Senhor vos dá um meio de ajudar seu irmão, com os ganhos da vossa indústria, limitai-vos à vantagem justa e prescrita e não estimule vossa usura.”<sup>105</sup>

<sup>101</sup> LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. A. Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.63.

<sup>102</sup> Ibidem, p.63.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Cf. COLBACCHINI, Pietro. *Guida Spirituale per l'emigrato italiano nella America*. Milão: Bertarelli. 1896.

<sup>105</sup> Ibidem., 285. “*circostanze particolare concorrono a facilitare in America la frode nel commercio e le usure nell'impeigo del denaro. Gli abusi sono così comuni che sembra legittimato il diritto di ingannare il prossimo, quando ciò si possa fare impunemente. Esistono le leggi, e in qualche Stato, anche rigorose, ma*

Em um segundo momento, ditavam-se regras sobre a honestidade na compra e venda de produtos, explicando que “não se deve abusar da ignorância ou da simplicidade de certos co-nacionais ou dos estrangeiros. Os bons cristãos devem saber que não é permitido enganar os outros, seja no peso ou na qualidade de quem compra ou vende. Um é o que ganha uma legítima indústria, outro é aquele [lucro] do engano. Muitas vezes, ouvi de italianos emigrados no Brasil que quem não sabe roubar não pode ser um bom comerciante. Humilhante confissão que mostra o quanto é comum entre os nossos a arte de roubar. Mas com estes ganhos não devem invejar os italianos honestos, são fábricas construídas na areia e as quais, como mostra a experiência, caem no mais rápido sopro de vento.”<sup>106</sup>

Não se sabe ao certo até que ponto esses *ensinamentos* foram seguidos. Porém, pode-se afirmar que, seguindo ou não o *Guida*, muitos comerciantes italianos e germânicos prosperaram de forma significativa em Santa Maria.

Em busca de maiores lucros, os imigrantes desciam a serra de Silveira Martins rumando para Santa Maria a fim de comercializar seus produtos onde conseguiriam preços melhores.

Mário Maestri, em *Os Senhores da Serra* assinalou: “Júlio Lorenzoni participou da fundação de Silveira Martins, onde viveu de 1878 a 1883. Ele lembrava que, já nos primeiros tempos, os produtos coloniais abundavam, mas eram vendidos por preços irrisórios. Ao contrário, os produtos trazidos de Santa Maria alcançavam preços elevados. Com um saco de milho de sessenta quilos, compravam-se três quilos de café!”<sup>107</sup>

O autor complementou: “[...] apenas as dificuldades de mercantilização dos produtos não explicam o marasmo posterior de Silveira Martins em relação às colônias do nordeste gaúcho. Em seu diário, Lorenzoni registrou que a colônia Dona Isabel, também conhecia

---

*se non è la coscienza informata al timore di Dio, quanto non torna facile evadare dalle legge! Se il Signore vi dà il mezzo di aiutare il vostro fratello, coi risparmi delle vostre industrie, limitatevi a quel vantaggio che è giusto, non stimoli la vostra avidità all' usura”.*

<sup>106</sup> Idem, p.290 et seq.. “Non dovete abusare della ignoranza o della semplicità di certi vostri connazionali o degli stranieri. I buoni cristiani devono sapere che mai è permesso inganare altri, sai nel peso che nella qualita di ciò che si compera o si vende. Altro è il guadagno di una legittima industria, altro è quello dell' ingano. Più voste ho udito da italiani emigrati in Brasile, che chi non sa rubare no può fare il commerciante. Umilitante confessione che mostra quanto sia comune fra i nostri l'arte del rubare. Ma codesti guadagni non devono eccitare l' invidia degli italiani onesti, sono frabbriche costruite nella sabbia, le quali, come mostra l'esperienza, cadono al più leggiero soffio di vento.”

<sup>107</sup> MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: A colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ACIRS, Passo Fundo: EdiUPF, 2000. p.56.

dificuldades de escoamento da produção. Essa situação devia-se à estreiteza dos mercados regionais e ao alto valor do transporte, que dificultavam o escoamento dos produtos”.<sup>108</sup>

Mário Maestri forneceu-nos um paralelo interessante entre as colônias italianas do nordeste e da região central do RS. “Quando as terras das colônias de Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias acabaram de ser distribuídas ou viram sua fertilidade cair, o rio das Antas foi atravessado e outras colônias abertas. Ao contrário, as terras de Silveira Martins estavam cercadas por fazendas latifundiárias, que impediram a expansão das colônias. Com a queda da fertilidade dos terrenos e o crescimento demográfico da população de Silveira Martins, iniciou-se importante migração para outras frentes coloniais, algumas delas fora do Estado”.<sup>109</sup>

Inicialmente, a abertura de picadas e estradas estava relacionada com fins militares. Em 1756, cerca de trezentos homens trabalharam na abertura da picada de São Martinho. Um comércio incipiente deu-se a partir da abertura de algumas bodegas ou bolichos que vendiam um pouco de tudo: arroz, bombacha, botas, cachaça, enxadas, erva mate, lampiões, lenha, pás, pregos, rapaduras, sal, tamancos e tecidos em rolos. Pós-1830, as bodegas foram substituídas pelos armazéns de secos e molhados, que perduraram até aproximadamente a década de 1950.<sup>110</sup>

Em 1840, abriu-se a Picada do Pinhal, ligando Santa Maria a Cruz Alta. Em 1881, foi iniciada a construção da primeira estrada de rodagem que ligou Santa Maria à Colônia Silveira Martins, núcleo de colonos-camponeses italianos, facilitando o escoamento da produção. A estrada Silveira Martins-Santa Maria foi inaugurada somente em 1882, sendo completada a ligação com Núcleo Norte [Ivorá] e Núcleo Soturno [Nova Palma] dois anos mais tarde, por Manuel José Siqueira Couto. Romeu Beltrão registrou também que “colonos italianos da ex-colônia Silveira Martins fundam[ram] as colônias de Geringonça, Núcleo Norte, Arroio Grande, Nova Palma e Dona Francisca”.<sup>111</sup>

A obra *As Missões na Província do Rio Grande do Sul*: notícia descritiva [sic] e necessidade de sua colonização [sic], de 1884, de Joaquim Saldanha Marinho Filho, engenheiro-auxiliar da Inspetoria Geral de Terras e Colonização e chefe da Comissão de Discriminação de Terras, ressaltou que boas estradas conduziam a Santa Maria – não no sentido de facilidade de tráfego, mas de ligação somente – sendo otimista quanto ao

---

<sup>108</sup> Ibidem, p.56.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Cf. COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos* [...]. Ob. cit., p.192.

<sup>111</sup> BELTRAO, Romeu. *Cronologia histórica* [...]. Ob. cit., p.322.

futuro comercial do lugarejo, onde os caminhos acabavam facilitando “e diminuindo as distâncias entre os centros de produção e de consumo”.<sup>112</sup>

As estradas que serviriam, entre outros, ao escoamento da produção, constituíam um problema na região central, o que foi, em grande parte, amenizado com a modernização trazida pela chegada da estrada de ferro, a partir dos anos 1880.

### **Modernização: a chegada da ferrovia**

Em 1885, a ferrovia chegou a Santa Maria, impulsionando a *modernização* da cidade e determinando forte mudança econômica e social na região.<sup>113</sup> Santa Maria encontrava-se no centro da Província, passando a ser o seu entroncamento ferroviário, ponto obrigatório de passagem do comércio que ligava a fronteira e a região serrana com Porto Alegre, permitindo, assim, que o comércio local escoasse os excedentes regionais para os centros consumidores.

Em posição privilegiada, no centro da Província, Santa Maria tornou-se o pólo comercial dos lugarejos circunvizinhos, um entreposto de praças comerciais.<sup>114</sup> Sua ligação mercantil dava-se com Alegrete, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, São Borja, São Martinho, entre outros. Na região, os primeiros gêneros a serem cultivados para venda pelos imigrantes alemães e italianos foram batata, feijão, mandioca, milho e trigo, com uma exportação anual que chegou aos 62 contos de réis.<sup>115</sup>

Na sede, existiam casas comerciais de todos os ramos, desde negócios vendendo fazendas e miudezas, a armazéns de secos e molhados, ferragens, tamancarias, alfaiates, ferreiros, marceneiros, lombilharia, produtos farmacêuticos, etc.<sup>116</sup>

O município de Santa Maria possuía uma área de quase 3.500 km<sup>2</sup>, pertencendo-lhe os distritos de Arroio do Só, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, Itaara, São Martinho e Silveira Martins.<sup>117</sup>

<sup>112</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. [...] Ob. cit., p.68.

<sup>113</sup> BELTRAO, Romeu. *Cronologia histórica* [...]. Ob. cit., p.308.

<sup>114</sup> Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria. Porto Alegre: Metrópole, 1958. p.29.

<sup>115</sup> Cf. MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*[...]. Ob. cit., p.51.

<sup>116</sup> Cf. Álbum ilustrativo comemorativo [...]. Ob. cit. p.29.

<sup>117</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Publicação do IBGE: [s.ed]. p.179.

Em *A política de colonização do Império*, de 1999, o historiador Paulo Pinheiro Machado constatou que “quanto mais distante dos rios da bacia do Jacuí, maiores eram os problemas de transporte enfrentados pelas colônias”.<sup>118</sup> Isso quer dizer que, quanto mais perto dos rios, maior era a facilidade de escoamento do excedente produto.

Esse foi um dos maiores problemas enfrentados pela colônia de Silveira Martins, que não apresentava saída fluvial e, muito menos, boas estradas que permitissem fácil escoamento e comercialização dos produtos. Muitos colonos optaram por vender seus produtos nas localidades mais próximas, como Colônia [atual Camobi], Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria. Paulo Machado definiu como “pobreza com fartura” o fato de que colonos-camponeses possuíam, por um lado, produtos para alimentar-se e, por outro, praticamente não tinham dinheiro para comprar artigos manufaturados e de primeira necessidade que não produziam, devido à dificuldade de comercialização.<sup>119</sup>

A situação das estradas era uma constante preocupação dos comerciantes, moradores e viajantes. Inicialmente, o transporte era feito através de picadas abertas no mato limitando-se “às montarias, às carretas e carretões, tracionadas por juntas de bois”.<sup>120</sup>

Em *Santa Maria 200 anos*, Cirilo Costa Beber enfatizou que, em 1889, a câmara municipal apresentou um relatório no qual discutiu o problema das estradas, debatendo que era “impossível desenvolver um município como uma província, quando suas vias de comunicação são deficientes [...]. As dificuldades aumentam à proporção que o município vai se tornando mais populoso, pois que são estradas para os diferentes pontos que comunicam com a cidade. A impossibilidade de comunicação é a causa entorpecedora da lentidão que se contempla no progresso municipal”.<sup>121</sup>

Sem chegar a um consenso, em 1899, a discussão sobre as estradas foi retomada pelo agrimensor, jornalista, historiador e biógrafo Catão Coelho e pelo jornalista Candido Brinckmann, no *Almanach Municipal da Cidade de Santa Maria da Boca do Monte para o Anno*, no qual descrevem as más condições daquelas vias. Segundo eles, as estradas, “no verão são secas e intransitáveis no inverno, tornam-se impossíveis, com especialidade as quatro estradas para a cidade de Santa Maria, por ser um terreno completamente argiloso e impermeável”.<sup>122</sup> As chamadas estradas mestres, que eram as principais estradas do

<sup>118</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.93.

<sup>119</sup> Ibidem, p.94.

<sup>120</sup> COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos*. [...]. Ob.cit., p. 56.

<sup>121</sup> Ibidem, p.57.

<sup>122</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem* [...]. Ob. cit., p.83.



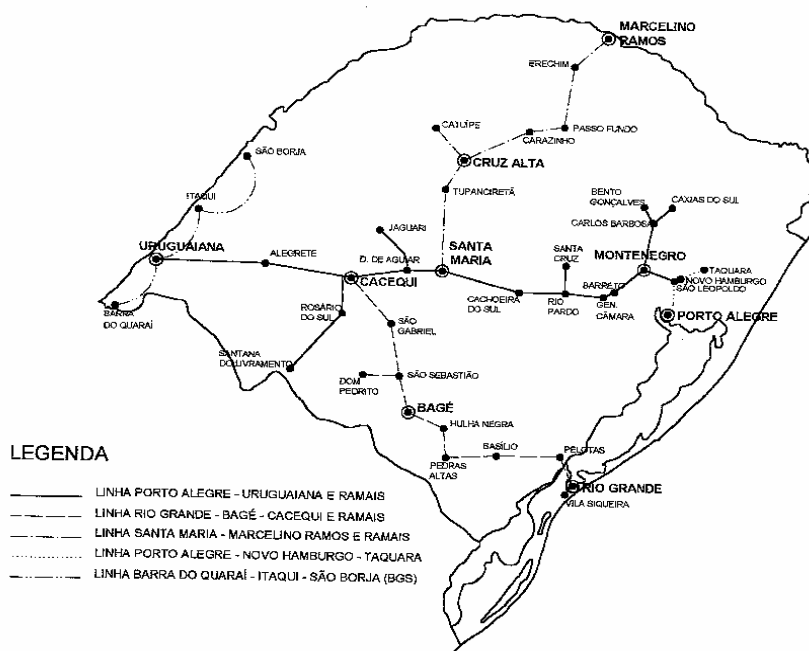
município, ligavam a sede da localidade a São Sepé, Cachoeira do Sul, São Gabriel, São Vicente, Boca do Monte, São Martinho, Conceição e Pinhal.<sup>123</sup>

No artigo “As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX”, de 1995, Antônio Zambom propõe: “[...] antes da ligação ferroviária, Santa Maria apresentava-se como uma ‘típica vila colonial’, poucas ruas de chão-batido, contando com aproximadamente 350 casas e uma população em torno de 2.500 habitantes. A arquitetura das moradias era modesta, de aparência colonial, janelas baixas, pouca ventilação, telhados de duas-águas”.<sup>124</sup>

Com a chegada da viação férrea, a cidade passou por grandes transformações, inclusive arquitetônicas, quando deu lugar a construções mais opulentas, ao aparecimento de instalações sanitárias, melhoria nas comunicações e transportes, etc. Na Figura 3, apresentam-se os traçados da via férrea no RS, em 1920.

**Figura nº 3**

Mapa da malha ferroviária do RS. Situação em 1920.



<sup>123</sup> *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sul 1875-1925.* p.260.

<sup>124</sup> ZAMBOM, Antônio Lídio de Mattos. As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX. *Vydyá*, Santa Maria, ano 14, nº 24, jul/dez 1995. p.156

Fonte: CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventário das Estações: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pallotti. 2002. p.24.

Em 1903, o alemão Wilhelm Lacmann, autor de *Ritte und Rasttage in Südbrasilien*, assinalou a importância da ferrovia para o comércio de Santa Maria: “[...] a cidade tem um importante comércio de produtos coloniais devido à sua posição privilegiada de entroncamento da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana, no trecho Cacequi-Alegrete, entretanto ainda não acabada e da linha Santa Maria-Passo Fundo. Essa posição vai assegurar para Santa Maria um brilhante desenvolvimento nos próximos anos.”<sup>125</sup>

Antônio Zambom afirmou ainda que “todo este trânsito acelerou o desenvolvimento da urbanidade, incentivando também a criação de entrepostos, depósitos de produtos, bons hotéis, restaurantes, casas comerciais e atrativos para os viajantes e visitantes que chegavam à cidade”.<sup>126</sup>

Santa Maria cresceu e começou a apresentar os primeiros traços da *modernidade*. Aos poucos, a cidade teve sua face urbana remodelada, com a linha telegráfica, em 1876; o calçamento, em 1895; a luz elétrica; a água e o esgoto, em 1896 e o telefone, em 1903. Em fins do século 19, abriram-se novas ruas, arborizaram-se, calçaram-se e pavimentaram-se outras. Destacaram-se, nesse processo urbanístico, algumas construções que permanecem até os dias atuais: a praça Saldanha Marinho, remodelada em 1904; a Igreja Evangélica Luterana; o Theatro Treze de Maio; a Intendência Municipal; a Sociedade Italiana de Socorro Mútuo e Recreativa; o Hospital de Caridade; o Cine-Teatro Independência, entre outras.<sup>127</sup>

Por detrás da Viação Férrea, havia uma bem montada infra-estrutura para seus operários. A ferrovia trouxe grandes transformações urbanas à paisagem de Santa Maria, com o trânsito cada vez mais intenso de viajantes e mercadorias, além de construções da ferrovia e do apoio logístico fornecido aos seus operários – cooperativa, escolas, fábricas, entre outros. Em seis anos, de 1907 a 1913, houve um acréscimo de 19.169 pessoas, enquanto as mercadorias expedidas cresceram 6.877.175 toneladas, e as recebidas, 21.446.175 toneladas, conforme a Tabela 1.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. [...] Ob. cit., p.90.

<sup>126</sup> ZAMBOM, Antônio Lídio de Mattos. *As transformações urbanísticas* [...]. Ob. cit., p.157.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>128</sup> *Idem*.

**Tabela nº 1**

Movimentação de passageiros e mercadorias da Viação Férrea  
de Santa Maria de 1907 a 1913

|                          | 1907  | 1913   |
|--------------------------|---|--|
| Viajantes com passagens  | Embarcados 18.854<br>Desembarcados 19.513   | Embarcados 39.481<br>Desembarcados 38.682    |
| Mercadorias em toneladas | Expedidas 8.114.429<br>Recebidas 11.267.824 | Expedidas 14.992.098<br>Recebidas 32.714.075 |

Fonte: ZAMBOM, Antonio Lídio de Mattos. As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX. *Vydyá*, Santa Maria, ano 14, nº 24, jul/dez 1995. p.157.

Em *Memória Cidadã Vila Belga*, de 2002, Ariadne Lamana destacou que “a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea foi fundamental para a sobrevivência da classe ferroviária. Possuía um hospital próprio, a Casa de Saúde, para atendimento dos cooperados e dependentes, e instituiu, em uma época que não conhecia o sistema previdenciário, utilíssima Caixa de Pecúlios, garantindo [sic], assim, o futuro dos trabalhadores da Viação Férrea. Destacou-se, sobremaneira, na área da educação, mantendo escolas em Santa Maria e instalando, ao longo da ferrovia, as chamadas escolas turmeiras. Havia, também, um parque industrial [sic] de apoio, composto por farmácias, padarias, fábricas de sabão, torrefação e moagem de café, fábricas de bolachas, alfaiataria e açougues, que abatiam o gado em locais da própria cooperativa”.<sup>129</sup>

No início do século 20, marcou-se a chegada dos sírio-libaneses, belgas e judeus em Santa Maria, contribuindo para o crescimento social e econômico do lugar.

### **Sírio-libaneses, belgas e judeus**

Pode-se citar ainda sírio-libaneses que, chegando ao Rio Grande do Sul por volta de 1894, espalharam-se por diversas cidades, entre elas Santa Maria, nos primeiros anos do século 20.

<sup>129</sup> LAMANA, Ariadne. *Memória Cidadã Vila Belga*. Porto Alegre: Centro de História Oral, 2002. p.134.

Na dissertação “Imigração e memória: história de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul”, a historiadora de Santa Maria Neida Morales elucidou que a terra, por falta de recursos financeiros, não se mostrava atrativa aos sírio-libaneses, então “atuar como mascate mostrava-se como atrativo aos imigrantes necessitados de inserção profissional”.<sup>130</sup>

Neida Morales propõe que “a dilatação cada vez maior do comércio, evidenciava um progresso pujante [sic], exacerbado pela disponibilização de novos serviços [...] sem dúvida um terreno fecundo para o desempenho da mascateação”.<sup>131</sup>

Mais tarde, “as estradas de ferro foram especiais na consolidação de um panorama progressista, favorável ao comércio e à forma típica de comercializar adotada pelos primeiros imigrantes sírio-libaneses [...]. Por elas, as mercadorias oriundas dos centros fabris, de São Paulo em particular, chegavam ao extremo sul brasileiro com freqüência e velocidade”.<sup>132</sup>

Os sírio-libaneses localizaram-se, preferencial e inicialmente, nas proximidades da Viação Férrea, ao longo da avenida Rio Branco, local de maior fluxo de pessoas na época; espalhando-se a seguir pelas ruas adjacentes e outras como Acampamento, Bozano, Borges de Medeiros, Venâncio Aires, etc. Da mascateação os imigrantes entraram para o ramo de bares e armazéns (que vendiam de tudo) como demonstram os depoimentos colhidos por Neida Morales junto a descendentes de imigrantes sírio-libaneses de Santa Maria.<sup>133</sup>

A construção da Vila Belga iniciou-se em 1898, tendo sido inaugurada em 1903, com o principal objetivo de abrigar os funcionários da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, de capital belga, que arrendara a ferrovia no Rio Grande do Sul. A vila era composta de 84 casas. “Destas, quarenta são geminadas e os outros quatro imóveis foram construídos posteriormente, com o intuito de abrigar os engenheiros da Viação Férrea. As diferenças ficam por conta da tipologia dos imóveis, que se apresentam em formato retangular, L ou C, além dos detalhes arquitetônicos, como aberturas, pilastras, cunhais. Sendo assim é pouco provável que existam duas residências iguais em todo o complexo”.<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> MORALES, Neida Regina Ceccin. Imigração e Memória: Histórias de Imigrantes Sírio-Libanenses no Rio Grande do Sul. Dissertação Mestrado em Integração Latino-Americana. Santa Maria: UFSM, 2004. p. 96.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>132</sup> Idem, p. 108.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> LAMANA, Ariadne. *Memória Cidadã* [...] Ob.cit., p.72.

Salvo engano, esse foi o primeiro conjunto habitacional do Estado. Seu patrimônio arquitetônico foi tombado, em nível municipal, em 1998 e em 2000, recebeu tombamento estadual do IPHAE.

Em fins de 1903, a companhia européia *Jewish Colonization Association* [JAC] adquiriu cerca de 66 hectares onde hoje se encontra o município de Itaara, a fim de ali judeus-russos se estabelecerem. A *Jewish Colonization Association* [JAC] também era conhecida como Associação Judaica de Colonização [Y.C.A.], fundada em 24 de agosto de 1891. Era presidida pelo engenheiro judeu barão Maurício Hirsch von Gereuth, que idealizava o estabelecimento de colônias judaicas em países como o Canadá e a América Latina, especialmente o Brasil e a Argentina.<sup>135</sup>

A escolha do local, em 1900, deu-se por uma comissão de estudos que esteve no Rio Grande do Sul examinando as possibilidades de efetivar a imigração pretendida. Após dois anos, em face do parecer favorável da comissão, foi resolvida a compra de terras no município de Santa Maria, para o estabelecimento da primeira Colônia Judaica no Brasil, onde se fundaria a colônia Philippon. A área foi escolhida por situar-se perto de Santa Maria, pois, absorveria a produção agro-pastoril da Colônia, e por ser servida pela ferrovia, que era então o principal meio de transporte, sendo preteridas as estradas que eram péssimas.

No artigo “A imigração judaica no Rio Grande do Sul”, Vera Cohen explicou que, “em 1902, representando a JAC, o agrônomo Lapine compra terras na região do Pinhal, município de Santa Maria, onde se localizaram, em 1904, os primeiros colonos do então Império Russo, especialmente Bessarábia, e escolhidos pela referida entidade”.<sup>136</sup>

Os memorialistas santa-marienses divergem quanto ao número de judeus que teriam se instalado na colônia. João Belém defende que o grupo era composto por 80 famílias; Romeu Beltrão, 35.<sup>137</sup>

Os judeus ali estabelecidos receberam terras, instrumentos, animais, sementes e ajuda financeira mensal até a primeira colheita, “tudo sem obrigação de ressarcimento”. Esta colônia teria fracassado devido principalmente a “não adaptação ao cultivo, em terras

---

<sup>135</sup> Cf. COHEN, Vera Regina de Aquino. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: . DACANAL, José Hildebrand (org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.67-90.

<sup>136</sup> *Ibidem*. p.82.

<sup>137</sup> Cf. COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos* [...]. Ob. cit., p.187.

subtropicais, intercalados por constantes prejuízos nas lavouras com gafanhotos e secas constantes”.<sup>138</sup>

Uma vez estabelecidos em Philippon, os colonos-camponeses começaram a trabalhar a terra, plantando, principalmente, amendoim, árvores frutíferas, batata, feijão, fumo, legumes, milho e trigo, cuidando ainda da criação de aves. Tudo destinado à subsistência e à venda. O fumo produzido em Philippon, com sementes da Bessarábia, de excelente qualidade, era insuficiente para atender a todos os pedidos, feitos, inclusive, por outros Estados. A produção de fumo era toda vendida a *Chaim Jossel Filschtiner*, que, em 1908, montou uma pequena indústria de cigarros. Muito deste sucesso econômico devia-se à estrada de ferro que ficava à margem da Colônia e era importante para o escoamento da produção.<sup>139</sup>

Como vimos, alguns contratemplos prejudicaram a Colônia: a ausência de chuvas com uma longa estiagem; a presença de gafanhotos que destruiu toda as plantações; o corte do subsídio mensal que cada chefe de família recebia. Porém, outras formas de subsistência mostraram-se viáveis. Desta forma, surgiram novas frentes de trabalho, como a criação de gado bovino e ovino, ocasionando o início de uma pequena indústria de laticínios, com a fabricação de queijos e outros derivados de leite, além da venda de lenha para usinas elétricas, fábricas e padarias. A Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul comprava lenha e dormentes dos colonos. Aos poucos, as terras foram abandonadas, sendo adquiridas pelos ex-colonos Leizer Benjamim Steinbruch, Jaime Brilman e Jerônimo Zelmanovitz, que se tornaram assim os únicos proprietários dos lotes.<sup>140</sup>

A partir de 1908, segundo Cirilo Costa Beber, em *Santa Maria 200 anos*, os judeus colaboraram para engrossar a população do núcleo central de Santa Maria. Esse autor salientou, em forma certamente simplificadora, que com a venda dos lotes, “a maioria dos fracassados colonos tornou-se mascate, vendendo mercadorias de porta em porta”, posteriormente “passaram para o comércio estabelecido, tornando-se donos de importantes estabelecimentos comerciais na cidade”.<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> *Ibidem*, p.187.

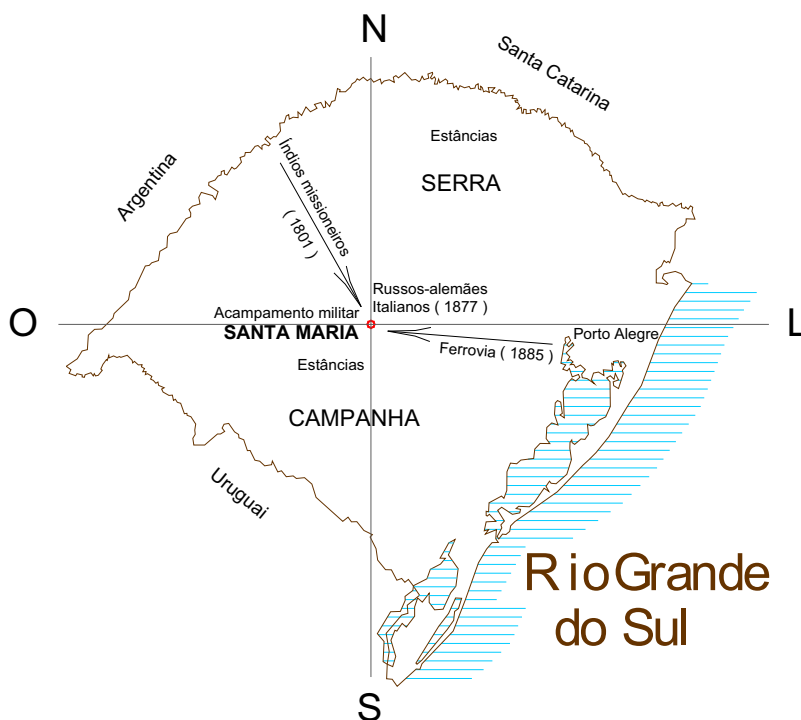
<sup>139</sup> Cf. SOIBELMANN, Guilherme. *Memórias de Philippon*. São Paulo: Bisordi, 1984.

<sup>140</sup> Cf. COSTA, da Geraldino. *A Imigração Judaica em Santa Maria*: Santa Maria: UFSM, 1992.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p.188.

**Figura nº4**

Mapa dos aspectos histórico-geográficos do município de Santa Maria em relação ao Estado do Rio Grande do Sul



FONTE: Adaptado por TREVISAN, Mario Luiz. 2006.

Sobretudo, o cenário social de Santa Maria formou-se com alguns grandes grupos étnicos, diferenciados por importante dinamismo e diferenças sociais: missioneiros, luso-brasileiros; afro-descendentes livres e escravizados; alemães (1828), russos-alemães (1877), italianos (1877), sírio-libaneses (1894), belgas (1898-1903) e judeus (1903). O mapa de Santa Maria [Figura 4] mostra as regiões em que se estabeleceram tendencialmente essas etnias

### **Os viajantes olham Santa Maria**

Em 1905, o italiano Vittorio Bucelli chegou ao Rio Grande do Sul para escrever obra de propaganda sobre a imigração para a cidade de Milão – *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Ele realizou descrição panorâmica da cidade ressaltando sua *italianidade*. Para ele, segundo o recenseamento de 1900, incluindo os distritos, a população chegava a 33.524 habitantes, com quase quatrocentos mil hectares de terras férteis. Segundo o mesmo autor,

a maior parcela da população *estrangeira* era de italianos – oito mil habitantes –, seguindo-se os alemães – 1.200.<sup>142</sup>

Em 1908, o engenheiro civil Ernesto Cunha publicou *O Rio Grande do Sul: contribuição para o estudo de suas condições econômicas*, onde salientou a importância da colônia italiana, sobretudo a de Silveira Martins, onde se produzia principalmente aguardente, arroz, batatas, feijão e vinho. Em todo o município, existiriam “100.000 cabeças de gado vacum, 8.000 cavalos, 5000 muias, 10.000 lanígeros e 15.000 suínos”.<sup>143</sup> A “produção dos engenhos” era de “45.000 arrobas de arroz; 230 pipas de aguardente; 3.000 litros de melado; 30.000 sacos de farinha de mandioca; 1.000 sacos de farinha de milho; 4.500 quilos de farinha de trigo e 200 pipas de vinho”.<sup>144</sup> Geralmente, o transporte de cargas era feito com carroças, puxadas por mulas, quando de quatro rodas, e por cavalos, quando de duas rodas. Em 1913, criou-se a Cooperativa de Consumo dos Empregos da Viação Férrea, por Manoel Ribas, posteriormente eleito Intendente de Santa Maria [1928 a 1930].

Em *O Estado do Rio Grande do Sul*, de 1916, o espanhol Ramon Monte Domecq registrou que Santa Maria teria 430 casas comerciais e que a principal atividade da indústria estava ligada à madeira. Na agricultura, destacava-se a produção de alfafa, arroz, cana, feijão, fumo, mandioca, milho, trigo, tomates e videiras, que ocuparia mais de dez mil hectares. O município destinaria pouco mais de 330 mil hectares à pecuária, criação e pastagem. Segundo Ramon, “a grande força do município baseia-se sobre a variedade de fontes da sua riqueza”.<sup>145</sup>

Em 1920, quando da sua estada na região, o jornalista napolitano Alfredo Cusano descreveu minuciosamente Santa Maria e sua população italiana, com destaque para Silveira Martins, em *El Paese dell'Avvenir: Rio Grande del Sud*. Segundo o jornalista, Santa Maria apresentava uma “posição topográfica invejadíssima, encontrando-se no seu território nove estações ferroviárias”.<sup>146</sup>

Alfredo Cusano enfocou prioritariamente as empresas de *italianos*, como a fábrica de perfumaria e sabonetes de Giuseppe Pellegrini; a de móveis dos Irmãos Mussoi; além da fábrica de produtos alimentícios de Toffolli Culau.<sup>147</sup>

<sup>142</sup> Cf. MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. [...] Ob. cit., p.104.

<sup>143</sup> Ibidem, p.114 *et seq.*

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Idem, p.174.

<sup>146</sup> Idem, p.188.

<sup>147</sup> Idem,189.



Encantado com a região, o napolitano registrou, certamente exagerando, que a colônia de Silveira Martins era muito importante, “contando com trinta mil imigrantes italianos”, que viveriam, na maioria, da agricultura, e os demais do comércio, indústria e artesanato.<sup>148</sup>

Em *O Rio Grande do Sul em todos os seus aspectos*, de 1922, o jornalista santamariense Alfredo Rodrigues da Costa destacou que os principais comerciantes da cidade, no ramo de secos e molhados, ferragens, fazendas e armarinhos, eram “Oreste Toffoli Culau; Fraeb & Cia; Almiro Flôres; Mario Marciaj; João Appel Primo; Eulogio Nieves; J. Carnos & Cia; Júlio Russowisck; Athayde & Irmão; Alcides Roth & Cia; Vicente Vila; Achilles Cezimbra; R. Cauduro & Cia.; Leôncio Fonseca; João Lenz; Guilherme Cassel; Beltrão e Cia; Ildefonso Badeck; Miguel Macedo; Benaducci & Irmão e Benjamin Steinbruck”.<sup>149</sup>

Na obra *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, de 1925, de Benvenuto Crocetta, o autor descreve que, em Santa Maria, existiam quatrocentas casas de negócio e vinte e sete agências comerciais diversas. Quanto à exportação, “figuravam em primeiro lugar: arroz, ervas medicinais, batatas, banha, alho, cebola, feijão preto e de cor, milho, farinhas derivadas, trigo e farinha de mandioca, amendoim, aguardente, vinho e laranja. O valor conjunto das exportações supera[va] os 5.000 contos de réis”.<sup>150</sup> Ele não fazia distinção do que era produzido pelos italianos e seus descendentes, alemães e seus descendentes e lusos-brasileiros, referindo-se apenas que “no 3º distrito predomina[va] o elemento alemão, no 4º e 8º o italiano”.<sup>151</sup> Nos outros distritos prevaleceria *o elemento indígena*. Ou seja, *os brasileiros*. Salvo engano, pela descrição de Benvenuto Crocetta, das quatrocentas casas de negócio e vinte e sete agências comerciais, *o elemento indígena* – apesar de ser numericamente maior – não ocupava lugar de destaque, ficando este posto ocupado pelos alemães, italianos, judeus e outros.<sup>152</sup>

Em 1928, na obra *Através do Rio Grande do Sul*, Fernando Callage registrou as mudanças, o crescimento e o desenvolvimento da cidade: “[...] tem um ar mais soberano, de mais força, de mais progresso, de mais vida. Aquele ar pesado da cidade provinciana,

---

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> Idem, p.200.

<sup>150</sup> Idem, p.208.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem, p.207.

rotineira e atrasada, sem nenhum gosto pela arquitetura, transmudou-se, agora, para uma cidade mais leve, de gosto mais fino e apurado”.<sup>153</sup>

Em 1938, foi publicado o *Guia ilustrado-comercial, industrial e profissional de Santa Maria*, por Navasqués, que escreveu: “[...] uma das características principais de Santa Maria é [era] sem dúvida o seu extraordinário movimento, devido não só à atividade sempre crescente de seu comércio e de sua indústria, como também pelo grande número de trens que diariamente chegam e saem da cidade, mantendo-se em contato direto com as zonas da fronteira, serra e litoral”.<sup>154</sup>

Inicialmente, o coração comercial de Santa Maria era a rua do Acampamento. Posteriormente, com o crescimento da localidade, o centro do comércio deslocou-se para a rua do Comércio [atual Dr. Bozano], que era ocupada em grande parte pelos alemães e seus descendentes. Com a chegada da ferrovia, em 1885, o eixo comercial mudou-se para a avenida Progresso [atual avenida Rio Branco], por ser ponto de passagem dos viajantes que utilizavam os trens.<sup>155</sup>

A principal artéria da cidade era a rua Dr. Bozano, antiga rua do Comércio, em 1939 descrita pelo jornalista Sérgio de Couvêa em *Santa Maria no Cincoentenário (sic) da República*: “[...] a rua Dr. Bozano é o coração mesmo de Santa Maria. É o coração e o cérebro porque aqui não transitam apenas as meninas bonitas e elegantes, nessa feira luxuosa de elegâncias, mas vêm, também, os homens de negócios discutir assuntos importantes, ora sentados à mesa dos cafés, ora postados às portas é o centro onde todos se divertem, nos cinemas, nos bares, nos cafés, é o centro onde os homens graves e sisudos discutem altas transações, problemas da política européia”.<sup>156</sup>

No Gráfico 1, apresenta-se a evolução da população santa-mariense segundo os números fornecidos pelos viajantes.

---

<sup>153</sup> Idem, p.216.

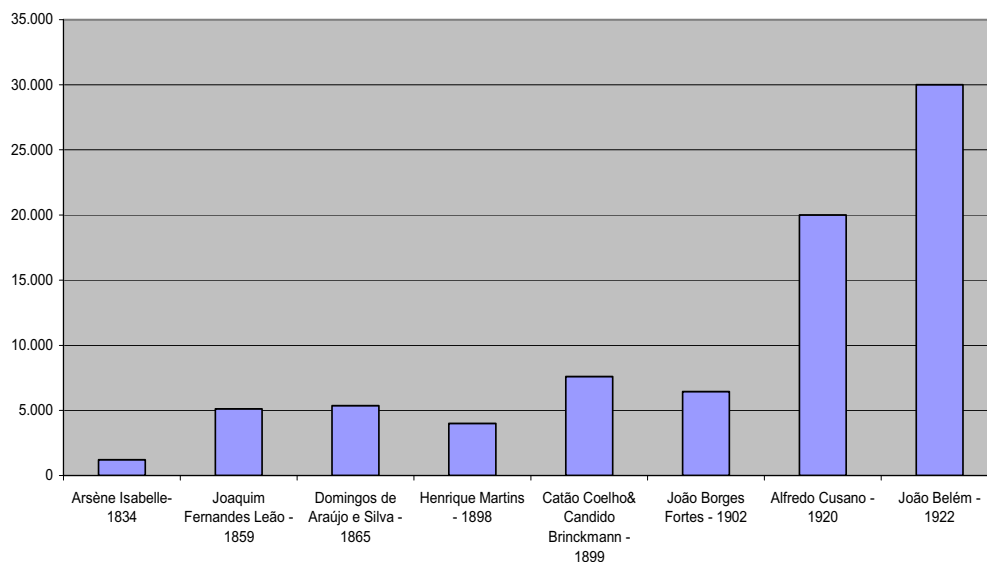
<sup>154</sup> Idem, p.232.

<sup>155</sup> Cf. COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos* [...]. Ob. cit., p.193.

<sup>156</sup> MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem* [...]. Ob. cit., p.242.

**Gráfico n° 1**

Evolução da população santa-mariense segundo os viajantes.



Fonte: Tabela elaborada com base na obra MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. Santa Maria: Editora UFSM, 1997, p.36.

Após a apresentação da formação social e econômica do município de Santa Maria, bem como da análise das principais correntes étnicas formadoras da cidade, busca-se a compreensão da formação conjuntural política regional, utilizando-se da análise nacional e internacional e dos principais movimentos políticos formados nas décadas de 30 e 40.

## CAPÍTULO 2: CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL.

### Crer, obedecer e combater

No *Dicionário de política*, Norberto Bobbio define o fascismo como “um sistema autoritário de dominação que é caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto ao chefe, [...] desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo.”<sup>157</sup> O autor descreve ainda que o fascismo utilizava-se de um aparato de propaganda que controlava as informações e destruía as oposições, servindo-se da violência e do terror.<sup>158</sup>

Em *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, Loraine Slomp Giron mostra que “os imigrantes italianos mantiveram suas posições políticas trazidas da Itália devido ao isolamento que aqui se encontravam, tendo os colonos da zona rural pouco envolvimento em questões políticas”.<sup>159</sup> Para Giron, não se pode afirmar que toda a região colonial aderiu ao fascismo, este “nunca procurou envolver os pequenos produtores.”<sup>160</sup> E mais, “as camadas médias urbanas envolveram-se com a Ação Integralista Brasileira.”<sup>161</sup> Em *Dall'Italia siamo partiti*, o historiador Paulo César Possamai explicou que “apesar do apoio explícito da Igreja, houve pouca adesão dos colonos ao regime fascista. A simpatia pelo fascismo, representada pelos principais valores cultuados pelos colonos (trabalho,

---

<sup>157</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 6 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. p.466. 2vol.

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994. p.41.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>161</sup> Idem.

disciplina, ordem, família), não foi suficiente para engajá-los diretamente na luta”.<sup>162</sup> No final do século XIX, logo após a chegada dos italianos ao RS, a luta, na zona rural, dizia respeito a “questões relativas a condições de vida”, enquanto que, na zona urbana, “as lutas” teriam “um claro cunho político e ideológico”.<sup>163</sup>

No início do século 20, a Itália sofria ainda os reflexos da Unificação Italiana, através da qual “a industrialização do país levada avante pelo Estado a partir de uma burguesia, então frágil e sem capitais, obrigou à importação de capitais e ao endividamento da Itália. A industrialização não resolveu os problemas sociais. A mão-de-obra não foi absorvida [plenamente] pelas indústrias e não foi realizada a reforma agrária”.<sup>164</sup> Além disso, cresciam os confrontos entre as diferentes classes sociais. Embora ao lado dos vencedores da Primeira Guerra, a Península Itálica “saiu desprezada na divisão do espólio [sic], o orgulho saiu ferido [sic] e os cofres públicos onerados com a pesada dívida de guerra”.<sup>165</sup>

A partir de 1919, as lutas sociais na Itália do pós-guerra geraram os “*fasci*”, que tiveram uma forte ascensão até 1921, quando se tornaram o Partido Nacional Fascista Italiano, sendo Mussolini seu principal líder e mentor. A historiadora Loraine Giron cita Mussolini: “[...] o nosso mito é a Nação, o nosso mito é a grandeza da Nação! E a esse mito, e esta grandeza, que queremos traduzir numa realidade completa, nós subordinamos todo o resto.”<sup>166</sup>

Para a historiadora Cláudia Sganzerla, em *A Lei do Silêncio: repressão e nacionalização do Estado Novo em Guaporé*, “no difícil contexto político-econômico-social italiano, Mussolini passou a ser visto como ‘restaurador’ da honra e do esplendor italianos, abalados pela Primeira Guerra Mundial”.<sup>167</sup> O fascismo, movimento ultranacionalista de direita, entrava em cena à custa da extinção de liberdades e da centralização do poder do Estado, em torno de seu líder máximo, Mussolini.

Segundo Cláudia Sganzerla, “de um modo geral, o fascismo pregava a eliminação da *desordem social* e da luta de classes, prometendo a construção de uma sociedade rigidamente disciplinada em torno de objetivos nacionais, comuns a todos os cidadãos,

<sup>162</sup> POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti*. A questão de identidade entre imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p.237.

<sup>163</sup> Idem., p.42.

<sup>164</sup> Idem., p.64.

<sup>165</sup> Idem., p.65.

<sup>166</sup> Idem., p.63.

<sup>167</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio*. Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF/ Porto Alegre: EST, 2001. p.58.

estabelecidos pelo líder fascista, tido como infalível. Assim, ao homem comum, cabia apenas o papel de *crer, obedecer e combater* ao lado do líder e do partido”.<sup>168</sup>

Em “O crime de ser italiano: a perseguição no Estado Novo”, referindo-se à Região Colonial Italiana, Berenice Corsetti afirma: “[...] a chegada dos elementos fascistas sob a nova orientação na Região Colonial acontece no início da década de trinta, passando a integrar-se a sociedade local e atuando mais diretamente junto ao setor primário, já que a maior parte da população concentrava-se, ainda, na zona rural, voltando sua atividade para o ensino, a saúde e as técnicas agrícolas e vinicultura.”<sup>169</sup>

De modo geral, em fins do século 19, as relações entre os governos do Brasil e da Itália eram amistosas. Nos anos 1920, o governo italiano passou a ver o Brasil como um lugar propício para expansão de seus objetivos políticos e econômicos. Na década seguinte, “a idéia fascista de influenciar politicamente o Brasil se desenvolveu e se consolidou” e o integralismo – analisado a seguir – surgiu no país como interlocutor das idéias fascistas.  
170

A relação Itália-Brasil deu-se através do fornecimento, por parte do Brasil, de “bens de equipamento e material militar, ao passo que o Brasil exporta[va] matérias-primas, principalmente o café [...]. No plano cultural, existe[ia] grande identidade entre Roma e Rio de Janeiro”.<sup>171</sup> O desenvolvimento do integralismo no Brasil interessava também a Itália fascista, que colaborava diretamente com seu líder Plínio Salgado.<sup>172</sup> Por sua vez, as relações comerciais estadunidenses com o Brasil estavam representadas na figura de Osvaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington.

O ponto chave das relações comerciais brasileiras eram os “projetos de cooperação econômica, em particular a construção de um complexo siderúrgico no Brasil”, que poderia “beneficiar-se de um apoio técnico e financeiro dos Estados Unidos”. Todavia, os dois países” assinaram “tão somente acordos limitados e os Estados Unidos não apresentaram interesse concreto pelos grandes projetos nacionais”, ensejando uma aproximação do Brasil à Alemanha, para tal.<sup>173</sup>

---

<sup>168</sup> Ibidem., p.60.

<sup>169</sup> CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo: In: DE BONI, Luis (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1987. v.1, p.363-382, p.366.

<sup>170</sup> BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2001. p.69 ; GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio* [...]. Ob. cit.

<sup>171</sup> BERTONHA, João Fábio. *O fascismo* [...]. Ob. cit.

<sup>172</sup> Ibidem., p.48.

<sup>173</sup> Idem., p.60.

Em *As Sombras do Littorio*, Loraine Giron lembra que Mussolini propunha que, “bem ou mal que seja, a emigração é uma necessidade fisiológica do povo italiano”.<sup>174</sup> Segundo a autora, “até 1927, a posição adotada pelo novo governo foi a mesma do chamado período do ouro (1902-1927), que descarregava mais de um milhão de italianos nos demais países [...]. Desta forma, os italianos expulsos da pátria como mão-de-obra excedente seriam arautos da italianidade e possíveis futuros de um império italiano, ainda um sonho a ser concretizado”.<sup>175</sup> Mussolini propunha: “[...] compreende-se então como o problema da expansão italiana no mundo seja um problema de vida ou morte para a raça italiana. Digo expansão em todos os sentidos: moral, político, econômico, demográfico.”<sup>176</sup>

Em “A situação do italiano como estrangeiro durante a Segunda Guerra Mundial”, o pesquisador da Fondazione Cassamarca (Treviso-Itália), Ângelo Christoffoli, distinguiu dois grupos de italianos no Brasil: “[...] os imigrantes que vieram para o Brasil definitivamente em busca de um novo e promissor futuro, abandonando todo e qualquer laço com o passado e, os estrangeiros que aqui se encontravam apenas temporariamente, muitos desenvolvendo trabalhos, mas mantendo forte relação com a Itália”.<sup>177</sup>

Loraine Giron explicou as diretrizes traçadas por Mussolini aos seguidores do fascismo italiano: “[...] os fascistas que estão no exterior devem ser conseqüentes com as leis do país que os hospedam [...]; não participar das políticas dos países onde estão hospedados [...]; respeitar e representar a Pátria no exterior [...]; defender a italianidade no presente e no passado [...]; fazer trabalho de assistência aos italianos que se encontram em estado de necessidade.”<sup>178</sup>

Para o historiador João Fábio Bertonha, em *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*, o centro da propaganda fascista no Rio Grande do Sul era Porto Alegre, de onde se estendia para o interior. Na década de 20, segundo o pesquisador, a estrutura fascista atingia Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, incluindo, nos anos seguintes, Uruguaiana, Rio Grande, Garibaldi e Bento Gonçalves.<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio* [...]. Ob. cit., p.68.

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> Idem., p.69.

<sup>177</sup> CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. A situação do italiano como estrangeiro durante a Segunda Guerra Mundial. In: DALMOLIN, Cátia (Org). *Mordaça Verde e Amarela*. Imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005. p.61.

<sup>178</sup> GIRON, Loraine Slomp. 1994. *As Sombras do Littorio* [...]. Ob. cit., p.70.

<sup>179</sup> BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes* [...]. Ob. cit., p.72.

Em *Dall'Italia siamo partiti*, Paulo Possamai, lembra que o regime fascista empenhou-se em oferecer “vantagens comerciais [...] à burguesia regional, reconhecimento de sucesso individual dos imigrantes através de condecorações e a intensidade da propaganda fascista difundidas pelas sociedades italianas e pelas escolas subvencionadas pela Itália, ao lado de uma intensa programação cultural visando à difusão da língua italiana e dos ideais fascistas”.<sup>180</sup>

Segundo Possamai, era necessário cooptar os italianos no Exterior para as idéias fascistas. Para isso, Mussolini enviou técnicos para o Rio Grande do Sul, buscando controlar as sociedades italianas através da promoção de atividades culturais e esportivas e da criação de jornais.<sup>181</sup> Um exemplo da divulgação do ideário fascista foi o livro didático *Le due patrie*, utilizado nas escolas no Brasil, no qual, “havia um racismo explícito com relação ao caboclo, descrito como sujo, indolente, capaz de passar dias inteiros deitados. Ele indicava a emigração italiana como a única capaz de valorizar as terras brasileiras”.<sup>182</sup>

Berenice Corsetti propõe que “as ‘sociedades italianas’, centros recreativos e culturais dos imigrantes italianos, desde o início da colonização, passaram a se constituir, algumas delas, no centro de difusão da nova doutrina através do que o fascismo erradicou-se por toda a Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.”<sup>183</sup>

No tocante à região central do RS, há uma lacuna com relação a pesquisas sobre o fascismo e o integralismo. Em “O integralismo na Ex-Colônia Italiana de Silveira Martins”, descrevendo uma sociedade italiana da região, Joel Marin, afirma: “[...] a sociedade italiana *Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi* localizada no núcleo de São Marcos, serviu aos objetivos da ação fascista através da programação de várias festividades que visavam divulgar o ideário fascista [...]. Todas as datas do Ressurgimento Italiano eram festejadas pelos colonos”.<sup>184</sup>

## O Perigo Alemão

O governo brasileiro mantinha um intenso comércio com Itália e Alemanha. A Alemanha passou a ocupar o primeiro lugar na política externa brasileira de 1934-1936, dedicando interesse especial à compra do café brasileiro. As relações comerciais Brasil-

<sup>180</sup> POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti* [...] Ob.cit., p.229.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> Idem., p.230.

<sup>183</sup> CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano [...] Ob. cit., p.366.

<sup>184</sup> MARIN, Joel Orlando. O integralismo na Ex-Colônia Italiana de Silveira Martins. In: MARIN, Jéri Roberto. *Quarta Colônias Novos Olhares*. Porto Alegre: EST, 1996. p.112.



Alemanha cresceram ainda mais com a subida de Hitler ao poder. Em 1936, foi firmado novo acordo comercial entre Brasil e Alemanha, por meio do qual o Brasil “compromete[u]-se a fornecer anualmente à Alemanha, entre outros produtos, 60 mil toneladas de algodão e 96 mil de café”.<sup>185</sup>

Não era apenas a relação comercial que aproximava os governos da Alemanha e do Brasil, que trocavam mútuas *gentilezas*. Por um lado, o governo Vargas entregou a Gestapo, entre outras, Olga Benário, grávida, a companheira comunista, alemã e judia de Luís Carlos Prestes. Também “a cooperação policial e governamental germano-brasileira conduz[iu] o Brasil a adotar medidas anti-semitas preconizadas por Berlim. Por meio da Circular secreta n.1.127, de 7 de junho de 1937, o governo Vargas oficializa as restrições à entrada de imigrantes de origem judaica no Brasil”.<sup>186</sup>

As relações germano-brasileiras sofreram a primeira ruptura quando Hitler, ainda em 1936, aplicou a Lei de 1913, que determinava que a origem racial, e “não o lugar de nascimento”, determinava ‘nacionalidade’ alemã, ensejando que ‘mesmo aqueles’ que adquirissem a ‘nacionalidade brasileira’ seriam ‘considerados alemães por Berlim.’<sup>187</sup> Desta forma, efetuou-se a convocação de alemães e descendentes de alemães fixados no Brasil para lutarem na Alemanha. A situação ficou insustentável quando Hitler decidiu utilizar as escolas alemãs no Brasil como meio de propagação da ideologia nazista.<sup>188</sup>

Quanto à penetração nazista, Renè Gertz, em *O perigo alemão*, e Stanley Hilton, em *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, sugerem que a proposta do “perigo alemão” não era precedente, pois a ideologia nazista seria desorganizada e não apresentaria metas bem definidas.<sup>189</sup> O “perigo alemão” era a crença de que os países que pertenciam ao continente sul-americano poderiam ser anexados ao *Reich* alemão, através da força militar, servindo como apoio para a invasão às colônias alemãs principalmente do sul do Brasil.<sup>190</sup>

É um fato historicamente comprovado a adesão, mais ou menos ativa, de setores, sobretudo da imigração alemã brasileira ao nazismo. Em *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, Priscila Perazzo, cientista social da área de comunicação, enfatizou que “durante a Segunda Guerra Mundial, quando a idéia de ‘perigo alemão’ foi

<sup>185</sup> SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra*. São Paulo: Manole, 2003. 3 ed., p.19.

<sup>186</sup> Ibidem., p.28.

<sup>187</sup> Idem., p.29.

<sup>188</sup> Idem., p.35.

<sup>189</sup> GERTZ, Renè. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991; HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: espionagem alemã e contra-espionagem aliada no Brasil (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

<sup>190</sup> PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1999.

exacerbada às últimas conseqüências, o alemão foi identificado como nazista, enquanto o nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade”.<sup>191</sup>

Para René Gertz, “alguns fatores contribuíram para a divulgação e a aquisição de uma certa credibilidade por parte dessa ideologia. Discursos nacionalistas na Alemanha podiam ser interpretados como sugerindo uma aventura imperialista no sul do Brasil, às vezes incluindo uma região mais ampla na bacia do Prata. Uma parte significativa da população de origem alemã da região efetivamente preservava uma série de características culturais, como falar predominantemente em alemão, pertencer com freqüência a associações religiosas, esportivas, culturais ou recreativas tipicamente alemãs, etc”.<sup>192</sup>

Priscila Perazzo defende que “o nacionalismo alemão no Rio Grande do Sul estava ligado à classe economicamente dominante dentro da colônia cujos membros colaboraram efetivamente na penetração do nazismo naquela região. [...] os alemães que defendiam a causa nazista a partir de uma posição ideológica consciente não estavam inseridos nos grupos de colonização que se dedicavam às atividades rurais no sul do Brasil.”<sup>193</sup>

Segundo René Gertz, “o que enfraqueceu a ala pró-alemã do governo Vargas foi a atividade da Ação Integralista Brasileira, que, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conseguiu recrutar um grande número de adeptos nas regiões de colonização alemã e italiana”.<sup>194</sup> Em Santa Maria, alguns casos de pessoas, comumente identificados como *germanófilos* ou *quinta-colunistas* chama-nos a atenção. Porém, não podemos afirmar com precisão que eram adeptos do nazismo.

O sítio da Fundação Getúlio Vargas caracterizou a expressão *quinta-coluna* como sendo o “termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas [fascistas] que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña”.<sup>195</sup> Já no período da Segunda Guerra Mundial, o termo era utilizado para caracterizar imigrantes ou descendentes de alemães, italianos e japoneses simpáticos ao Eixo e, portanto, capazes de agir em favor daquelas nações. O termo foi utilizado para definir os *traidores da nação brasileira* tendo como sinônimos *não-brasileiro*, *alienígenas*, *estrangeiros*, entre outros.

<sup>191</sup> Ibidem., p.51.

<sup>192</sup> GERTZ, René. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In: DALMOLIN, Cátia (org). *Mordaça Verde a Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005. p.40.

<sup>193</sup> PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão* [...] Ob. cit., p.61.

<sup>194</sup> GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.112.

<sup>195</sup> <http://www.cpdoc.fgv.br>, acessado em 18 de abril de 2006.

Em 6 de maio de 1942, o jornal *A Razão*, divulgou a apreensão de livros em alemão e fotografias de Hitler em Santa Maria, na casa do pedreiro Valentim Carlos Kroner. Segundo a reportagem, a polícia chegou até o “súdito do Reich” [sic] por denúncias. Conforme o jornal, “o inspetor Leopércio Rosa Garcia apreendeu numerosos livros em alemão, além de duas fotografias de Hitler e outras duas de Hindenburgo. Essas fotografias estavam em quadros, demonstrando o interesse de seu dono em conservá-las.”<sup>196</sup>

Em 21 de agosto de 1942, o jornal *A Razão* publicou o artigo: “Presos, ontem, em Santa Maria diversos quinta-colonistas”. Segundo a reportagem, “entre os elementos ontem presos figura o cirurgião-dentista Altino de Figueiredo Paz, um dos mais exaltados simpatizantes do Eixo totalitário. Outro dos detidos é o Dr. Olivé Leite, médico especialista em olhos, ouvidos, nariz e garganta [...] também adepto exaltado no nazismo. Também figura no rol de detidos o sr. Luiz Dania, proprietário da Farmácia Central. Foram detidos, ainda, o proprietário de uma casa de calçados da primeira quadra da Dr. Bozano, Eduardo Abelin; o proprietário da Padaria Holtermann, Roberto Holtermann; o gerente da Casa Hermann, Reinaldo Jost e o proprietário do Bar Imperial, bem como seus filhos [não cita nomes].”<sup>197</sup> A reportagem refere-se à prisão “de alguns suspeitos ou reconhecidamente simpatizantes do Eixo [sic]”<sup>198</sup>. Fica a pergunta: essas pessoas estariam sendo monitoradas pela polícia?

Depoimentos dão conta das simpatias dos presos para com o nazismo, fascismo e integralismo, porém sem, contudo, entrar em detalhes. O que se pode afirmar é que algumas empresas citadas pela reportagem – Padaria Holtermann, Casa Hermann e Bar Imperial – sofreram represálias por parte da população, em 18 de agosto e, passados três dias, seus proprietários foram presos. O jornal local não faz referências a outras prisões de suspeitos de simpatizarem com o Eixo. As prisões que mereceram destaque são sempre por motivos banais, as quais serão analisadas no capítulo 3.

Pastor Hoffmann, da Igreja Evangélica Alemã de Santa Maria, era outro alvo da polícia da cidade. Em sua casa, foi encontrada uma parede secreta onde estavam escondidos, segundo reportagem do jornal *A Razão* de 22 de agosto de 1942, “11 rolos contendo mais de 1.200 metros de filme cinematográfico que se acredita sejam de propaganda nazista, além de livros também de propaganda alemã, álbuns e alguns outros

---

<sup>196</sup> Apreendidos vários livros em alemão e diversas fotografias de Hitler. *A Razão*, Santa Maria, 06 de maio de 1942, p.3.

<sup>197</sup> Presos, ontem, em Santa Maria diversos quinta-colonistas. *A Razão*, Santa Maria, 21 de agosto de 1942, p.7.

<sup>198</sup> Ibidem.

objetos.”<sup>199</sup> Chama-nos a atenção para a data da reportagem, uma vez que a igreja evangélica teve seus bancos ateados fogo, os vidros quebrados e os crucifixos queimados ou jogados no lixo, no episódio de 18 de agosto de 1942.

Segundo a historiadora santa-mariense Nádia Nunes, em “Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo”, Vera Dilfenthaler, descendente de imigrantes alemães e freqüentadora da Igreja Luterana na qual o pastor Hoffmann era pregador, afirmou que “nunca o pastor fez qualquer referência a política nazista, que ele não induzia ninguém à política, que, inclusive, era uma pessoa muito distinta e que, quando foi preso e mandado a Porto Alegre [por pregar em alemão], a sua casa foi roubada [sic].”<sup>200</sup>

Roberto Romano, paulista, mestre torneiro da Escola de Artes e Ofícios, escola integrante do complexo da rede ferroviária de Santa Maria, fora suspenso 144 dias e outros 29 requisitado pela polícia, para dar explicações sobre o retrato de Adolf Hitler, cunhado em metal, encontrado na sua secção, em pose do empregado Oralino Ferreira Domingues. Foi aberta sindicância. Roberto Romano e Lourenço Shultes, alemão, foram investigados uma vez que estavam falando em via pública no idioma alemão. Shultes acabara 85 dias suspensos e 29 requisitado pela polícia.<sup>201</sup> Em 11 de abril de 1942, Marques Velho, subdiretor da Escola de Artes e Ofícios, encaminhou ao delegado regional de polícia, Aldo Sirangelo, ofício a fim de solicitar a naturalização de seus empregados estrangeiros, entre os quais se encontra Lourenço Shultes.<sup>202</sup>

## **O diabo vermelho**

O Partido Comunista Brasileiro [PCB] surgiu em 1922, com o objetivo de organizar os trabalhadores para a luta por uma ordem socialista no Brasil. Entretanto, durante a década de 20, sobretudo anarquistas estiveram na liderança do movimento operário. Segundo a socióloga Alzira de Abreu, em *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*, “o PCB foi criado com o objetivo de promover a organização política do proletariado num partido de classes, para a conquista do poder e conseqüentemente da

<sup>199</sup> Esconderijo secreto na residência do Pastor Hoffmann! *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.6.

<sup>200</sup> NUNES, Nádia Silvana. Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998. p. 14.

<sup>201</sup> Processo contra os empregados da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. SD/40-1722. Santa Maria, 08 de abril de 1942.

<sup>202</sup> Ofício SD/ 48-1704. Santa Maria, 11 de abril de 1942. Arquivo da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea de Santa Maria.

sociedade capitalista em sociedade comunista”.<sup>203</sup> Posto na ilegalidade por diversas vezes, o PCB viveu na clandestinidade e sob a repressão.

Após a Revolução de 1930, os integrantes do Partido Comunista foram perseguidos pelo novo governo. Em 1935, a sublevação da Aliança Nacional Libertadora contra o governo de Getúlio serviu de pretexto para mais repressão. “[...] a tentativa de tomada do poder pelos comunistas foi utilizada como justificativa para o fortalecimento do governo central. O medo dos comunistas aglutinou em torno de Vargas forças que até então lhe eram contrárias as que possibilitariam o golpe do Estado Novo”.<sup>204</sup>

Em 1936, foi criada uma Comissão de Repressão ao Comunismo e, no ano seguinte, com a outorga da Constituição de 1937, houve censura, extinção de partidos, fechamento do Congresso Nacional, provocados pela criação do Estado Novo, e a intensificação das perseguições aos militantes do PCB e da ANL. Em 1940, inúmeros dirigentes regionais e membros das duas organizações foram presos. No ano seguinte, “o PCB se encontrava totalmente desarticulado com a toda a liderança e direção na prisão”.<sup>205</sup>

Em 1941, iniciou-se movimento pela rearticulação do Partido Comunista que voltou a atuar, no ano seguinte, de forma organizada, defendendo a união nacional devido à Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura, o PCB dividiu-se em três tendências: uma muito forte, em São Paulo, defendia a luta contra o fascismo externo e interno [Vargas]; outra propunha a união nacional, com o apoio de Vargas e a extinção do PCB; a terceira queria a união nacional com Vargas no poder, mas sem o fim do partido.<sup>206</sup>

Mesmo relutante, América Achutti, esposa do advogado Higino Trevisan, membro de destaque do PCB santa-mariense, falou sobre a formação do partido em Santa Maria. Quando questionada sobre o que aquele partido defendia, respondeu: “[...] o povo, o povo. A necessidade essencial do ser humano, do pobre. Essa é a intenção máxima.”<sup>207</sup> Para ela, o maior inimigo dos comunistas era “o governo, a sociedade governamental.”<sup>208</sup>

Já Abdo Mottecy, militante do PCB em Santa Maria, descreveu que o comunismo “era contra o governo. [Pregava a] liberdade de expressão. Liberdade de reunião. Estudos do Marx. Viam-se, nas reuniões, ferroviários pouco mais que alfabetizados com uma noção

<sup>203</sup> ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. vol. IV. 2ed. p. 4262.

<sup>204</sup> *Ibidem*.

<sup>205</sup> *Idem.*, p. 4267.

<sup>206</sup> *Idem*.

<sup>207</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com América Achutti, Santa Maria. 26 de outubro de 2004.

<sup>208</sup> *Ibidem*.

para nós correta da parte política [...]. O Estado Novo ainda tinha defensores, porque o Getúlio acertadamente instituiu o salário mínimo, criou Volta Redonda e outras coisas importantes.”<sup>209</sup>

América Achutti forneceu importante informação sobre o funcionamento do PCB em Santa Maria na clandestinidade. Segundo ela, “a sede do partido, em geral eram as entidades, eles faziam suas reuniões em clubes, ora num ora noutro. Até reuniões ocultas. Quando o governo perseguia, faziam as reuniões ocultas. Não comunicavam, eram [enviados] convites particulares.”<sup>210</sup>

Na obra citada, Alzira de Abreu propõe que os “os comunistas tinham maior penetração entre os metalúrgicos, gráficos da imprensa e das tipografias, entre os operários das indústrias alimentícias e da construção civil, assim como entre os carpinteiros, operários de fábricas de tecidos, da indústria de couros e, ainda entre os marinheiros”.<sup>211</sup>

Na tese de doutorado “Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da Viação Férrea do RS em Santa Maria”, o historiador santa-mariense João Rodolpho Amaral Flôres propõe que seja tarefa difícil enquadrar política-ideologicamente os ferroviários, devido à escassez de fontes, uma vez que a primeira entidade política organizada pela categoria foi a União dos Ferroviários Gaúchos [UFG], em 1952. Para ele, as principais influências são os socialistas e os anarquistas, nas primeiras décadas do século 20 e, após 1930, os comunistas e trabalhistas.<sup>212</sup>

Para João Rodolpho Flôres, “entre as representações políticas desejadas pelos ferroviários estava a de alcançar, perante as demais ‘classes’ da sociedade, afirmação e paridade, sem, contudo, pretenderem estabelecer entre elas uma ‘luta de classes’ ”.<sup>213</sup> “[...] viam os governantes nos ferroviários uma profissão em ascensão e um peso político do grupo profissional a não ser desprezado. Isso é verificável a partir do governo de Júlio de Castilhos, passando por Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Walter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel Brizola, com o PRR predominando nas primeiras décadas, depois sendo sucedido pelo PSD e PTB nessa preferência”.<sup>214</sup>

João Rodolpho Flôres lembra que o anarquismo implantou-se nas empresas ferroviárias, preferencialmente entre os trabalhadores de oficinas, por apresentarem um

<sup>209</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Abdo Achutti Mottecy. Santa Maria. 05 de novembro de 2004.

<sup>210</sup> Entrevista com América Achutti. Já citada.

<sup>211</sup> ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico* [...]. Ob. cit., p. 4264.

<sup>212</sup> FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da viação férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria (1898-1957)*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2005. p.396.

<sup>213</sup> *Ibidem.*, p.399.

<sup>214</sup> *Idem.*, p.412.

nível cultural mais elevado do que os demais operários. A implantação do PCB teria seguido o mesmo processo. “[...] no Rio Grande do Sul, as evidências da aceitação da ideologia comunista entre os servidores da VFRGS apontam que ela influenciou nos procedimentos políticos do grupo profissional. Porém, suas repercussões foram atenuadas ao longo do tempo pela tendência desses trabalhadores optarem pelo apoio aos governos ‘trabalhistas’.”<sup>215</sup>

Militante do PCB, Abdo Achutti Mottecy recordou que, em Santa Maria, “as atividades eram a busca de reuniões, principalmente com os ferroviários”.<sup>216</sup> Como ainda descreveu o depoente, a célula do PCB começou em Santa Maria com Henrique Bastide; Murilo Vale Machado; Júlio Brenner, comerciante e juiz federal durante a Primeira Guerra Mundial e Rubens Belém, colunista do jornal *A Razão*. O eixo do partido na cidade eram os ferroviários com destaque para os associados da Cooperativa de Viação Férrea.

Abdo sugeriu que os ferroviários “eram mais fáceis de [cooptar]. Era uma classe sentida, não era federal. Não ganhavam bem. Então, eles se aglomeravam em torno do Partido e fizeram vereador o Higino Trevisan [em fins dos anos 40], o Jorge [Achutti Mottecy, mais tarde, após 1945]. Santa Maria não tinha uma companhia que empregasse um número elevado de funcionários”.<sup>217</sup> Para Alzira de Abreu, “o surgimento da AIB colocou para o PCB a necessidade de uma ação mais eficaz para conquistar os sindicatos e as classes médias”.<sup>218</sup>

Em *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender enfatizou que o Partido Comunista Brasileiro “dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas antiimperialistas”.<sup>219</sup>

Luis Carlos Prestes, chefe nacional do PCB esteve por duas vezes na cidade. Na primeira ocasião, que o depoente Abdo Mottecy não soube precisar o ano, ficou hospedado na residência do Menote Lobo e, na segunda, já em 1950, no Centro de Artes e Letras, já em “semi-clandestinidade”. Abdo Mottecy lembrou que “ele veio para uma reunião dos ferroviários”.<sup>220</sup>

---

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Entrevista com Abdo Achutti Mottecy. Já citada.

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico [...]*. Ob. cit., p. 4265.

<sup>219</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 2ª ed. p.22.

<sup>220</sup> Entrevista com Abdo Achutti Mottecy. Já citada.

Getúlio Vargas também esteve em Santa Maria durante a Revolução de 1930 e na campanha eleitoral de 1950 [Figura 5]. Apoiadores seguiram o presidente em cortejo, do aeroporto até a praça Saldanha Marinho, onde Getúlio discursou para uma multidão na sacada do antigo Hotel Jantzen. Além da lotação recorde nos hotéis de Santa Maria, o jornal *Diário do Estado* publicou que, antes do comício, “outro detalhe interessante é [era] a completa ausência de automóveis na praça, que [posteriormente] foi ocupada por pessoas”.<sup>221</sup> Santa Maria, em posição privilegiada, centro do entroncamento ferroviário, era visitada constantemente por importantes políticos nacionais.

### Figura nº 5

Fotografia da passagem do presidente Getúlio Vargas na cidade de Santa Maria em 1950.



Fonte: Arquivo Público de Santa Maria.

### Transformações na sociedade brasileira

No Império, as oligarquias agro-pastoris dominavam o âmbito político brasileiro sob a hegemonia do setor cafeeiro, buscando mais autonomia em São Paulo, que se

---

<sup>221</sup> Toda a cidade mobilizada para a recepção ao sr. Getúlio Vargas. *Diário do Estado*. 21 de setembro de 1950, p.3.



tornava a província mais rica do país, mas tinha parte das suas rendas confiscadas pelos impostos estabelecidos pelo governo imperial. Este grupo entendia que a maior autonomia somente seria consolidada com o *federalismo*, que passou a ser a reivindicação da oligarquia paulista, quando a abolição da escravatura tornou desnecessário o centralismo imperial que defendia essa instituição, sobre a qual se apoiou, até os últimos momentos, a cafeicultura.<sup>222</sup>

Em *Tenentismo e política*, Maria Forjaz propõe que “as oligarquias estaduais controlavam os coronéis municipais, que por sua vez dominavam a grande massa da população rural, deles dependente social, econômica e politicamente, e, portanto participando do processo político de forma totalmente subordinada”.<sup>223</sup> As camadas médias urbanas, grupos sociais excluídos, pressionavam por uma abertura do sistema político e social, adotando postura anti-oligárquica: “[...] o tenentismo teria sido um movimento político representativo de suas aspirações”.<sup>224</sup> Durante o governo de Campos Sales (1898- 1902), foi posta em prática a “política dos governadores”, que consistia em um pacto entre São Paulo e Minas Gerais, por meio do qual o primeiro mantinha a hegemonia nacional. Era uma troca de favores entre os coronéis, representantes das oligarquias municipais, com os governadores dos estados, que sustentavam o presidente da República.

Em *A Lei do Silêncio* repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945), Cláudia Sganzerla assinalou que “o ‘coronelismo’ consistia, basicamente, em troca de favores políticos – sua manutenção institucionalizava-se através do processo eleitoral. O poder do ‘coronel’ era enorme, já que a população local dependia dele para trabalhar, resolver problemas legais, escapar do sorteio militar, etc. Essa dependência transformava os eleitores em massa de manobra do potentado municipal, sobretudo porque o voto era aberto, podendo, portanto, identificar-se facilmente quem não votasse no candidato indicado – voto de cabresto”.<sup>225</sup>

A abolição da escravatura, a imigração europeia, a mudança nas relações de trabalho, a constituição de um mercado interno fizeram com que surgisse novos grupos sociais, como os industriais, o proletariado urbano e as novas camadas médias urbanas.<sup>226</sup>

<sup>222</sup> Cf. MAESTRI, Mário. A Escravidão e a gênese do Estado Nacional Brasileiro. *Além do apenas moderno*. Brasil séculos XIX e XX. Recife: Massangana, 2001. v.1. p.49 - 77

<sup>223</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1987. p. 19.

<sup>224</sup> *Ibidem.*, p. 19.

<sup>225</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio* [...]. Ob. cit., p.35.

<sup>226</sup> Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. 1987. *Tenentismo e política*. [...]. Ob. cit., p.19.

As crises e as constantes fraudes geraram insatisfação geral, assim, os tenentes assumiram papel de destaque, representando, sobretudo, o descontentamento das classes médias brasileiras. O movimento tenentista foi liderado pela jovem oficialidade do Exército – os tenentes – contra a *corrupção* e a *imoralidade* políticas da República Velha, a fim de restaurar a *honestidade* social. Para isso, fizeram várias revoltas, como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922; no Rio Grande do Sul, em 1923; em São Paulo, em 1924 e a Coluna Prestes.<sup>227</sup>

Em *A Coluna Prestes*, Anita Leocádia Prestes propôs: “[...] o tenentismo veio preencher um espaço: o vazio deixado pela falta de lideranças civis aptas a conduzirem o processo revolucionário brasileiro, que começava a sacudir as já caducas instituições políticas da República Velha. Os ‘tenentes’ substituíram os inexistentes partidos políticos de oposição aos governos oligárquicos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes.”<sup>228</sup> O tenentismo foi uma espécie de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas, como assinalado, que, dependentes das oligarquias dominantes, não conseguiam organizar um partido político que expressasse seus interesses.<sup>229</sup>

Na década de 20, mais precisamente em 1922, viveu-se grandes mudanças sociais, com forte expressão simbólica, na sociedade brasileira. A Semana da Arte Moderna expressou a revolução estética em que “todos [estavam] engajados no rompimento com o passado e formação de um universo cultural tipicamente brasileiro. A Semana limitou-se, ao campo das artes, porém foi da maior importância para o enraizamento de uma tradição a respeito do pensamento nacionalista”.<sup>230</sup>

Já em fins dos anos 20, aconteceu a quebra da bolsa de Nova Iorque, que ensejou crise de proporções mundiais. Em *O Brasil vai à guerra*, Ricardo Seitenfus propõe que “a crise de 1929 mostrou bem que o Brasil não mais poderia continuar a depender inteiramente do estrangeiro para o suprimento de bens industriais. Foi reconhecida a necessidade de uma política de substituição das importações, a fim de garantir maior autonomia em relação ao exterior. Esboçou-se a realização de uma política de industrialização, inteiramente condicionada pela implantação da indústria de base e, em particular, de um complexo siderúrgico [...]”.<sup>231</sup>

<sup>227</sup> Cf. PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. 3ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1991. Ver também PRESTES, Anita. *Uma epopéia brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

<sup>228</sup> Ibidem.

<sup>229</sup> Cf. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política* [...]. Ob. cit.

<sup>230</sup> RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2001. p.61.

<sup>231</sup> SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra* [...] Ob.cit., p.5.

Em *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930- 1942*, de 1985, Ricardo Seitenfus ressaltava três fatores na década de 1930: “[...] a política dos governadores, a fraude eleitoral e a ausência de ressonância nacional dos partidos políticos”. [...] a ‘política dos governadores’ faz par com o acordo ‘café-com-leite’ [...] que não exclui as eleições, já que é preciso respeitar uma aparência de legalidade [...] o candidato ‘oficial’ [...] jamais conhece a derrota. [...] Inexiste controle eleitoral em nível nacional e com frequência abrem-se as urnas sem a presença de ofício [...] a ausência de partidos políticos com ressonância nacional [...] esses partidos políticos respondem unicamente a interesses particulares dos estados”.<sup>232</sup>

A política café-com-leite consistia na alternância do poder central entre Minas Gerais e São Paulo. Conforme o acordo, o presidente Washington Luís, paulista, deveria ceder o lugar a um mineiro, Antônio Carlos, na sua sucessão, mas indicou Júlio Prestes, também paulista, rompendo o acordo. Contra isso, formou-se chapa oposicionista com os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba – a Aliança Liberal [AL] –, reunida em torno da figura do rio-grandense Getúlio Dornelles Vargas, então presidente do Estado do Rio Grande do Sul. A rebelião armada se confirmou após o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas, derrotada nas eleições.

No artigo “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense”, Héglio Trindade explicou que era chegada a hora do Rio Grande do Sul lançar-se como uma peça-chave no cenário nacional. Isso aconteceu com a Revolução de 1930, que atingiu seu auge com a deposição do presidente Washington Luís, subindo ao poder o rio-grandense Getúlio Dornelles Vargas. Iniciava-se, assim, a *Era de Vargas*.<sup>233</sup>

Em *Vargas: o capitalismo em construção*, Pedro Dutra Fonseca assinala que, “no caso do Rio Grande do Sul, o PRR conseguiu congrega dentro de si industriais, financistas, comerciantes, exportadores e parte da burguesia rural. Procurando administrar seus interesses, aparentava estar acima deles – quando, na verdade, estava atrelado ao ponto mais geral que os unia: a reprodução do capital”.<sup>234</sup> Era a radicalização de processo iniciado nos anos 20, através da reorientação econômica nacional para o setor urbano e industrial.

---

<sup>232</sup> *Ibidem.*, p.11-12.

<sup>233</sup> Cf. TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.119-144.

<sup>234</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.p.75.

Em *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*, Ricardo Seintenfus ressalta que “havia um crescimento urbano bastante sensível, a mão-de-obra aparecia concentrada nos centros urbanos, o que favoreceu o aparecimento da industrialização, o café era à base da economia brasileira. O setor cafeeiro, hegemônico, desde a primeira metade do século XIX, era o responsável pelo desenvolvimento nacional, sendo a base de sustentação da economia exportadora do Brasil. Esta economia propiciou o desenvolvimento da importância dos núcleos urbano-industriais e, desta maneira, de um incipiente mercado interno. Para Vargas, as razões da crise econômica pela qual passava o Brasil era a política do governo anterior e a crise internacional de superprodução. Era necessária uma intervenção estatal a fim de serem realizadas políticas de valorização do café para protegê-lo da queda de preço no mercado internacional e da superprodução que se apresentou mais fortemente nos primeiros anos do século 20”.<sup>235</sup>

Em *Vargas: o capitalismo em construção*, Pedro Dutra Fonseca propõe que “a solução pelo conjunto de políticas implementadas, foi dada pela conjugação de medidas tradicionais de apoio ao setor (principalmente desvalorização cambial), com medidas fiscais (como o imposto sobre o cafeeiro plantado). Estas aliadas à queima do café, evidenciam a *mudança da forma* com que passou a entender o Estado à problemática do café e da monocultura”.<sup>236</sup>

Na dissertação “Ser ou não ser italiano: descendentes de Imigrantes em Santa Maria durante do Estado Novo”, de 2001, Angélica Rios defendeu a idéia de uma vinculação maior do RS às decisões referentes ao poder central, no pós-30, devido à especialização do Estado em exportação de gêneros alimentícios que abasteciam o mercado nacional, acentuando, desta forma, a ligação econômica do sul e do sudeste do país.<sup>237</sup>

Em *Brasil: de Getúlio a Castelo*, o historiador Thomas Skidmore lembra que “a revolta começou como programado com Vargas exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro”.<sup>238</sup> O autor transcreveu as palavras de Getúlio: “Rio Grande de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico! O povo está se levantando para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para

---

<sup>235</sup> SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

<sup>236</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas* [...]. Ob. cit., p.155.

<sup>237</sup> RIOS, Angélica. *Ser ou não ser italiano*[...]. Ob. cit., p.50.

<sup>238</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra. 1982, 7ª ed. p.23.

a reconstrução nacional.”<sup>239</sup> Como descreveu Vargas, “a Aliança era um amálgama [...] de homens com idéias e passados os mais diversos”.<sup>240</sup>

A plataforma defendida pela Aliança Liberal consistia principalmente no voto secreto, na criação da justiça eleitoral, no zelo pelo setor primário (açúcar, algodão, café, erva-mate, trigo, entre outros).<sup>241</sup> Diante da derrota nas urnas – com fraudes de ambos os lados – a Aliança Liberal dividiu-se em dois grupos. O primeiro, disposto a aceitar o resultado da eleição e a vitória do paulista Júlio Prestes. O outro, com a intenção de contestar o pleito através das armas, pressionava Vargas para a *revolução*. Assim, “Vargas começou a usar o termo ‘oligarquias’ para caracterizar o governo anterior; criticou o ‘caciquismo político’, a ‘violência governamental’ e o desrespeito ao voto – o que não deixava de causar espanto a um coevo, pois esta era a prática desenvolvida até então pelo Partido Republicano Rio-Grandense, no qual ele havia desenvolvido toda a sua carreira política, e que tornara possível sua própria candidatura”.<sup>242</sup>

Angélica Rios ressalta que, “ao contrário do que se costuma pensar, as oligarquias estaduais não saíram de cena com a Revolução de 30, mas se colocaram ao lado de novos grupos que ascenderam ao poder”.<sup>243</sup> Complementou a mesma autora que, “no pós-30, a Política dos Governadores sofreu declínio, porém mudanças e instabilidades não significam perda de domínio de fato”.<sup>244</sup>

Pedro Dutra Fonseca lembra que, após aqueles sucessos, difundiu-se a idéia de dois Brasis: um antes e outro posterior a 1930. Assim, “a ‘revolução’ estava acima da sociedade, dos homens, das classes e dos partidos, passava a falar por si própria e com sua linguagem; sendo, não obstante, um ente abstrato, o governo constituía-se seu porta-voz”.<sup>245</sup> O autor complementou: “[...] a partir de 1930, começou no Brasil *novo tipo de desenvolvimento capitalista*. Em linhas gerais, este consistiu em superar o capitalismo agrário e comercial assentado nas atividades exportadoras de produtos primários, rumando para outro cuja dinâmica iria gradualmente depender da indústria e do mercado interno.”<sup>246</sup>

Para Pedro Dutra Fonseca, “isso significa considerar, entre outras coisas, que o *lôcus* da atividade produtiva foi passando a ser, por excelência, a fábrica, intensificando o

<sup>239</sup> Ibidem.

<sup>240</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *A revolução de 1930: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>241</sup> Cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas [...]*. Ob. cit.

<sup>242</sup> Ibidem., p.133.

<sup>243</sup> RIOS, Angélica. Ser ou não ser italiano [...]. Ob. cit., p.50.

<sup>244</sup> Ibidem.

<sup>245</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas [...]*. Ob. cit., p.161.

<sup>246</sup> Ibidem., p.184.

processo de crescimento industrial [...]. As atividades exportadoras, por outro lado, continuaram a desempenhar relevante papel no sistema econômico, mas foram papel de gerador de divisas, estas essenciais para garantir as importações necessárias para o próprio crescimento industrial”.<sup>247</sup>

Angélica Rios propõe que, “com o fim do isolacionismo, o Rio Grande especializou-se na exportação de gêneros alimentícios, beneficiados ou não, para o mercado nacional, alimentando a baixo preço o consumo urbano do centro do país. O que acentuou de muito a defasagem entre a economia do estado e a do eixo Rio-São Paulo”.<sup>248</sup> Na visão de Vargas, quem sustentava o regime anterior a 1930 eram as oligarquias, que também seriam responsáveis pelos problemas existentes no país, uma vez que “representavam a vida rural decadente, a aversão à indústria e à modernização, o regionalismo ultrapassado e o liberalismo elitista”.<sup>249</sup>

No pós-30, o federalismo, regionalismo, ruralismo, elitismo e exclusivismo deram lugar ao que era de interesse nacional. Nas palavras de Pedro Dutra Fonseca, “o que permanecera do regime anterior era apagado da memória; os discursos foram elaborados exaltando tão-somente as transformações. Destas, o discurso distinguia, de um lado, as que já existiam, mas que as elites se negavam a perceber, em benefício próprio; do outro, as que se faziam necessárias para que se chegasse a um novo estágio”.<sup>250</sup>

Era necessária uma modernização com a criação de “novas leis, novos códigos, novos órgãos de decisão e de execução de políticas econômicas; intervenção estatal direta no mercado cambial, criação de institutos para planejar e levar a cabo as políticas de interesse de vários produtos agrícolas; mudar o sistema eleitoral, fazer a representação classista, estender o voto às mulheres e torná-lo secreto; reconhecer a existência de classes sociais e impedir o prosseguimento nacional orientado pelo Estado; constituir, enfim, um mercado nacional integrado, abolindo os impostos interestaduais e dando ao governo federal os meios necessários para a execução da política fiscal. Modernização, enfim, significa[va] capitalismo.”<sup>251</sup>

Segundo Pedro Dutra Fonseca, “o compromisso com o futuro não significa[va] esquecer, antes reviver, o estudo da história pátria. Concebendo-se o presente como momento de construção da civilização, resultado do passado, o estudo da história

---

<sup>247</sup> Idem., p.184.

<sup>248</sup> RIOS, Angélica. Ser ou não ser italiano. [...] Ob. cit., p.50.

<sup>249</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas* [...]. Ob. cit., p.192.

<sup>250</sup> Ibidem., p.198.

<sup>251</sup> Ibidem., p.201.

afigurava-se imprescindível para entender a realidade e nela atuar, construindo seu futuro. A ‘Revolução de 1930’, neste sentido, é entendida como marco divisor da história da nacionalidade: ela *redescobrirá* o sentimento de luta e de patriotismo da nação, rumando-a a seu destino. [...] O apelo ao passado traz[ia] consigo, desta forma, o enaltecimento do próprio chefe da Nação: *herói do presente*, ele sintetiza[va], concomitantemente, a tradição e a modernidade, representando o elo entre a história da nação e seu destino.”<sup>252</sup>

Em *Estado Novo, auto-retrato*, o cientista político Simon Schwartzman citou o discurso proferido por Getúlio Vargas, em 4 de maio de 1931, quando o presidente enfatizou que “a ordem jurídica precisa, pois, refletir a ordem econômica, fortalecendo-a e garantindo-a.”<sup>253</sup> Para Simon Schwartzman, “o Estado teria de ajustar os múltiplos problemas suscitados pela complexidade dos tempos presentes, não podendo permanecer à margem dos fenômenos econômicos e sociais, como simples mantenedor da ordem pública [...]. Sua ação devia se estender a todos os planos da vida nacional, como elemento coordenador de todas as classes e para proceder a sistematização de todas as atividades produtivas”.<sup>254</sup>

### **Deus, pátria e família**

O integralismo iniciou em 1932, quando Plínio Salgado fundou a Ação Integralista Brasileira, extinguindo-se em 1937, quando o Estado Novo proibiu a participação de todos os partidos e movimentos no Brasil. Mais tarde, após a Segunda Guerra, Plínio Salgado e alguns dos seus ex-seguidores fundaram o Partido de Representação Popular – PRP –, partido católico conservador. A Ação Integralista Brasileira, AIB, foi o “primeiro partido com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos”.<sup>255</sup>

Em *O perigo alemão*, René Gertz ressalta que são comuns ao integralismo o anticomunismo, antiliberalismo e anti-semitismo, podendo ser dividido em três categorias: elite, camponeses e setores intermediários. O último foram os maiores militantes do integralismo, uma vez que eram indiferentes à cultura germânica e queriam ascensão

---

<sup>252</sup> Idem., p.289 *et seq.*

<sup>253</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 24).p 30.

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> ABREU, Alzira Alves de, *et al. Dicionário histórico-biográfico [...]*. Ob. cit., 2807.

social.<sup>256</sup> Para René Gertz, o “integralista típico da região colonial é jovem, não ligado à atividade agrícola, relativamente indiferente aos valores da germanidade e da religião”.<sup>257</sup>

Identificando-se em forma geral ao fascismo, o integralismo alcançou importante apoio, sobretudo entre as classes médias – pequenos proprietários, funcionários, militares, etc. – do Brasil, com destaque para aqueles setores da comunidade de descendentes de italianos e alemães. No artigo “O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo”, Berenice Corsetti fez referência ao integralismo na região de Caxias do Sul, sugerindo que a diferença entre fascismo e integralismo, quanto a sua aceitação, foi que, “em termos regionais, o fascismo significou o movimento da burguesia [italo-sulina], enquanto o integralismo [...] dividia, em termos de influência, as camadas médias urbanas”.<sup>258</sup> Era a “radicalização do nacionalismo de direita. Trazia no seu ideário uma inspiração fascista direcionada para a formação de um Estado forte, contra estrangeirismos, pela guarda de valores nacionais e por uma convicção anticomunista”.<sup>259</sup>

A partir de 1934, segundo Renè Gertz, em *O Fascismo no sul do Brasil*, “começaram a organizar-se núcleos integralistas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; desde logo, alguns observadores constataram que a aceitação era maior nos municípios de colonização estrangeira que nos demais”.<sup>260</sup> Gertz ressalta que se pode explicar a adesão dos alemães a AIB sob dois prismas: primeiro, uma íntima colaboração entre integralismo e nazismo; segundo, os imigrantes e descendentes não encontravam diferença entre ambos, optando por um ou outro. Esta explicação esquece a questão social – por exemplo, os que aderiam ao integralismo, em geral, eram pequenos proprietários alemães e italianos, marginalizados da vida política *oficial*.<sup>261</sup>

Segundo Alzira Alves de Abreu, no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, a adesão ao partido integralista pode ser explicada “em partes, pelas novas condições de mudança política provocadas pela queda da República Velha com a Revolução de 1930 e, sobretudo, pela nova conjuntura internacional, dramatizada ideologicamente com a ascensão do fascismo europeu”.<sup>262</sup> No artigo “O integralismo na Ex-Colônia Italiana de

<sup>256</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

<sup>257</sup> Ibidem, p.59.

<sup>258</sup> CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo: In: DE BONI, Luis (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1987.v.1. p.367.

<sup>259</sup> TRINDADE, Hégio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III- O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1983. p.298-335.

<sup>260</sup> GERTZ, Renè. *O Fascismo no sul do Brasil*. [...]. Ob. cit., p.113.

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> ABREU, Alzira Alves de, et al. *Dicionário histórico-biográfico* . [...]. Ob. cit., p.2813.



Silveira Martins”, Joel Marin lembrou que os “colonos acreditavam que o movimento integralista representaria uma alternativa política a fim de defender seus interesses”.<sup>263</sup>

Em *Dall'Italia siamo partiti*, o historiador Paulo Possamai propôs que “o nacionalismo extremado, que foi o principal fator de mobilização das massas durante regimes autoritários da época, também se fez presente no Brasil, e a expansão do integralismo é uma prova disso. Enquanto a elite industrial e comercial da região colonial italiana vinculava-se ao fascismo, que lhe trazia vantagens comerciais, as classes médias urbanas, sobretudo os mais jovens, sentiram-se atraídas pelo movimento integralista”.<sup>264</sup>

Para Joel Marin, o integralismo teve sua fundamentação doutrinária inspirada no fascismo, pois “defendia um poder forte e centralizado no Estado. O nacionalismo era uma das idéias centrais do Integralismo [...] manter a unidade nacional, a disciplina e a hierarquia [...] assumia uma postura de superioridade e paternalismo [...] tinha a pretensão de levar uma mentalidade forte e disciplinadora”.<sup>265</sup>

Em 3 de dezembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas decretou a ilegalidade dos partidos e movimentos políticos, portanto, também da Ação Integralista Brasileira. Porém, mesmo na ilegalidade, os partidos continuavam co-existindo e fazendo sua política em reuniões secretas. O maior ativista integralista de Santa Maria foi Walter Cechella, figura importante também para a posterior fundação do PRP na cidade. Em 1942, ele foi preso, teve sua casa invadida e alguns objetos pessoais queimados. Depoimentos chegam a mencionar que Cechella foi arrastado pela avenida Rio Branco, para servir de exemplo aos *maus brasileiros*.<sup>266</sup>

Silveirinha, tenente coronel reformado da Brigada Militar na época policial militar, portanto um dos responsáveis pela segurança da cidade, explicou: “Um italiano, Walter Cechella, muito conhecido em Santa Maria, foi dono desse morro Cechella, ele teve a cooperativa, era desse tempo, era economista, morava na avenida Rio Branco e entraram no palacete dele, e eu entrei junto, e eles iam atirar ele pela janela, aí, peguei eu e um outro colega, que estava comigo, agarramos e dissemos: – ‘Deixa para mim’, pegamos trouxemos e colocamos na cadeia, para salvar, para ele não ser morto lá.”<sup>267</sup>

Benito Ceretta, descendente de imigrantes italianos, morador de Santa Maria, enfatizou sobre alguns episódios : “O que eu posso dizer é que o meu pai sofreu muito por

<sup>263</sup> MARIN, Joel Orlando. O integralismo na Ex-Colônia Italiana de Silveira Martins. In: MARIN, Jérri Roberto. *Quarta Colônia Novos Olhares*. Porto Alegre: EST. 1999. p.113.

<sup>264</sup> POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti* [...]. Ob. cit., p.241.

<sup>265</sup> MARIN, Joel Orlando. O integralismo na Ex-Colônia [...]. Ob. cit., p.111.

<sup>266</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com José Luiz Silveira, Santa Maria, em 06 de outubro de 1999.

<sup>267</sup> Ibidem.

causa da política no tempo de Getúlio. [...] queriam pôr ele na cadeia, porque era acusado de fazer campanha antigetulista, porque ele era imperialista [sic] da AIB, do Plínio Salgado e eu levo o nome de Benito, porque eu nasci em 1936, quando Mussolini estava no auge. Então eles tinham simpatia pelo integralismo, o fascismo e o imperialismo [sic].”<sup>268</sup>

Através de entrevistas, constatou-se que houve núcleos integralistas em Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Nova Palma, inclusive este último chegando a sediar um Congresso do Movimento Integralista.<sup>269</sup>

Em 1942, na cidade de Dona Francisca, um motorista de ônibus foi preso. Segundo Catarina Saccol Pigatto, irmã do mesmo, a prisão aconteceu porque estaria usando a farda verde dos integralistas. Registre-se que o uso da farda integralista, em 1942, é pouquíssimo provável. Dorvalino Rubin, hoje padre palottino, comentou que, quando voltava do Seminário Palottino, em Vale Vêneto, e dirigia-se para sua residência, no interior de Nova Palma, ao parar para o almoço, viu alguns integralistas com suas fardas no centro da vila, o que lhe chamou a atenção, não lembrando o ano de tal episódio.<sup>270</sup>

Ao que tudo indica, o jornal difusor das idéias fascistas e integralistas era o *Staffetta Riograndense*, da ordem dos Capuchinhos, hoje *Correio Riograndense*. Um depoente lembra, sobre o jornal: “A gente recebia aquele jornal lá, oito, dez dias depois. Eles mandavam, a gente recebia na outra semana. [...] Então pegavam aquele jornal, os velhinhos pegavam e liam com muita atenção, gostavam de alguma notícia, sabia alguma notícia porque não tinham [...] nada. Viviam isolados.”<sup>271</sup>

Paulo Possamai assinala: “O jornal dos capuchinhos começou a fazer uma defesa cada vez mais clara do fascismo na década de 1930. Na comemoração dos dez anos de implantação do regime fascista, em 2 de novembro de 1932, o *Staffetta Riograndense* descreveu Mussolini como um herói que luta[va] na defesa de uma nova era da paz, traz[endo] uma espada em sua mão para combater os inimigos (maçonaria e socialismo) e desarmá-los”.<sup>272</sup> Ressalte-se a aproximação de Mussolini na sua luta contra o comunismo e a maçonaria, ao Arcanjo Gabriel, com sua espada, na luta contra Lúcifer. Possamai complementa: “[...] em 1933, o jornal dos capuchinhos apresentava o fascismo como um

<sup>268</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Benito Ceretta, Santa Maria, 1998.

<sup>269</sup> Ver também: MARIN, Joel Orlando. O integralismo na Ex-Colônia [...]. Ob. cit., p.113.

<sup>270</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com de Dorvalino Rubin, São João do Polêsine, junho de 2000.

<sup>271</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Depoente A, Santa Maria, 4 de janeiro de 2000.

<sup>272</sup> POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti* [...]. Ob. cit., p.236.

paradigma para o Estado brasileiro e, no ano seguinte, apresentava o integralismo como um fascismo de caráter nacional”.<sup>273</sup>

Um depoente, que preferiu não ser identificado, relatou que “o jornal italiano que mais circulava uma vez era o *Stafetta Riograndense* e outro era o jornal *A Nação*, que o finado pai comprava [...] eu sei que eram dois jornais que o finado pai sempre tinha e ele [também] recebia [jornais] da Itália [...]”<sup>274</sup> Circulavam ainda na região os jornais “*Il Giornalle dell’Agricolto*” de Caxias do Sul e o *Bandeirante*, integralista; além do Jornal *A Razão*, fonte essencial deste trabalho.

O depoente afirmou que seu pai e três irmãos teriam sido presos em Santa Maria, em 1942, porque estavam falando italiano, ao venderem verduras no centro. Segundo ele: “[...] o trabalho dele [seu pai] na cidade [Santa Maria] era vender verduras de carrocinha, pelas casas. Dentro daquilo ali tinham os vizinhos – não de origem italiana –, que começavam até a fustigar, incomodar, perseguir, inclusive a fazer desaforos. Largavam os animais, inclusive, nas nossas lavouras.”<sup>275</sup> A família do entrevistado vivia da agricultura na década de 40, plantando sobretudo milho, trigo e verduras. Afirmou que a prisão de seus familiares – pai e irmãos – ocorreu quando, por distração, ao realizarem as vendas diárias na cidade, falaram em *italiano*, ou seja, em dialeto: “[...] veio um cidadão lá intimá-los para que eles fossem se apresentar, eu sei que eles ficaram três dias na cadeia. O fato foi muito humilhante para eles, especialmente o finado pai e depois, quando ele saiu, ele sofreu muito, aquilo não passava, de tal forma que ele esteve até doente.”<sup>276</sup> O depoente registra sua experiência após o fato: “[...] quando a gente vinha na cidade por qualquer coisa, ou comprava uma roupa, a finada mãe, o finado pai dizia: ‘*ci tazi sempre, ci parla mai*’, quer dizer, não era para falar, só quando ela perguntar, porque eu fui criado [falando dialeto vêneto], eu vim aprender a falar em português no colégio.”<sup>277</sup>

Outros depoentes questionam a explicação da prisão do patriarca da família por ter pronunciado palavras distraidamente em italiano [dialeto]. Para eles, a família era conhecida como integralista e teria sido muito visada pelas autoridades, em função de suas atividades políticas *ilegais*, já que a AIB estava na ilegalidade. Um depoente amigo da família envolvida pelos fatos, que também pediu para não ser identificado, descreveu: “[...] ele te disse que foram presos porque estavam falando italiano? Que bobagem! Todo mundo

---

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> Entrevista com Depoente A. Já citada.

<sup>275</sup> Ibidem.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Idem.

sabia que a família era ‘quinta-coluna’, integralista, que assinava jornais italianos e tudo.”<sup>278</sup> Porém, pode não haver contradição entre os depoimentos. Não é improvável que o patriarca em questão tenha sido preso quando falava em dialeto, devido a uma militância conhecida das autoridades policiais e da comunidade antiintegralista, antifascista e nacionalista.

Em 13 de março de 1942, o jornal *A Razão* divulgou: “Denunciada à polícia uma simpatizante do credo verde”. Na reportagem, consta a descrição da prisão da parteira Rosa Kapp, viúva de um alemão. Segundo o jornal, “o caso de dona Rosa Kapp, [...] que toda Santa Maria conhece desde os tempos em que vestia a camisa-verde do nazismo [sic]. Imbuída pelas idéias totalitárias, Rosa Kapp infelizmente não apreendeu o momento histórico em que vivemos, sendo uma exaltada e apaixonada admiradora de Hitler e seus sequazes [...]. No tempo que o integralismo tinha liberdade de ação, Rosa Kapp era uma de suas ardorosas partidárias. E não deixava de usar a camisa-verde e os distintivos do ‘sigma’, [...] e não perdia oportunidade de fazer propaganda da doutrina verde.”<sup>279</sup> E a reportagem acusava, certamente fantasiando: “[...] mesmo quando de suas atividades profissionais, dona Kapp levava uma ‘camisinha’-verde para o recém-nascido, a fim de que quando crescesse, se tornasse um integralista”.<sup>280</sup>

Documentos arquivados em Porto Alegre registram que, na cidade de Santa Maria, os integrantes do PRP – em grande parte ex-integralistas – uniram-se em torno da figura de Walter Cechella, secretário interino do partido. Existia na cidade até um programa na Rádio Imembuí denominado *A voz do PRP*.

Em *O integralismo no Pós-Guerra a formação do PRP (1945-1950)*, o historiador Gilberto Calil lembra que: “[...] a rearticulação integralista sob a forma de partido político resultou de uma reelaboração doutrinária, pela qual Plínio Salgado e algumas outras lideranças buscaram adaptar o integralismo ao novo momento político, apresentando o movimento como ‘democrático’ e solidário com a luta internacional contra o nazifascismo”.<sup>281</sup>

<sup>278</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Depoente B, Santa Maria, 02 de julho de 2004.

<sup>279</sup> Denunciada à polícia uma simpatizante do credo verde. *A Razão*, Santa Maria, 13 de março de 1942, p.3.

<sup>280</sup> Ibidem.

<sup>281</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no Pós-Guerra a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p.15.

**Figura nº 6**

Casamento integralista realizado na cidade de Nova Palma



Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

A escassez de fontes e de estudos deixam muitas lacunas no que se refere ao conhecimento da formação, desenvolvimento e crise da AIB, em Santa Maria. Obtivemos poucos depoimentos sobre a questão e quase todos são taxativos sobre Walter Cechella como o grande difusor das idéias integralistas no município. Ao que parece, a região em torno de Santa Maria, conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, teve grande participação de integrantes *camisas-verdes*.

Depoimentos orais registraram a realização de um congresso integralista na cidade de Nova Palma e, quando do Estado Novo, algumas prisões. Nessa cidade, no Centro de Pesquisas Genealógicas, foi encontrada a fotografia de um casamento integralista [Figura 6]. No Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, em Porto Alegre, quase nenhuma documentação foi encontrada sobre os integrantes da AIB na região central do RS, em geral, e em Santa Maria, em particular.

**Aliança Nacional Libertadora**

A Aliança Nacional Libertadora – ANL – foi fundada oficialmente em 12 de março de 1935 e extinta em 11 de julho do mesmo ano, passando, então, a atuar na clandestinidade. A ANL era uma frente antiimperialista e antioligárquica promovida pelo

PCB, que tinha Luís Carlos Prestes como presidente de honra. A ANL congregou “representantes de diferentes correntes políticas – socialistas, comunistas, católicos e democratas – e de diferentes setores sociais – proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares”.<sup>282</sup> Sua proposta frente-populista pautava-se no combate ao “fascismo, imperialismo, latifúndio e a miséria”.<sup>283</sup>

Conforme Alzira Alves de Abreu, em *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*, entre outras, as reivindicações da ANL eram “a suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, a nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivassem, o gozo das mais amplas liberdades públicas e a constituição de um governo popular”.<sup>284</sup> Destaque-se, portanto, que a ANL não tinha programa anticapitalista.

Em *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, Affonso Henriques, na época, partidário do PCB e tesoureiro da ANL no Rio de Janeiro, explicou que a ANL desenvolveu-se de forma ágil graças “ao seu programa de proteção aos trabalhadores, de divisão de terras e dos latifúndios [...] e também aos nomes que dirigiam inclusive Luis Carlos Prestes, que era seu presidente de Honra”.<sup>285</sup> Para o autor, a Aliança Nacional Libertadora era “uma armadilha, uma ratoeira perfeitamente engendrada, da qual o Sr. Getúlio Vargas se serviria não só para liquidar com o regime democrático reinante, como também meter na cadeia todos os reconhecidos adversários, contra os quais Vargas não tinha conseguido arranjar meio de fazê-lo”.<sup>286</sup>

Para Affonso Henriques, “em julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora já tinha crescido o suficiente para que constituísse uma ameaça ao País. A maioria de seus membros já estava perfeitamente doutrinada e convencida de que o governo de Vargas estava tão fraco, tão podre, que bastaria um pequeno pontapé para que rolasse por terra”.<sup>287</sup>

A repressão geral aos antigos associados da ANL e do PCB deu-se após o levante aliancista, comandado pelos comunistas, em 23 de novembro de 1935, em Natal, e, posteriormente, em Recife e no Rio de Janeiro. Para Alzira Alves de Abreu, “o fracasso desses levantes desencadeou intensa reação da parte do governo. Foram feitas milhares de

<sup>282</sup> ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico* . [...]. Ob. cit., p. 107.

<sup>283</sup> *Ibidem.*

<sup>284</sup> *Idem.*, p. 108.

<sup>285</sup> HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Vargas o maquiavélico. Rio de Janeiro: Record, 1977. v.1. p.345.

<sup>286</sup> *Ibidem.*, p.332.

<sup>287</sup> *Idem.*, p.356.

prisões, atingindo não só comunistas, mas simpatizantes, membros e dirigentes da ANL, trotskistas, socialistas e anarquistas.”<sup>288</sup> A revolta acabou sendo a justificativa ideal para uma concentração ditatorial de poder nas mãos do governo central, que preparou o golpe que instituiu o Estado Novo em 1937.

### **(Novo) Estado Novo**

Quando da preparação para a campanha presidencial de 1937, Vargas denunciou à nação o chamado Plano Cohen, por meio do qual, segundo documento forjado, os comunistas pretendiam tomar o poder. Getúlio não só conseguiu manter-se no poder como eliminou a oposição e, conseqüentemente, ficou sozinho na concorrência presidencial. Com o golpe e, a seguir, a Constituição de 10 de novembro de 1937, *Constituição Polaca*, criou-se o Estado Novo (1937-1945).

O discurso sobre o *Estado Novo* não era algo novo: ele esboçava-se desde a década de 20, quando intelectuais como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral defendiam regime forte, autoritário, para a superação do atraso em que o país encontrava-se. Esses intelectuais “propuseram um regime autoritário baseado em um Estado nacional forte e intervencionista, na organização das classes e da economia em moldes corporativistas e na substituição do Parlamento pela representação técnica com vistas à consolidação da nacionalidade e da sua ordem legal, como sendo o tipo de regime adequado à estrutura social brasileira, em detrimento do liberalismo e da experiência fascista”.<sup>289</sup>

Em *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, Priscila Perazzo propõe que, “para conseguir formalizar a idéia de nação, intelectuais preocupados em ‘teorizar’ os problemas brasileiros, tiveram de repensar questões como a heterogeneidade étnica, as heranças escravistas, o peso das oligarquias, a importância da modernização do Estado, o fascínio por soluções estrangeiras, além de se verem diante de um elemento social ‘positivo’, mas às vezes ‘inoportuno’ por suas idéias e comportamento: os imigrantes, apontados como sinônimo de ‘estrangeiro’”.<sup>290</sup>

<sup>288</sup> ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico* [...]. Ob. cit., p. 109.

<sup>289</sup> DOS SANTOS, Ana Carolina Nery. *A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: UEC, 2004. p.17.

<sup>290</sup> PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão* [...] Ob.cit., p.40.

Para Priscila, “a presença do estrangeiro e, principalmente, daquele que havia promovido uma interação com a sociedade brasileira, mantendo-se fechado em suas colônias, preservando seus hábitos, costumes e língua e idéias políticas, passou a ser extremamente perigosa pois, colocava em risco a construção da brasilidade. [...] o imigrante, identificado como elemento estrangeiro que não pretendia ‘abrasileirar-se’, acabava por significar uma peça de entrave nas engrenagens do projeto nacionalista do Estado. A comunidade alemã no Brasil, tanto urbana como rural, representava justamente tal entrave”.<sup>291</sup>

Em *Vargas: o capitalismo em construção*, Pedro Dutra Fonseca lembra que, “em acordo com os militares, Vargas solicitou à Câmara aprovação do estado de guerra, no que foi prontamente atendido por ampla maioria em 1º de outubro”.<sup>292</sup> Fausto Irschlinger, em *Perigo Verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*, propõe que aquele era um “período de estratégias na eliminação de certas tensões e autonomias regionais: de transformação (e, muitas vezes, sem sucesso) dos imigrantes brasileiros e dos brasileiros em verdadeiramente verde-amarelos; de combate efetivo ao projetado ‘diabo vermelho’ do comunismo e de golpes tentando decapitar a ‘serpente verde’ do integralismo”.<sup>293</sup>

Pedro Fonseca enfatizou que “a propaganda governamental e a própria retórica de Vargas após o golpe insistiam em propagar o começo de nova era, sem precedentes, como bem demonstra o uso do adjetivo *novo* para qualificar o regime [...]. Vargas difundia o ingresso do Brasil em nova etapa histórica, de construção, a qual exigia novo homem, nova mentalidade e novas leis; não obstante, todo compromisso do presente com o futuro não dispensava, antes se alicerçava, nas lições do passado. Assim, propunha resgatar os valores morais e cívicos na nacionalidade, cultuar os heróis da história e redescobrir o sentido da brasilidade”.<sup>294</sup>

Era necessário construir uma nação desenvolvida industrialmente que deixaria para trás “o agrarismo, a monocultura, o antiindustrialismo [...], o imobilismo”.<sup>295</sup> Propunha-se que, com o crescimento econômico e a construção de uma nova nação, desapareceriam “a miséria, as desigualdades regionais, a insipiência do mercado interno, a excludência e

---

<sup>291</sup> Ibidem., p.43.

<sup>292</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas* [...]. Ob. cit., p.251.

<sup>293</sup> IRSCHLINGER, Fausto. *Perigo Verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001. p.44.

<sup>294</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas* [...]. Ob. cit., p.252.

<sup>295</sup> Ibidem., p.267.



demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente sua solução”.<sup>296</sup> Para tal projeto obter êxito, todos deveriam concentrar esforços e trabalho.

Na dissertação de mestrado “A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro”, Ana Carolina Nery dos Santos propõe que o regime varguista desenvolveu “um programa de normatização da sociedade. Assim, foram estabelecidos o saneamento das cidades e dos indivíduos, a nacionalização da educação e a valorização da juventude e da criança. A construção dessa normatização pressupunha a necessidade de higienizar a sociedade e livrá-la dos elementos nocivos, com o intuito de forjar a criação de uma identidade nacional. Impor a nova identidade no Estado Novo significava fazer uso do mito de ser brasileiro, em função da existência de inimigos da nação brasileira. A formação deste ‘homem novo’, idealizada pelo Estado Novo, correspondia à figura do trabalhador disciplinado, ágil, eficiente, ordeiro e dócil (de acordo com o molde do homem projetado pela década de 30). Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado”.<sup>297</sup>

A forte política nacionalista serviu para que Getúlio Vargas exercesse uma dominação política, carismática e legitimasse o Estado, fazendo uso dos meios de comunicação, para aglutinar *as massas trabalhadoras*. O regime cooptou um grande número de pessoas pela força da sua imagem, pela simbologia que o cercava. O episódio da queima das bandeiras dos estados materializava simbologia muito forte. A partir de então, prevaleceria o nacional, acima do estadual; ou seja, o nacionalismo, acima de qualquer regionalismo.<sup>298</sup>

O livro *Getúlio Vargas para crianças*, de Alfredo Barroso, de 1942, um dentre tantos materiais de propaganda do regime, constituiu verdadeiro “roteiro para a Juventude Brasileira”. Na primeira página da obra, o presidente Vargas assinou apresentação na qual propunha: “[...] apreendendo, no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro”.<sup>299</sup>

Em sua obra apologética, Alfredo Barroso explicou, o golpe militar que implantara o Estado Novo: “[...] nada há de mais nocivo a uma Nação que os agitadores políticos. A política continuava a prejudicar as atividades do Presidente. E ele, pouco a pouco,

<sup>296</sup> Idem., p.257.

<sup>297</sup> DOS SANTOS, Ana Carolina Nery. A estética estadonovista [...]. Ob. cit.

<sup>298</sup> Cf. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra* [...]. Ob. cit., p.71.

<sup>299</sup> BARROSO, Alfredo. *Getúlio Vargas para crianças*. Rio de Janeiro: Grande Consórcio de Suplementos Nacionais, 1942. p.85 *et seq.*

convenceu-se da necessidade de eliminar do colosso brasileiro esse elemento de destruição e desordem, para que todos os brasileiros pudessem trabalhar em paz e sem expectativas de angústia. Horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo e verificando os maus rumos da campanha de sucessão presidencial, em 1937, a 10 de novembro, Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição, criando, nesse dia predestinado, o Estado Novo. O Brasil ingressa em uma nova fase, perfeitamente adequada aos interesses nacionais, ficando dotado de uma carta política que consulta inteiramente as nossas necessidades sociais e morais [...] O Estado Novo nascia assim, em atmosfera de satisfação geral [sic]”.<sup>300</sup>

Alfredo Barroso esforçava-se para contribuir à mitificação do líder máximo. “[...] sendo simples até mais não poder, Getúlio Vargas é a bondade [sic] em pessoa. Jamais soube o que fosse um gesto mau [sic]. Os que o conhecem sabem que nunca em seu coração brotou um sentimento hostil contra quem quer que fosse. Ouve a todos, atende a todos, na medida do possível, consultando ao mesmo tempo os interesses dos humildes e os interesses do país”.<sup>301</sup>

A imagem do presidente – e do regime – era muito pensada e divulgada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Era preciso mostrar que o presidente atendia a todos, estava em todos os lugares. Ele devia ser visto como o grande líder, o *pai dos pobres*, que procurava evitar que seu povo sofresse. Getúlio Vargas enviava representantes a todos os eventos que não comparecia. Espalhavam-se bustos e fotos do presidente, por todas as regiões do Brasil. Milhares de bibelôs eram distribuídos à população, para forjar e divulgar a imagem do chefe maior do Brasil.

A imagem de Vargas estampava azulejos, bandeiras, bonecos de resina ou de gesso, caixas de cigarros e de fósforos, caricaturas, cartazes, estátuas, estandartes, flâmulas, fotos emolduradas e “autografadas”, lápis, dinheiro, moedas, xícaras, entre tantos outros objetos. A indústria cultural-cinematográfica, jornais, teatro, música, rádio, literatura, entre outros, foram utilizados pelo regime para difusão de suas idéias. Quem não o fizesse certamente seria perseguido e sofreria represálias e punições.

Uma infinidade de intelectuais participou da propaganda varguista: Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Villa-

---

<sup>300</sup> Ibidem., p. 5.

<sup>301</sup> Idem., p.110.

Lobos, entre outros. O último foi responsável por várias composições de exaltação ao regime, como a *Saudação a Getúlio Vargas* (1938).<sup>302</sup>

Em *O mundo da violência a Polícia da era Vargas*, a historiadora Elizabeth Cancelli assinalou: “[...] lá estava à imagem da esperança, da união e da autoridade. Esta imagem materializava-se na sua presença nas grandes manifestações de massa ou em uma foto pendurada nas paredes da barbearia, da escola, da farmácia e, é claro, de todas as repartições públicas”.<sup>303</sup> Segundo a autora, esse *fazer-se presente* era tão significativo que, mesmo hoje, passados mais de 50 anos de sua morte, ainda é possível encontrar quadros do ex-presidente pendurados na entrada das casas de descendentes italianos ao lado da imagem de Jesus crucificado. Talvez, uma explicação plausível seria a de que o *pai dos pobres* morreu como Jesus; humilhado e *crucificado*; morreu por nós, brasileiros; morreu para nos salvar; morreu para que “esse povo de quem fui [foi] escravo, não será [seja] mais escravo de ninguém”.<sup>304</sup>

Elizabeth Cancelli abordou a construção do sentimento de pertencimento a uma nação: “[...] construir uma nação brasileira forte, saudável e capaz estava plenamente de acordo com a tonalidade de um projeto político onde a glorificação do trabalho tornara-se o único caminho viável de enobrecimento do homem”.<sup>305</sup> Todos deveriam fazer parte do regime, sentir-se participantes. Assim, os trabalhadores de todo o Brasil escreveriam ao presidente como uma forma de reconhecimento e gratidão. Esse processo foi minuciosamente pensado pelo Estado Novo.

Na dissertação de mestrado “A política varguista e peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/Brasil e Santa Fé/Argentina)”, a historiadora Lenir Agostini registra: “[...] essa atitude do Presidente enchia de orgulho os estudantes [e a população em geral] que se sentiam prestigiados com a correspondência do chefe máximo do Estado e, como protagonistas, daquele momento político, elevavam a auto-estima, somada ao ser getulista”.<sup>306</sup>

<sup>302</sup> Cf. PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Bom Tempo, 1999. p.41.

<sup>303</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*. A polícia da era Vargas. Brasília: Edunb, 1993. p.75.

<sup>304</sup> Trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas.

<sup>305</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência* [...] Ob. cit., p.24.

<sup>306</sup> AGOSTINI, Lenir. A política varguista e peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/ Brasil e Santa Fé/Argentina). PPG História, Mestrado de Integração Latino Americana/ UFSM, 2003. p.94.

## **CAPÍTULO 3: NACIONALIZAÇÃO E SEGUNDA GUERRA: EPISÓDIOS.**

### **Questão nacional**

A questão nacional era primordial ao governo Vargas. Sua política voltou-se inicialmente aos imigrantes e seus descendentes, que viviam nos chamados “quistos étnicos”, do sul do Brasil, uma vez que representavam uma anomalia ao que o regime varguista propunha, ou seja, um Estado onde prevalecesse o nacional acima do regional. Porém, as ações nacionalizadoras não foram sentidas da mesma forma nas diferentes regiões do RS, nem tão pouco foram uniformes no mundo urbano e rural.

Cláudia Sganzerla, em *A lei do silêncio*, explicou: “[...] o nacionalismo, elemento básico da ideologia estado-novista, esteve presente desde o início da Revolução de 1930, sob uma ótica econômica [...], a partir de 1937, com o Estado Novo, o nacionalismo político e econômico tomou corpo numa política centralizadora que visava à eliminação das particularidades regionais e ao progresso do industrialismo, apoiado em um mercado nacional. Desse projeto nascia à necessidade de que a população nacional passasse a se compreender como pertencente a uma nação, e não a diversas regiões”.<sup>307</sup>

Em 31 de dezembro de 1940, Getúlio Vargas discursou: “[...] extinguímos as organizações estrangeiras de caráter político; proibimos o uso dos seus distintivos e insígnias e, também, a publicação de jornais em língua estrangeira; abolimos as bandeiras e escudos estaduais e municipais, os hinos regionais e os partidos políticos, que também eram regionais e mantinham e fomentavam os vícios e os males do regionalismo. Tudo

---

<sup>307</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio* [...]. Ob. cit., p.40.

isso se fez visando consolidar a unidade política e social do Brasil. [...] Somos, hoje, um povo voltado para um único objetivo: a Pátria unida e forte. Possuímos uma única bandeira, a nacional, um só escudo o da República, e um só hino, o brasileiro.”<sup>308</sup>

Em *O Perigo Alemão*, René Gertz assinalou que, desde o início da imigração alemã, em 1824, “os colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticiência brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito”.<sup>309</sup>

Para Aldair Lando e Eliane Barros, em “Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul”, “nos núcleos coloniais alemães, observa-se à existência de duas correntes: aqueles que se colocavam sempre numa posição de hóspedes do Brasil, considerando a Alemanha uma verdadeira pátria, e aqueles que, apesar de terem orgulho de sua ascendência, sentiam, ao se fixarem aqui, a necessidade de interessar-se e de participar ativamente da vida política nacional”.<sup>310</sup>

No artigo “O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil”, René Gertz afirma que, para a lógica da ideologia do perigo alemão, os alemães “se prestariam muito bem para a tarefa de ajudar o eventual agressor estrangeiro”.<sup>311</sup> Em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, o mesmo autor defende que o primeiro ponto alto na tentativa de combater o *perigo alemão* “foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades”.<sup>312</sup> Segundo ele, teria havido, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, “intervenção na imprensa e nas ‘escolas alemãs’. Nessa ocasião surgiram as primeiras ações nacionalizadoras que modificaram os currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngüe e a introdução das disciplinas história e geografia do Brasil, além de língua portuguesa”.<sup>313</sup>

Para Simon Schwartzman, em “Tempos de Capanema”, “ao mesmo tempo, a presença do nazismo serviu de argumento para a política repressiva dirigida ao grupo

<sup>308</sup> PETRY, Andrea Helena. As características étnicas toleradas durante o Estado Novo. In: VII Encontro Estadual de História - ANPUH/RS - História, Memória e Testemunho, Anais do Encontro Estadual de História, 7, 2004, Pelotas (em cd-room).

<sup>309</sup> GERTZ, René. *O Perigo Alemão* [...]. Ob. cit., p.13.

<sup>310</sup> LANDO, Aldair ; BARROS, Elaine. Capitalismo e colonização [...]. Ob.cit., p.63.

<sup>311</sup> GERTZ, René. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In: DALMOLIN, Cátia (Org). *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005. p.40.

<sup>312</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo* [...]. Ob. cit., p.155.

<sup>313</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999. p. 192I et seq.

alemão, através da criação de um estigma que a legitimava aos olhos de quase todos. Desagregar o grupo alemão era garantir a unidade nacional e combater as influências nazistas no território brasileiro. Com esse novo ingrediente, o governo poderia eximir-se das acusações de propulsor de uma política nacionalista xenófoba – de resto, atribuída ao fascismo e ao nazismo –, legitimando-se como protetor de uma identidade nacional contrária à doutrina nazi-fascista”.<sup>314</sup>

Entre os alemães e descendentes havia a valorização da identidade alemã – *Deutschbrasilianer* – englobando a cultura, língua e origem da raça. “*Deutschbrasilianer*, porém, é uma categoria de identidade usada pela parcela mais instruída da população; a maioria dos colonos, mesmo os nascidos no Brasil, se identificava (como ainda fazem hoje) como *alemães (Deutsche)*”.<sup>315</sup>

No tocante aos italianos e ítalo-brasileiros, em “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, Giralda Seyferth assinala que, “entre os imigrantes italianos, apesar das identidades regionais percebidas nas colônias do Sul e em São Paulo, consolidou-se o sentimento de *italianità*, em parte construída pela Igreja Católica (através de um clero italiano) a religião ou a fé católica, confundindo-se, em parte, com a consciência nacional”.<sup>316</sup>

Simon Schwartzman assinalou que, no tocante ao povoamento do Brasil, a partir da década de 40, instituiu-se “uma política imigratória prudente e segura como o objetivo de selecionar os elementos estrangeiros [...]; decretaram-se leis e medidas executivas foram tomadas para o estabelecimento de um regime de conveniente localização de trabalhadores nacionais e de distribuição dos trabalhadores estrangeiros [...]; instituiu-se uma política de integral nacionalização de estrangeiros [...]; decretou-se a lei da nacionalidade [...]; deu-se novo regime à política de expulsão de estrangeiros, visando à [...] segurança nacional”.<sup>317</sup>

Em *O Brasil vai à guerra*, trabalhando com o recenseamento de 1940, Ricardo Seitenfus propõe que no país existiriam cerca de três milhões de pessoas de origem italiana e mais de 640 mil brasileiros falavam o alemão como língua principal, o que gerava preocupação por parte das autoridades brasileiras.<sup>318</sup>

Segundo dados do recenseamento realizado pelo IBGE em 1940, no Rio Grande do Sul, a população estrangeira perfazia um total de 90.710 pessoas, do montante de 3.320

<sup>314</sup> <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema>, acessado em 14 de março de 2006.

<sup>315</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização [...] Ob.cit., p. 192 *et seq.*

<sup>316</sup> *Ibidem.*, p. 195 *et seq.*

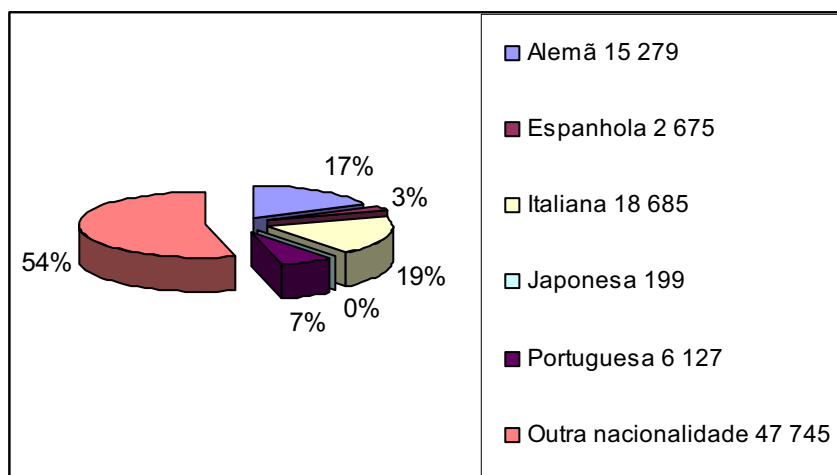
<sup>317</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo* [...]. Ob.cit., p.326 *et seq.*

<sup>318</sup> Cf. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra* [...]. Ob. cit.

689, ou seja, 2,73% da população total do RS era de estrangeiros de diferentes nacionalidades, como alemães (15.279), espanhóis (2.675), italianos (18.685), japoneses (199), portugueses (6.127) e outros (47.745); conforme Gráfico 2.<sup>319</sup>

**Gráfico nº 2**

Estrangeiros segundo as principais nacionalidades



Fonte: Gráfico elaborado a partir do recenseamento do IBGE de 1940.

Somando-se a população estrangeira (90.710) aos naturalizados (18.760), têm-se um total de 109.470 pessoas, 3,29% da população total do RS, na época.<sup>320</sup>

Os naturalizados estão divididos segundo seus países em: outros países, 8.423; italianos, 5.918; alemães, 2.841; portugueses, 1.040; espanhóis, 533; e japoneses, 5. As porcentagens são apresentadas no Gráfico 3.<sup>321</sup>

Os números apontam para uma parcela muito pequena da população sul-riograndense de estrangeiros [e naturalizados], porém o problema residia no fato destes estarem basicamente agrupados nas mesmas regiões - *quistos étnicos* - com língua, cultura, associações e escolas próprias.

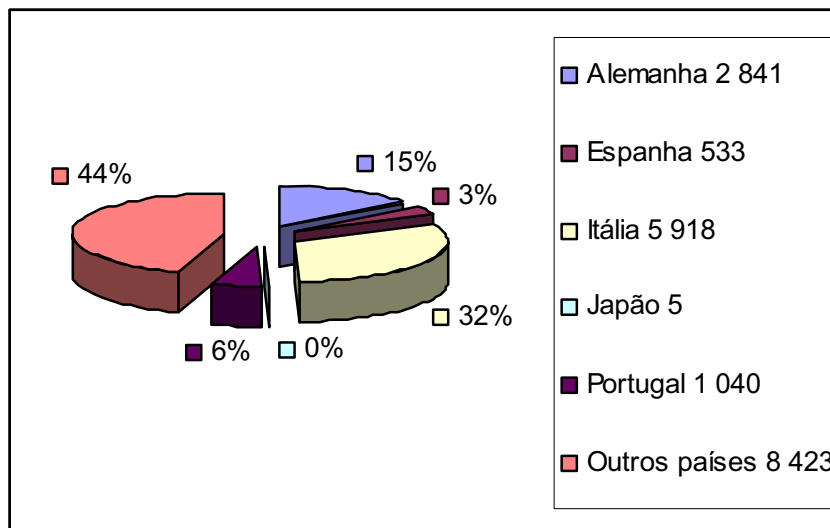
<sup>319</sup> Cf. FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul de 1940*. Estrangeiros, por sexo e grupos de idades, segundo as principais nacionalidades. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p.10.

<sup>320</sup> Ibidem.

<sup>321</sup> Cf. FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul de 1940*. Brasileiros naturalizados, por sexo e grupos de idades, segundo os principais países de naturalidade. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p.8.

### Gráfico n° 3

Brasileiros naturalizados segundo os principais países de naturalidade



Fonte: Gráfico elaborado a partir do recenseamento do IBGE de 1940.

### Fogo cruzado

Alguns autores, como Giralda Seyferth, Mario Careli e Simon Schwartzman, lembraram que as relações entre imigrantes e os chamados *brasileiros* ou *pêlos duros* nem sempre foram amistosas. No século 19, os imigrantes foram buscados e pensados como sinônimo de esperança e progresso, enquanto os nacionais, livres e escravizados, foram excluídos, entre outros, do processo de distribuição das terras. A partir do governo Vargas, os papéis foram invertidos. Buscava-se no elemento nativo a essência do povo brasileiro, enquanto que os imigrantes e seus descendentes eram vistos com olhos mais cuidadosos.

Em “Imigração italiana, colonização e ocupação da terra no Brasil uma análise segundo a teoria de Wakefield”, o sociólogo João Carlos Tedesco lembra que a Lei de Terras, criada em 1850 e regulamentada quatro anos depois, buscava “impedir o acesso à terra dos imigrantes pobres; por outro, havia a intenção de estabelecer os colonos com



alguns recursos nas terras devolutas por meio de lotes”.<sup>322</sup> Na prática, a Lei de Terras vetava o acesso à terra das camadas nacionais mais pobres, favorecendo alguns imigrantes.

No artigo “A imigração italiana no RS: fatores determinantes”, a historiadora Loraine Slomp Giron concluiu que “a política imperial de colonização financiava a imigração, passava a depender do lucro gerado pela venda das terras aos colonos. É nesta dependência que se explica a preferência do colono europeu, como comprador de terras, ao nacional, considerado menos eficiente do que o estrangeiro”.<sup>323</sup>

Em “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, a antropóloga Giralda Seyferth defende que “a colonização serviu como símbolo étnico das virtudes do ‘trabalho alemão’ e do ‘espírito pioneiro’, num discurso etnocêntrico ao qual não faltaram referências raciais, em especial no confronto com o ‘outro’ mais próximo do colono, o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica”.<sup>324</sup>

Referindo-se à comunidade italiana, a autora assinala que “os elementos constitutivos da identidade étnica italiana no Brasil incluíam [...] ênfase nos hábitos e costumes trazidos da Itália, relacionados ao lazer, alimentação e práticas religiosas. Enquanto símbolo da etnicidade, o *ethos* do trabalho afirma a capacidade produtiva do italiano em contraste com a suposta preguiça e indolência dos brasileiros [...]”.<sup>325</sup>

Em *Ulisses va in América*, a historiadora Dilse Corteze lembra a construção dos mitos sobre a imigração italiana, dentre os quais se encontra o do colono trabalhador, disciplinado e religioso, que vence todas as agruras americanas devido à religião e à excelência étnica.<sup>326</sup> “[...] de 1875 a 1914, em torno de oitenta mil famílias de imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande. Nesse processo, eles foram vistos como trabalhadores capazes de transformar esta terra, capazes de superar o nativo, o negro, o escravo e o mestiço brasileiros, pelas suas pretensas qualidades intrínsecas”.<sup>327</sup> Continuou a autora: “[...] o mesmo emigrante elogiado no Brasil era malvisto e desqualificado quando na península. As elites e a grande parte da intelectualidade italiana explicavam, comumente,

<sup>322</sup> TEDESCO, João Carlos. Imigração italiana, colonização e ocupação da terra no Brasil uma análise segundo a teoria de Wakefield. *História debates e tendências Brasil-Itália Travessias*. Passo Fundo, UPF. V.5, n.1, julho 2004. p.62-83.

<sup>323</sup> GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrand (Org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto. p.54

<sup>324</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha [...]. Ob. cit., p. 192 *et seq.*

<sup>325</sup> Ibidem.

<sup>326</sup> Cf. CORTEZE, Dilse Piccin, *Ulisses va in América*. História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1975-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

<sup>327</sup> Ibidem., p.155.

as dificuldades econômicas das classes subalternas como decorrentes da preguiça, da falta de iniciativa, da ausência de criatividade, etc”.<sup>328</sup>

Giralda Seyferth assinalou a visão de Mario Careli, autor de *Carcamano e comendadores os italianos de São Paulo: da realidade à ficção* (1919-1930), através de um estudo sobre a comunidade italiana em São Paulo, apontando as representações etnocêntricas que os imigrantes italianos daquele Estado “construíram sobre os negros e mestiços — numa ampla desqualificação do brasileiro comum — apesar da existência de casamentos interétnicos”.<sup>329</sup> De acordo com José Carlos Radin, em *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*, “o modo de vida do caboclo, quando comparado ao do ítalo, era visto com desprezo, e seus costumes caracterizados como exóticos e não aconselháveis”.<sup>330</sup>

Por sua vez, Simon Schwartzman, em *Estado Novo, um auto-retrato*, propôs que “o trabalhador nacional não poderia continuar sendo o filho enjeitado, que via a máquina de proteção governamental voltar-se para o adventício enquanto ele próprio, dono e, invariavelmente, desbravador da terra, faltava o apoio mais rudimentar”.<sup>331</sup>

Na tese “Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS”, Maria Catarina Zanini concluiu que: “[...] um tom ufanista acerca dos antepassados, torna-os heróis, porque colonizadores ou vice-versa. Como a conquista, nos tempos atuais, não poderá mais ser efetuada somente no domínio espacial, das terras, efetuar-se-á, contudo, pelos descendentes, pelo domínio temporal do conhecimento das origens. Enfim, o descendente deve conhecer sua história para engrandecê-la e dela usar para elevar sua própria auto-imagem. [...] há a forma de visibilidade que uma etnia adquire em detrimento de outras. Por exemplo: Silveira Martins é considerado um município de colonização italiana, contudo entre os seus 1.039 habitantes da área urbana, há um número considerável composto por descendentes de negros, que habitavam a ‘Vila dos Morenos’, como é denominada pela população italiana. Em termos de distribuição espacial e histórica na cidade, não possuem visibilidade e nem

---

<sup>328</sup> Idem., p.163.

<sup>329</sup> Careli, Mario. *Carcamano e comendadores os italianos de São Paulo: da realidade à ficção* (1919-1930). São Paulo, Ática, 1985. Cf. SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha [...]. Ob. cit., p. 192.

<sup>330</sup> RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 1996. p.141.

<sup>331</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo* [...]. Ob. cit., p.344.

status. [...] Na imagem do município, como fruto da colonização italiana, os negros não aparecem, nem espacialmente e nem nas relações interétnicas”.<sup>332</sup>

## **Nacionalização**

No contexto geral do Brasil, apresentado no capítulo 2, procedeu-se, em 1938, a Nacionalização do Ensino. Para René Gertz, em *O perigo alemão*, a nacionalização deu-se em dois níveis: no educativo, através do Secretário da Educação, Coelho de Souza, e do chefe de polícia, Aurélio da Silva Py. A nacionalização na educação ocorreu, sobretudo, após a implantação do Estado Novo, principalmente no que se refere às escolas públicas e privadas. Em um segundo momento, com a abertura de hostilidades com o Eixo, houve a nacionalização repressiva, que visava aos integralistas e nazistas, sobretudo, e a tudo que se relacionasse com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).<sup>333</sup>

Em *Tempos de Capanema*, Simon Schwartzman propôs que, “em janeiro de 1938, o tema da nacionalização era matéria de ofício reservado do chefe do Estado-maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. A tônica do documento é toda posta nos perigos que a presença de núcleos estrangeiros organizados traz à segurança nacional. Góis Monteiro comunicou ao ministro da Guerra o conteúdo do relatório da 5ª Região Militar, ‘manifestando sua preocupação com as conseqüências funestas de uma colonização estrangeira no Brasil [...] mal-orientada, sem a necessária diretriz do governo e controle indispensável, para anular os inconvenientes da existência de núcleos, que não se diluem no nosso meio, mas, ao contrário, procuram se fortalecer, conservando as características dos países originários”.<sup>334</sup> A nacionalização passou a ser questão de polícia, de segurança nacional, a fim de que os estrangeiros estabelecidos no Brasil não viessem a servir os interesses dos países do Eixo.

No Rio Grande do Sul, como acentuou Simon Schwartzman, o interventor Cordeiro de Farias descreveu que, “tendo em vista o problema da infiltração nazista, decidimos utilizar as escolas como meio de neutralizar as influências do meio social. Resolvemos então criar incentivos especiais para as professoras que concordassem em se deslocar para locais mais distantes, sob maior influência alemã. Oferecemos a elas residência, serviço de

<sup>332</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Tese de Doutorado. PP/Antropologia Cultural. São Paulo: USP, 2002.p.203.

<sup>333</sup> Cf. GERTZ, René. 1991. *O perigo alemão* [...]. Ob cit.

<sup>334</sup> <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema>, acessado em 14 de março de 2006.

saúde e proteção policial, além de salário normal a que tinham direito [...]; nas áreas mais carentes, fizemos convênios com entidades particulares para intensificar a formação de quadros. Enfim, foram cercadas de todo cuidado e tratadas como verdadeiras princesinhas [...]”.<sup>335</sup>

Simon Schwartzman propôs que “a questão dos núcleos estrangeiros que emergia como problema e obstáculo para aqueles que se atribulam a responsabilidade de pensar o nacionalismo brasileiro desde o início do século, será redimensionada de forma radical no contexto do Estado Novo. Parecia impossível construir uma nacionalidade com a simultânea convivência de diferenças culturais. Construir o nacionalismo era, ao mesmo tempo, destruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira”.<sup>336</sup> A partir de 1938, não bastava somente fechar escolas com língua e programas estrangeiros, era preciso abrir novas escolas alicerçadas na língua nacional, no Brasil e no nacionalismo.

Dados do IBGE, no censo de 1940, fornecem informações sobre as pessoas que não falavam o português em casa, segundo o Gráfico 4. O total é de 747.859 indivíduos, sendo 393.934 de origem alemã (52,67%); 295.995 italianas (39,57%); 51.680 de outras origens (6,91%) e 6.250 espanhola (0,83).<sup>337</sup> Explica-se o fato da nacionalização estar voltada em grande parte aos alemães e italianos e seus descendentes no sul do Brasil, uma vez que mais da metade da população de origem alemã e quase quarenta por cento da italiana não falavam o português. Ao que tudo indica, na região de Santa Maria, as medidas nacionalizadoras não modificaram o cotidiano do lugar. Salvo engano, na região, não funcionavam mais escolas que ministravam em outra língua que não o português, quando, em 1938, foram implantados os decretos de nacionalização do ensino.

Em “O futuro dos dialetos italianos”, Ciro Mioranza propõe: “[...] em certas áreas do Brasil houve e perduraram características histórico-sociais específicas que permitiram não só a manutenção do sistema lingüístico próprio do imigrante por largo espaço de tempo, bem como sua transmissão que perdura até hoje”.<sup>338</sup>

---

<sup>335</sup> Ibidem.

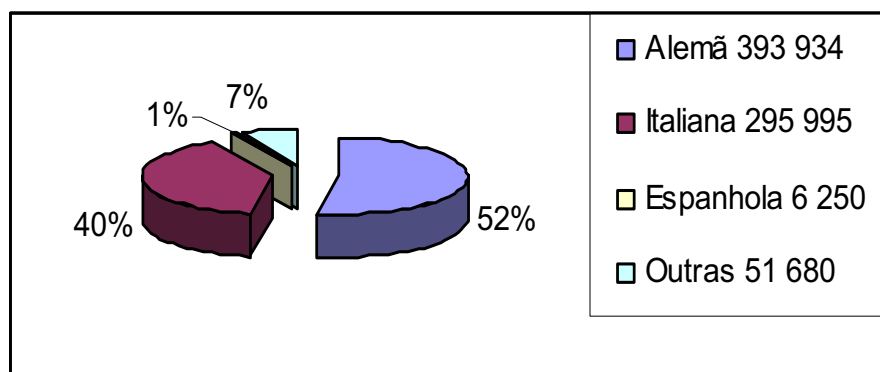
<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Cf. FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico* [...]. Ob. cit, p.13.

<sup>338</sup> MIORANZA, Ciro. O futuro dos dialetos italianos. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. vol.II. p.596.

## Gráfico nº 4

Pessoas que não falam o português habitualmente no lar



Fonte: Gráfico elaborado com base no recenseamento do IBGE de 1940.

A imprensa regional (re)produzia reportagens mostrando que a nacionalização era algo bom e necessário ao país. O artigo “A nacionalização do ensino”, publicada no jornal *A Razão*, de 22 de abril de 1938, propunha que a nacionalização da educação era “inspirada no princípio da unidade pátria, constituiu sem dúvida, uma obra de alta envergadura para a consolidação do espírito de brasilidade que o Estado Novo se propôs cimentar nas populações brasileiras [...]. Permitimos o funcionamento de escolas, dentro do nosso país, que apenas ensinavam outras línguas, as de origem dos imigrantes que se instalaram nas regiões onde se achavam elas localizadas. Como consequência dessa licenciosidade impatriótica, tivemos de assistir ao espetáculo doloroso de brasileiros, homens e mulheres, crescerem sem saber falar o nosso idioma. Com isso permitíamos a perigosa floração de outras localidades dentro do nosso território pátrio, com escolas que só ministravam o ensino de línguas estrangeiras e cujos alunos, estudando idiomas diversos do nosso, moldariam em seus caracteres uma mentalidade incompatível com os nossos sentimentos de brasilidade.”<sup>339</sup>

Segundo Pasquale Petrone, em “Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua”, “as medidas de *nacionalização* implicaram principalmente na obrigatoriedade do uso da

<sup>339</sup> DALMOLIN, Cátia. Mordaça Verde e Amarela imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. In: DALMOLIN, Cátia (Org). *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Pallotti, 2005. p.99.

língua portuguesa. [...] atingiram [...] as escolas nas quais o ensino era ministrado em outro idioma que não o português. Tais escolas foram fechadas, ou sofreram intervenção, o ensino passando a ser ministrado exclusivamente em português.[...] foi proibido o emprego do dialeto italiano [...]. O imigrante [...] agora via-se psicologicamente atingido por outros problemas envolvendo a noção de *brasilidade* com o *falar brasileiro*, o emprego do dialeto, ou do italiano especialmente durante a guerra de *Quinta-coluna*, de traidor do país, associada à de fascista”.<sup>340</sup>

Maria Catarina Zanini, propõe que “os espaços de repressão cotidiana eram vários. Para alguns entrevistados, que nunca sofreram a repressão oficial, da polícia, o que ficou mais marcado foram às violências sofridas no plano doméstico, das relações íntimas. Uma violência que vinha povoada de medo e autoridade. Alguns depoimentos narram as diversas formas de controle que eram exercidas no mundo da família, principalmente na socialização, quando os pais, pouco sabedores da língua portuguesa, tentavam fazer com que seus filhos aprendessem o português. O controle era exercido nos domínios internos da casa e também havia a preocupação com a perda do espaço privado, devido à espionagem. Havia receios de que alguns membros da comunidade pudessem se prestar a delatar. Foi criado e alimentado um clima de tensão”.<sup>341</sup> A preocupação dos pais - imigrantes ou descendentes - era a inserção dos filhos na sociedade, para isso era necessário e importante apreender a língua portuguesa.

Maria Catarina Zanini explicando o final da década de 1930 mostra: “[...] como manter uma coesão grupal sem um sistema de comunicação que fosse legítimo e compartilhado pelos descendentes não falantes do português? Pelos depoimentos daqueles que vivenciaram o processo, observei que as mulheres adultas, que antes do período repressivo pouco saíam de suas casas, durante esse, foram confinadas ao mundo doméstico, limitadas, aquelas do meio urbano às suas casas e as do meio rural aos limites entre a casa e a roça. As crianças se limitavam a ir à escola quando os pais permitiam e os homens adultos da zona rural faziam suas compras se comunicando por bilhetes e alguns, nem mais à missa iam, refugiando-se em suas casas. Os homens do meio urbano viviam tensos e os idosos foram confinados ao mundo do silêncio”.<sup>342</sup> Essa é uma avaliação arbitrária que julga que todo o espaço de comunicação é espaço de conflito. Por exemplo,

---

<sup>340</sup> PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luis De (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/ Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1990, v. 2. p.603-626.

<sup>341</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional* [...]. Ob. cit., p.189.

<sup>342</sup> Ibidem, p.200.

nas comunidades do interior, como Silveira Martins, a comunicação seguiu sem maiores problemas. Em casa ou no ambiente público, as famílias utilizam comumente o dialeto – vêneto ou furlan - para sua comunicação e não o português. A língua portuguesa era ensinada nas escolas e transmitidas pelos alunos aos seus pais e parentes. Pode-se mencionar ainda algumas reportagens vinculadas no jornal *A Razão* que comprovam que o dialeto era comumente utilizado pelos imigrantes e seus descendentes, sem muito controle das autoridades ou punições a este respeito.

No jornal *A Razão*, de 22 de abril de 1938, o artigo “Obra de patriotismo” propôs: “[...] merece todos os elogios, como verdadeiro gesto de brasilidade, o ato do governo da República proibindo as atividades políticas de elementos estrangeiros no território nacional [...] não poderíamos permitir por mais tempo a infiltração de agentes políticos do exterior, que aqui vinham pregar idéias adotadas em suas terras e conquistar adeptos [...]. É a grande obra de fortalecimento da nacionalidade traçada pelo Estatuto do Estado Novo.”<sup>343</sup> O artigo completa: “[...] o Brasil continua aberto àqueles que aqui vierem trabalhar, animados de boas intenções. Mas fecha as suas portas para todos os que pretendem exercer atividades que resultem em intranqüilidade e desagregação.”<sup>344</sup>

Percebe-se que a nacionalização do ensino era algo pensado, divulgado e trabalhado pelo regime varguista. Era necessário que os *estrangeiros*, começando pelas crianças em idade escolar, entendessem que o regime precisava da ajuda de todos para o fortalecimento da construção da nacionalidade brasileira. Por isso, não poderia haver ensino em outra língua que não o português, não poderia haver outra pátria que não o Brasil. Em algumas regiões – não é o caso de Santa Maria – existiam ainda escolas subvencionadas por governo dos países integrantes do Eixo através das quais fazia-se propaganda dos regimes nazi-fascista. Para os imigrantes e seus descendentes, era necessário falar o português para uma maior integração social entre, principalmente, colônia-cidade.

## **Segunda Guerra Mundial**

É necessário pensar algumas questões referentes à Grande Guerra (1914-1918) para entender por que houve a eclosão da segunda conflagração mundial. A Primeira Guerra Mundial foi um conflito entre potências industriais capitalistas por uma nova repartição de

<sup>343</sup> Obra de patriotismo. *A Razão*, Santa Maria, 22 de abril de 1938, p.3.

<sup>344</sup> Ibidem.

áreas para expansão econômica. Em lados opostos, lutavam o Império Alemão, que se encontrava em ascensão econômico-militar, e o Império Britânico, em perda de vigor. Rapidamente, o conflito tomou contorno internacional e alcançou níveis sem precedentes de destruição e morte, graças à aplicação da tecnologia industrial na produção de armamentos.

No pós-guerra, instalou-se um quadro de crise generalizada da sociedade capitalista européia, com recessão, desemprego e inflação que, somados, levaram a uma intensa mobilização política e a conflitos sociais acentuados. As crises sucessivas de 1919, 1923 e de 1929 – *quebra* da bolsa de Nova York – aumentaram os problemas já graves. O primeiro conflito mundial enfraqueceu a posição européia no mundo, fortalecendo a dos EUA. No tocante à Alemanha, as conseqüências foram desastrosas. Ela, que fora uma potência industrial e aspirava, em 1914, à liderança econômica, pelo menos na Europa, foi reduzida, em Versalhes, à nação de segunda grandeza. As conseqüências políticas foram mais graves do que os efeitos econômicos das indenizações e perdas territoriais. A chamada *humilhação* promovida pelo Tratado de Versalhes e o *perigo* social constituíram base de cultura para a radicalização do nacionalismo conservador alemão.

Desde 1919, surgiram movimentos propondo Estados fortes e autoritários, apoiados no culto ao chefe político. Assim, foi possível sua concretização em regimes totalitários como o fascismo, na Itália; o nazismo, na Alemanha, e regimes autoritários no Brasil, Espanha, Polônia, Portugal, Romênia.<sup>345</sup>

A Segunda Guerra Mundial ocorreu devido, principalmente, às causas pendentes desde o fim da Primeira Guerra. O segundo conflito mundial foi ensejado pela recomposição do capitalismo alemão e pela luta interimperialista. De um lado, estavam os *Aliados*, representados pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética, principalmente, e, do outro, o *Eixo*, com a Alemanha, Itália e Japão, sobretudo. Com Hitler no poder, em apenas seis anos, de 1933 a 1939, a Alemanha nazista conquistara a Áustria, Bélgica, Dantzig, Dinamarca, parte da França, Holanda, Noruega, Polônia, Sudetos e Tchecoslováquia.<sup>346</sup>

Em 1940, a Alemanha hitlerista já ocupava praticamente toda a Europa e, entre seus adversários, encontrava-se apenas a Inglaterra em condições de continuar lutando. No mesmo ano, em Havana, sob a influência do imperialismo estadunidense, os governos das nações americanas declaram que todo atentado a qualquer dos países seria considerado

---

<sup>345</sup> Cf. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

<sup>346</sup> *Ibidem*.



como agressão à América inteira. No ano seguinte, a guerra tornou-se mundial com a invasão da União Soviética pela Alemanha e o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí.<sup>347</sup>

Em Porto Alegre, Carazinho e Passo Fundo, no RS, e Florianópolis, em SC, foram realizados exercícios de “Defesa Passiva Antiaérea”, um tipo de treinamento no caso de um eventual bombardeamento por eixistas.<sup>348</sup> Em telegrama datado de 27 de agosto de 1942, o ministro Marcondes Filho comunicou ao interventor Cordeiro de Farias a publicação do decreto nº 594 daquela data, criando a comissão de Defesa Passiva Antiaérea. Conforme o decreto, seriam membros da comissão o prefeito municipal de cada cidade, o representante da guarnição militar federal ou o delegado de polícia, cabendo àquela comissão “os serviços de defesa e socorro contra os bombardeios aéreos, na forma de leis e instruções que foram baixadas pelas autoridades competentes.”<sup>349</sup> Contudo, em Santa Maria, tal decreto pareceu não vigorar, visto que a imprensa nada noticiou a respeito durante 1942.

Para Elizabeth Cancelli, em *O mundo da violência a Polícia da era Vargas*, “o exercício puro e simples do terror, implantado pelo Estado, através e com a polícia, representava a prova incontestável de que tudo apregoado pelo Estado tornara-se verdadeiro”.<sup>350</sup> Neste fogo cruzado, encaixavam-se os imigrantes alemães, italianos e japoneses – e seus descendentes – e a formação dos *quistos étnicos* no sul do Brasil. A mesma autora defende que era importante “fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime”.<sup>351</sup> Todos os *bons brasileiros* estavam em vigília para delatar os *maus brasileiros* ou *não-brasileiros*, representados na figura dos estrangeiros ou seus descendentes que poderiam ser uma ameaça ao regime. É importante salientar que, embora houvesse o medo de prisões ou represálias, conforme mostraram as entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes, no meio rural não houve modificações significativas no modo de vida durante o período Vargas, permanecendo o dialeto como a forma de comunicação oficial.

<sup>347</sup> Idibem.

<sup>348</sup> Sobre Carazinho e Passo Fundo ver JUNGBECK, Benhur. Perigo Iminente: a Segunda Guerra na leitura da imprensa Passo-fundense. Dissertação de Mestrado em História. Passo Fundo: PPGH, 2005; sobre Florianópolis ver FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Univali e UFSC, 2005.

<sup>349</sup> Telegrama do Ministro Marcondes Filho a Cordeiro de Farias, Interventor Federal. Arquivo Histórico do RS. Correspondências governantes. Telegrama. Maço 149. 27 de agosto de 1942.

<sup>350</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência* [...] Ob. cit. p.26.

<sup>351</sup> Ibidem, p.37.

Como já mencionado no capítulo 2, o Brasil manteve, durante a década de 30, relações comerciais e policiais amistosas com os governos alemão e italiano. Porém, a partir de 1942, quando navios brasileiros foram torpedeados por submarinos da Alemanha, houve o rompimento do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Em 30 de janeiro de 1942, o Jornal *A Razão* publicou artigo intitulado “A democracia sempre viverá”, transcrevendo o discurso de Osvaldo Aranha, pró-estadunidense, onde era anunciada a ruptura das relações comerciais do Brasil com o Eixo: “[...] a neutralidade do Brasil foi sempre exemplar, mas a nossa solidariedade para com a América é histórica e tradicional. [...]. Esta é a razão pela qual hoje [...] os embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o encarregado dos negócios do Brasil em Roma, passaram uma nota aos governos junto aos quais estão acreditados, comunicado que em virtude da recomendação da terceira reunião de consulta dos ministros das Relações Exteriores das repúblicas americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão.”<sup>352</sup>

Segundo John Dulles, em 12 de março de 1942, após o afundamento do *Cairu*, “Vargas determinou o confisco de 30 por cento dos fundos pertencentes aos súditos do Eixo. Estimava-se que o valor total do patrimônio do Eixo no país [...] chegava a meio bilhão de dólares”.<sup>353</sup> Getúlio Vargas, em seu diário – *Getúlio Vargas: Diário* – registrou esse acontecimento: “[...] recebi a notícia do torpedeamento do quarto navio brasileiro em águas americanas, o *Cairu*. Determinei a suspensão da navegação para os Estados Unidos até que tivéssemos nossa navegação protegida e assinei os decretos pondo os bens dos súditos alemães, japoneses e italianos em garantia dos danos causados pelos seus países.”

<sup>354</sup>

Os navios Buarque, Olinda, Cabedelo, Arabutan, Cairu, Parnaíba, Comandante Lyra, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena e Piave foram afundados de fevereiro a julho de 1942. Juntos totalizaram 127 óbitos. No mês de agosto, em 4 dias foram postos a pique o Baependi, Araraquera, Annibal Benévolo, Itagiba, Arará e Jacira com mais de seiscentas vítimas, número de decessos que caracteriza o caráter punitivo dos ataques.<sup>355</sup>

<sup>352</sup> A democracia sempre viverá. *A Razão*, Santa Maria, 30 de janeiro de 1942, p.3.

<sup>353</sup> DULLES, John. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Renes, 1967. p.247.

<sup>354</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 469. vol 2.

<sup>355</sup> Cf. DULLES, John. *Getúlio Vargas* [...]. Ob. cit., p.47.

Na primeira página da edição de 31 de julho de 1942, o Jornal *A Razão* estampou duas reportagens tratando do afundamento do navio *Tamandaré*, a “10ª agressão totalitária à marinha mercante brasileira”.<sup>356</sup> Devido a esse ataque, em todo o país, sucederam-se fortes protestos, inclusive em Santa Maria. A partir desse momento, criou-se estado real de beligerância entre o Brasil e o Eixo, ainda que apenas em 22 de agosto, após reunião ministerial, “foi divulgado que o Brasil estava em guerra com a Alemanha e a Itália”.<sup>357</sup>

Em *Tempos de incerteza*, Sérgio Dillemburg lembra que a medida adotada pelo Brasil “permitia [...] a censura e apreensão a domicílio, ficando também suspensas as garantias constitucionais atribuídas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas dos súditos dos Estados estrangeiros que tenham praticado atos de agressão contra o Brasil e os brasileiros”.<sup>358</sup>

O presidente Vargas declarou que os estrangeiros dos países do Eixo, responsáveis pelo afundamento dos navios brasileiros, “iriam de enxada, de pá e picareta ao ombro cortar estradas no interior do Brasil.”<sup>359</sup>

Vargas, em discurso proferido em 7 de setembro de 1942, mostrou que não admitiria nenhuma manifestação contrária ao interesse maior, ou seja, o nacional. Segundo ele: “Seremos implacáveis no combate aos invasores e aos seus agentes infiltrados, traiçoeiramente, no meio das nossas populações laboriosas. Não importará isso em quebra do nosso sentimento comprovado de hospitalidade. Os nacionais dos países com os quais estamos em guerra, que aqui vieram e construíram os seus lares de forma regular e honesta, nada devem recear enquanto permanecerem entregues ao trabalho, obedientes à lei e prontos a colaborar nas atividades defensivas do país. De modo bem diverso serão tratados os que, traindo os compromissos assumidos e ludibriando o nosso acolhimento generoso, auxiliarem de alguma forma os inimigos, com eles mantiverem entendimentos, espionando ou fazendo sabotagem. A esses, aplicaremos, com rigor, as leis de guerra. E, em relação aos semeadores de boatos e derrotistas de qualquer nacionalidade, nenhuma complacência existirá. Serão segregados do meio social, reduzidos à condição de suspeitos e declarados indignos da cidadania brasileira.”<sup>360</sup>

<sup>356</sup> Navio Tamandaré. *A Razão*, Santa Maria, 31 de julho de 1942, p.1.

<sup>357</sup> DULLES, John. *Getúlio Vargas* [...]. Ob. cit., p.249.

<sup>358</sup> DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza*. Porto Alegre: EST, 1995. p.53.

<sup>359</sup> *Ibidem.*, p.61.

<sup>360</sup> PETRY, Andrea Helena. *As características* [...]. Ob.cit.

Em algumas cidades após o afundamento dos navios brasileiros ocorreram passeatas, discursos, prisões, depredações e saques, como foi o caso da zona urbana de Santa Maria. Durante os anos de guerra, algumas localidades que possuíam nomes em línguas dos países do Eixo tiveram que *abrasileirá-los*. Sob o título “Serão abolidos os nomes estrangeiros de todas as localidades brasileiras”, o Jornal *A Razão* noticiou, na última página da edição de 28 de outubro de 1943, que uma instrução nacional instituiu a revisão da nomenclatura das localidades brasileiras. Segundo a reportagem, essa determinação preocupava-se com a nacionalização da nomenclatura geográfica, determinando que “os novos nomes não sejam estrangeiros [...] e que se prefiram nomes de propriedade local, sobretudo os indígenas”.<sup>361</sup>

O nome escolhido para substituir a denominação do núcleo colonial de Nova Udine foi Ivorá, em língua indígena, “rio da praia formosa”. Novo Treviso chegou a chamar-se, por pouco tempo, de Vasconcellos Filho. Em carta endereçada ao interventor federal Cordeiro de Farias, Agenor Berthem, morador de Vale Vêneto, sugeriu que o nome da vila passasse a ser General Justo.<sup>362</sup>

A imprensa encarregava-se de deixar no ar o clima de tensão e animosidade constante. Mesmo no interior do RS, em Santa Maria, por exemplo, nomes de associações foram *abrasileirados*, mutuais foram fechadas e tiveram seu patrimônio confiscado.

A esse respeito, Maria Catarina Zanini propõe: “[...] um verdadeiro estado de guerra se processava nas páginas no jornal local *A Razão*, em especial a coluna de Paulo Mendes, inimigo declarado do Quinta-colunismo. Toda a construção retórica do jornal e de seus redatores conduzia a um estado de animosidade contra italianos e alemães e descendentes desses. Era estabelecido um clima de vigília e tensão como se cada cidadão fosse uma espécie de detetive do Estado Novo e devesse, por patriotismo, suspeitar de tudo e de todos. O que, em termos de vivência coletiva, permitiu que muitos interesses e sentimentos diversos, alguns anteriores à guerra, entrassem em cena”.<sup>363</sup>

Uma reportagem que corrobora com a afirmação de Maria Catarina Zanini é “Os problemas da colônia”, assinada por Paulo Mendes e publicada no jornal *A Razão*. O texto, de dezembro de 1942, refere-se aos problemas encontrados pelo jornalista ao passar suas férias de verão na localidade de Silveira Martins e em Vale Vêneto. Sua observação

<sup>361</sup> Serão abolidos os nomes estrangeiros de todas as localidades brasileiras. *A Razão*, Santa Maria, 28 de outubro de 1943, p.7.

<sup>362</sup> Cf. Telegrama ao senhor Interventor Federal, Cordeiro de Farias. Arquivo Histórico do RS. Correspondências governantes. Fonograma. Maço 149. 11 de setembro de 1942.

<sup>363</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional* [...]. Ob. cit., p.206.

foi de encontro ao modo de viver das pessoas que habitavam aquela região. “Olhei o ambiente, os métodos de trabalho, o espírito religioso, as práticas de higiene e até a capacidade de alimentar de uma população de alguns milhares de almas. E saí convencido, firmemente convencido, de que o colono, em todos aqueles problemas, continua sem os benefícios da evolução.”<sup>364</sup>

Sobre a situação encontrada descreve o jornalista: “seus métodos de higiene são precaríssimos, como sua alimentação não condiz em absoluto com as necessidades do organismo humano. Isso para não falar no seu trabalho que é tristemente dispersivo. Em relação à alimentação e à higiene é simplesmente inacreditável o que ainda ocorre entre a população dos distritos coloniais. Famílias inteiras têm por alimentação folhas amargas de ‘radicce’ preparadas com pedaços de toucinho. E assim passam anos inteiros, criam os filhos e preparam um ambiente propício à miséria. Sem distrações adequadas à simplicidade do seu espírito e ainda tendo à frente ameaças que eles não podem compreender, os colonos fecham-se no mais escuro quarto da casa e se entregam à cachaça. Homens e mulheres. Daí os estrábicos, os surdos, os cegos, os mudos, os imbecis, os cretinos, os incapazes de que a colônia está cheia. Nas imediações da vila de Silveira Martins, eu conheço famílias inteiras em que todas as pessoas são anormais. Em Vale Vêneto, [...] encontrei um verdadeiro ambiente de cemitério, com quase cadáveres se arrastando pelas ruas.”<sup>365</sup>

E complementa: “[...] tudo isso, como é natural, influi para que o fanatismo [sic] encontre facilidade de devastação entre os colonos.”<sup>366</sup>

Encerrando, Paulo Mendes sugere que os padres da região ajudem os colonos para terem um melhor padrão de vida e assim acabarem com o fanatismo dominante na colônia.

Em outro momento, em 1 de janeiro de 1942, descrevendo a formação da população de Santa Maria, o mesmo jornalista afirmou que essa era mista, sendo que todos haviam se adaptado à região “com a exceção do elemento alemão e italiano, as demais camadas imigratórias adotaram a nossa própria língua, sendo raro o descendente das outras nacionalidades que conheça o idioma do país de origem. E mesmo entre descendentes de alemães e italianos, residentes na sede, há elementos que se distinguiram pelo seu espírito

---

<sup>364</sup> Os problemas da colônia. *A Razão*, Santa Maria, 19 de dezembro de 1942, p.2

<sup>365</sup> *Ibidem*.

<sup>366</sup> *Idem*.

de brasilidade, como os há também, que nascidos no Brasil, assinam documentos e se proclamaram estrangeiros”.<sup>367</sup>

Para comprovar a não integração dos italianos, o jornalista Paulo Mendes sugere: “[...] com efeito, quem quiser se certificar deste aspecto curioso, basta comparecer à frente do Armazém Segala à hora da partida do ônibus para Silveira Martins. E se ainda tiver dúvidas, poderá tomar o ônibus e alcançar a pitoresca localidade. Passageiros e condutores, desde que o ônibus dá o sinal de partida e mesmo antes, começam a falar em italiano, dando a impressão de que o veículo corre por terras mussolinianas [sic]...E durante todo o trajeto, rara é a palavra em português que se escuta no ônibus, ou nas paradas onde o veículo estaciona para o desembarque ou embarque de passageiros”.<sup>368</sup>

Continua Paulo Mendes: “[...] em Silveira Martins a coisa é mais intensa. Fala-se o italiano nas casas comerciais, nos cafés, na igreja, nas ruas, nas oficinas, em toda a parte. Os cumprimentos usuais são trocados em italiano. E há crianças, mesmo muitas, que ainda não aprenderam a falar a língua do seu país. Silveira Martins é uma encantadora vila italiana encravada no brasileiríssimo [sic] município de Santa Maria. Noventa e cinco por cento da sua população é brasileira, mas cem por cento fala italiano”.<sup>369</sup>

Comprova-se, desta forma, que o dialeto era utilizado comumente na localidade de Silveira Martins e que, nem a chegada do Estado Novo e da Segunda Guerra realizaram modificações significativas na vida dos imigrantes e descendentes daquela localidade.

### **As Sociedades de Socorro Mútuo Italianas**

As associações de socorros mútuos exerceram papéis de relevância na sociedade de Santa Maria como forma de convivência em sociedade. Durante o governo Vargas, as sociedades foram proibidas de exercer suas atividades através do decreto Decreto - Lei nº 383, de 18.4.1938 e acabaram extinguindo-se ou abrasileirando-se. Até onde podemos ver, no caso da *Associazione Umberto Iº*, de Silveira Martins que, em 1938, troca seu nome para Clube Silveira Martins, as atividades culturais, recreativas e de ajuda financeira

---

<sup>367</sup> As raças que preponderam na formação da população santa-mariense. *A Razão*, Santa Maria, 1 de janeiro de 1942, p. 10.

<sup>368</sup> Ibidem.

<sup>369</sup> Idem.

permanecerão intactas, não sofrendo alterações, comprovando, novamente que a colônia sentiu marginalmente os reflexos do governo varguista.

A seguir, optou-se por um maior aprofundamento, em relação as três associações italianas que funcionaram até a década de 40 na região de Santa Maria. Porém, o depoimento do estudioso sobre cultura alemã em Santa Maria, José Brenner, indica que durante a Segunda Guerra, foi desativada, em Santa Maria, a Sociedade Teuto-Brasileira, antes chamada Sociedade Beneficente Alemã, fundada como *Deutscher Hilfsverein*, em 1866. A sede foi requisitada para uso do Círculo Militar e o nome foi mudado para Sociedade Concórdia.<sup>370</sup>

As outras sociedades alemãs, segundo José Brenner, foram dissolvidas ainda durante a Primeira Guerra Mundial. *A Sociedade Gymnastica Allemã Jahn*, que funcionava na Silva Jardim, foi dissolvida, em dezembro de 1917, pelas autoridades militares, alegadamente porque mantinha seus estatutos em língua alemã e, na mesma época, foi extinto o *Deutscher Schützenverein*, Sociedade Alemã de Atiradores, com sede no final da rua 7 de Setembro. Em 21 de novembro de 1920, reuniram-se 32 membros da anterior sociedade extinta, todos alemães e descendentes, e fundaram, no mesmo local, o Clube Atirador Esportivo.<sup>371</sup>

Em boa parte, a vida social da comunidade ítalo-brasileira girava em torno das chamadas Sociedades Mutuais Italianas. Tem-se como foco principalmente as sociedades constituídas na região central do Rio Grande do Sul – especificamente na região de Santa Maria – desde a criação da primeira sociedade fundada por imigrantes italianos, em 1885, em Silveira Martins [na época pertencia a Santa Maria], até a dissolução da última associação em 1942, em São Marcos [até hoje é distrito de Santa Maria] e Santa Maria [sede].

Em *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, Loraine Slomp Giron explicou que “as sociedades italianas constituíram não só em uma organização de mútuo socorro, como também de culto à pátria distante”.<sup>372</sup>

A maioria das Sociedades em Santa Maria era classificada como independentes, ou seja, não mantinham vínculos com sociedades italianas com sede em Roma. As mutuais serviam como local de encontro de seus associados. Na região em questão, quanto a seus

<sup>370</sup> Cf. Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com José Brenner, Santa Maria, 04 de outubro de 2006.

<sup>371</sup> Ibidem.

<sup>372</sup> GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio* [...]. Ob.cit., p.46.

objetivos, as organizações classificavam-se em dois tipos, *mútuo-socorro recreativa-cultural* e *recreativa-cultural*. A sociedade de *mútuo-socorro recreativa-cultural* prestava ajuda aos sócios necessitados e desempenhava atividades culturais e recreativas, como a sociedade *Umberto Primo*, de Silveira Martins e a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, de Santa Maria. As sociedades *recreativas-culturais*, como a *Duca degli Abruzzi*, de São Marcos, não possuíam programa de auxílio financeiro aos associados, promovendo apenas reuniões, festas e encontros.

Em 1942, sociedades italianas tiveram de trocar os nomes sob pena de ver os bens confiscados, como foi o caso da *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani*<sup>373</sup>, de Silveira Martins, fundada em 16 de agosto de 1885, que, em 1938, passou a designar-se Clube Silveira Martins e, em 1958, recebeu a designação que mantém até hoje, Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins.

#### **“Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani”**

A *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani* estava localizada em Silveira Martins, distrito de Santa Maria, região de chegada dos primeiros imigrantes italianos a Santa Maria. A sociedade tornara-se ponto de encontro, festas, bailes, jantares e almoços, além de espécie de banco, ao qual os sócios podiam recorrer em caso de necessidade financeira ou doenças. A *Associazione* participou ativamente na ajuda aos *irmãos* italianos que estavam envolvidos na Primeira Guerra Mundial, em 1917; também doou dinheiro para a inauguração do telégrafo na localidade de Silveira Martins; as pinturas, manutenção e passeatas cívicas para homenagear Giuseppe Garibaldi, representado na cidade através de monumento na praça central, etc.<sup>374</sup>

Em seu estatuto, de 1916, a sociedade registrava 55 sócios. No Artigo 2º do Estatuto em italiano, o item “Ordinamento dellla Società” (Ordenamento da sociedade), apresenta a composição da mesma: “A sociedade se compõe essencialmente de operários que ganham o sustento com o exercício da própria administração do seu trabalho, pequeno comércio ou profissão, da idade de 16 a 50 anos completos, de boa forma e de sã constituição física, os quais mantinham o pagamento de uma taxa de ingresso e uma contribuição mensal, adquirindo de tal modo o título de sócios efetivos e o direito à

<sup>373</sup> Associação Italiana de Ajuda Mútua Umberto I° entre Operários Italianos [tradução nossa]

<sup>374</sup> Cf. STATUTO “Dell’Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° fra gli operai italiani di” Silveira Martins, 1916, p.1.



ajuda”.<sup>375</sup> Nas atas de 1891 a 1922 da *Associazione*, encontram-se registrados, entre outros, empréstimos de dinheiro a associados. Na ata de 18 de maio de 1916, registrou-se que “foram pagos de subsídio R\$ 10 mil réis ao senhor João Maria, R\$ 8 mil réis ao senhor José Collo e R\$ 21 mil réis ao senhor Augusto Nicoloso, R\$ 15 mil réis ao senhor Pietro Londero Filho, R\$ 12 mil réis ao senhor Antonio Fogliatto”.<sup>376</sup> Os auxílios a doenças eram os mais variados, conforme registros encontrados no livro de atas daquela associação, de 1888: auxílio fúnebre, por contusão, por problema nos olhos, por picadas de cobras, por quebra de uma perna ou braço, etc.

### Figura nº 7

“Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani”



Fonte: Acervo particular de Cátia Dalmolin

Pelas atas, percebe-se que o movimento da Sociedade era intenso, com promoções de jantares, almoços e bailes. No início de 1917, a *Associazione Umberto I°* passou por reformas que incluíram uma nova pintura e compra de cadeiras e mesas para as promoções realizadas. Em 1920, aconteceu nova reforma.<sup>377</sup> A mesma sociedade registrou, em ata de 15 de abril de 1917, remessa de dinheiro ao governo italiano, não especificando a quantia, nem a finalidade a que o dinheiro era destinado, possivelmente tendo relação à ajuda ao país referente à Primeira Guerra Mundial, registrando que a relação entre a colônia italiana no Brasil e o país de origem não cessou quando da imigração em massa.<sup>378</sup> A ata de 17 de

<sup>375</sup> “La società si compone essenzialmente degli operai, che guadagnano il vitto coll’ essercuzi della propria industria, piccolo comercio e professione, dell’et’a dai 16 ai 50 anni compliuti, di buona fana e di sana costituzione fisica, i quali sono tenuti al pagamento di una tassa d’ingresso e di un contributo mensile acquistando in tal modo il titolo di Soci Effetivi ed il diritto al soccorso stabilito agli articoli seguenti...” (p.1)

<sup>376</sup> “[...] furono faghi di sussidio R\$ 10.000 al sig João Maria, R\$ 8.000 al sig José Collo e R\$ 21.000 al sig Augusto Nicoloso, R\$ 15.000 al sig Pietro Londero f°, R\$ 12.000 al sig Antonio Fogliatto”.

<sup>377</sup> Cf. “Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° fra gli operai italiani di” Silveira Martins, *Ata do “Consiglio Straordinario”*, 30 de março de 1917, 1 fl.

<sup>378</sup> Cf. Id., 15 de abril de 1917, 1 fl.

novembro de 1917 registra igualmente que foi apresentada a *Associazione* lista para ajuda financeira aos territórios friulano e austro-alemão. No dia seguinte, em sessão extraordinária, foi determinado ajuda financeira no valor de 500 liras.<sup>379</sup>

A associação celebrava, todos os 20 de setembro, a “Roma Capitale d’Italia” [Roma capital da Itália], registrando o caráter laico, pró-estatal e possivelmente maçônico da orientação da organização. Na colônia, esse dia era de festa. As atas mostram visitas ao Monumento de Garibaldi, em Silveira Martins, reformas e pinturas do monumento para as comemorações, festas, missas, passeatas cívicas com bandeiras e música, almoços, etc. Tudo era feito “pelos nossos pobres irmãos caídos honrosamente no campo de batalha”.<sup>380</sup>

### “Società Italiana di Mutuo Soccorso”

A *Società Italiana di Mutuo Soccorso* foi fundada em 1º de abril de 1896, em Santa Maria, por Oreste Tofolli Culau, Giorgio Sfoggia, Leopoldo de Grandis e Eugenio Socal. O primeiro presidente da *Società* foi Giorgio Sfoggia. Suas principais finalidades eram “a união e integração dos italianos assistindo-os em caso de doença ou impossibilidade de trabalho, favorecer todas as possibilidades de crescimento material e elevação moral dos sócios e da Colônia”.<sup>381</sup> Em outubro de 1897, a sociedade instalou-se na então rua do Comércio. Aproximadamente um ano mais tarde, após a aquisição de terreno defronte à antiga praça Tiradentes, foi construída a primeira sede própria da sociedade, sendo o prédio vendido à Mitra Diocesana em 1911. Desta forma, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso* adquiriu novo terreno e começou a edificação de prédio na rua do Acampamento, inaugurado em 1914, com projeto de Isidoro Grassi.<sup>382</sup> Em fevereiro de 1927, por mudanças em seus estatutos, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso* passou a designar-se *Società di Mutuo Soccorso i Recreativa*, sendo dissolvida em 1942, e seu patrimônio doado ao Estado, com o objetivo de ali funcionar o Centro de Saúde.<sup>383</sup>

Em 1938, ano que vigora o decreto de nacionalização do ensino, a *Società* cedeu seu salão de festas para a instalação da Biblioteca Pública Municipal. Em “Sede da

<sup>379</sup> Cf. Id., 17 de novembro de 1917, 1 fl.

<sup>380</sup> Cf. Id, 7 de setembro de 1919, 1 fl. [Tradução nossa] “*per i nostri poveri fratelli caduti onoratamente nel campo di Bataglia*”

<sup>381</sup> *Cinquantenario della colonizzazione italiana Del Rio Grande Del Sud:1975-1925. La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. p.391.*

<sup>382</sup> *Ibidem.*

<sup>383</sup> O Jornal *A Razão* fez ampla divulgação sobre este fato nas edições de 7, 14 e 20 de maio de 1942, bem como na edição de 23 de abril de 1943.

Associação Italiana de Santa Maria: estudo de caso sobre a validade da preservação de edificações descaracterizadas”, o arquiteto de Santa Maria Hélyvio José Mello Júnior escreveu que se pode “considerar a hipótese desse gesto possuir intenções ‘políticas’, com o objetivo de mostrar à sociedade santa-mariense a boa vontade de uma associação ‘estrangeira’ para com as ações que visassem à propagação da cultura brasileira”.<sup>384</sup>

### Figura nº 8

“Società Italiana di Mutuo Soccorso”



Fonte: Acervo particular de Cátia Dalmolin

Em 7 de maio de 1942, o jornal *A Razão* noticiava: “Doado ao governo do Estado o patrimônio da antiga Sociedade Italiana de S. Maria [sic]”. Segundo a reportagem: “[...] os associados da antiga Sociedade Italiana de S. Maria [sic] acabam de dissolver essa entidade, fazendo doação do seu patrimônio ao governo do Estado, sugerindo que o edifício de dois pavimentos, onde a mesma funcionava [...] seja aproveitado para a instalação do Centro de Saúde [...]”.<sup>385</sup>

<sup>384</sup> MELLO JÚNIOR, Hélyvio José. Sede da Associação Italiana de Santa Maria: estudo de caso sobre a validade da preservação de edificações descaracterizadas. Monografia de especialização. Santa Maria: UFSM, 2005.

<sup>385</sup> Doado ao governo do Estado o patrimônio da antiga Sociedade Italiana de S. Maria. *A Razão*, Santa Maria, 7 de maio de 1942, p.4.

Nas edições seguintes, publicou-se praticamente a mesma notícia, mencionando a intenção da doação. Posteriormente, em 1943, o jornal completava: “[...] é do domínio público, logo que foi extinta a Sociedade Italiana Mutuo Soccorso desta cidade, liderada pelo sr. Antonio Lozza, iniciou uma campanha com o objetivo de ser doado o prédio em que funcionava, bem como o respectivo terreno ao governo do Estado para nele funcionar o Centro de Saúde. A campanha resultou na aprovação dessa resolução por quarenta e cinco antigos associados, os quais assinaram a lista de adesão ao movimento [...]. Agora, a doação vem de ser concretizada com a lavratura da respectiva escritura [...]”.<sup>386</sup>

Em “Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo”, alguns depoentes contestam a versão da doação da entidade. Angélica de Medeiros Rios transcreveu o depoimento de Neuton Pasin: “[...] a tomada de nossa sede [foi assim] três viaturas do exército, em uma noite de 1942, recolheram os associados da Associação Italiana, forçaram uma assembléia e forçaram a entrega do prédio para o governo do estado”.<sup>387</sup> O depoimento de Valmor Torri, transcrito também por Angélica Rios, ratifica a versão de Neuton Pasin. “Chamaram os sócios existentes naquela época e disseram assim: ‘você são obrigados a nos doar o imóvel porque é uma lei do Getúlio’. Então eles fizeram uma reunião e obrigaram os cara [sic] a fazer uma doação voluntária. Só que essa doação voluntária, não foi voluntária.”<sup>388</sup> Depois de intenso trabalho dos descendentes dos fundadores e sócios da sociedade, em 1996, o prédio foi devolvido pelo Governo do Estado aos descendentes de italianos de Santa Maria, após aprovação de lei, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A sede abriga atualmente a Associação Italiana de Santa Maria [AISM].

### **“Sociedade Italiana Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi”**

De 1896 a 1942, em São Marcos, funcionou a Sociedade Italiana *Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi*. Durante o Estado Novo, foram também demolidos monumentos históricos. Em 1942, em São Marcos, foi destruído o monumento levantado em homenagem aos italianos que morreram na guerra colonial da Líbia, construído pelos membros da Sociedade Italiana *Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi*.

---

<sup>386</sup> Doado o patrimônio da Sociedade Italiana de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 23 de abril de 1943, p.3.

<sup>387</sup> Cf. RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano [...]. Ob.cit., 2001. p.133.

<sup>388</sup> Ibidem, p.134.

### Figura nº 9

Vila de São Marcos - Santa Maria. A seta indica a localização do Monumento em homenagem aos italianos que morreram na guerra da Líbia.



Fonte: Acervo Particular de Cátia Dalmolin

Esta Sociedade Italiana foi criada em 1<sup>o</sup> de setembro de 1896, com 21 sócios fundadores, com administração provisória composta pelos sócios Andrea Pozzobon, Battista Beltrame e Massimiliano Danesi.<sup>389</sup> Em 2 de junho de 1929, devido a mudanças em seus estatutos, a sociedade *Luigi Amadeo di Savoia Duca Degli Abruzzi* passou a designar-se *La Societá Italiana Pátria e Soccorso Duca degli Abruzzi*. Na sociedade, o presidente devia usar um cachecol tricolor, o vice-presidente, dois laços tricolorores e os demais sócios, uma só fita na lapela esquerda.<sup>390</sup> A idade dos sócios também estava estipulada no estatuto, no Artigo XVII, variando de 12 a 60 anos, “desde que estejam em boa constituição física”.<sup>391</sup>

<sup>389</sup> Cf. STATUTO “*Della Societá Italiana Pátria e Soccorso Duca degli Abruzzi*” de São Marcos, 1896, p.3.

<sup>390</sup> Ibidem.. Artigo X- “... *Sciarpa tricolore per il presidente: due cocarde tricolori al vice presidente: [...] i soci una sola cocarda all’occhiello sinistro...*”

<sup>391</sup> Ibidem, p. 5 . “*L’età per essere accettati soci é dai 12 ai 60 anni purchè siano di sana costituzione fisica...*”

**Figura nº 10**

Monumento na vila de São Marcos-Santa Maria em homenagem aos italianos que morreram na guerra colonial da Líbia.



Fonte: Acervo Particular de Cátia Dalmolin

Em “As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo”, Tânia Regina de Luca assinalou que o Decreto- Lei nº 383, de 18.4.1938, vedava, na prática, a renovação dos quadros sociais das associações italianas, pois “proibiu os brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros, de pertencerem a clubes ou sociedades com fins culturais, beneficentes ou assistenciais fundadas por imigrantes [...] em alguns anos naturalmente esse tipo de mutual deixaria de existir”.<sup>392</sup> Para sobreviver, a *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° Fra Gli Operai Italiani* abasileirou-se, enquanto a *La Società Italiana Pátria e Soccorso Duca degli Abruzzi* e a *Società di Mutuo Soccorso i Recreativa* extinguiram-se de maneiras diferenciadas.

---

<sup>392</sup> LUCA, Tania Regina de. 1990. As sociedades de socorros mútuos italianas de São Paulo. In: BONI, Luis D. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre:EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, v.2. p.383-400.

### **Mi son talian grassie a Dio!**

Segundo Instruções Gerais baixadas pelo chefe da polícia do Estado do Rio Grande do Sul, o tenente-coronel Aurélio da Silva Py, em janeiro de 1942, aos estrangeiros não era permitido: “a) Viajar de uma localidade para outra sem licença da polícia (salvo-conduto); b) Reunirem-se, ainda que em casas particulares e a título de comemoração de caráter privado [...]; c) Discutirem ou trocar idéias em lugar público, sobre a situação internacional; d) Mudarem de residência sem prévia comunicação à Polícia; e) Viajarem, por via aérea, sem licença especial da Polícia; f) Obterem licença para andar armado e registrar armas, ficando, nesta data, cassados todos os registros e autorizações concedidas anteriormente para o porte de armas; g) Obterem licença para negociar armas, munições ou material de explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos, ficando, igualmente cassadas, nesta data, todas as licenças anteriormente concedidas para esse fim [...]”.<sup>393</sup> Ficou proibido ainda: “a) Distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações; b) Cantar ou tocar hinos das referidas potências; c) Usar o idioma das mesmas potências em conversações em qualquer lugar público, inclusive, cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc; d) Exibir, em lugar acessível ou exposto ao público, retratos de membros dos governos daquelas potências”.<sup>394</sup>

Cláudia Sganzerla, em *A lei do silêncio*, mostrou que houve um ápice na política nacionalista e nacionalizadora de Vargas, de mais ou menos dois anos. O período apresentou um choque entre o mundo rural e urbano, que sentiram de forma diferenciada o Estado Novo. No primeiro, seus reflexos foram quase nulos, os hábitos cotidianos não foram modificados, como também fora observado em Silveira Martins, na região central do RS. Segundo a pesquisadora, as medidas nacionalizadoras do governo varguista foram ínfimas em Guaporé, quando comparadas a delitos como: defloramento, desacato, desordem, embriaguez, ferimentos e roubos. Cláudia Sganzerla afirmou que apenas 0,11% da população teria sido atingida pela repressão naquela localidade.<sup>395</sup>

O Estado Novo chegou em 1937 e, segundo o artigo vinculado no jornal *A Razão*, de janeiro de 1942, Silveira Martins era uma cidadela italiana! Mesmo em 1942, com o auge das medidas de nacionalização, na região de Santa Maria, no distrito de Silveira Martins, fala-se o dialeto, em qualquer ambiente, desde o privado ao público.

<sup>393</sup> Estabelecida a conduta que devem seguir os simpatizantes do eixo. *A Razão*, Santa Maria, 30 de janeiro de 1942, p.4 . A mesma pode ser encontrada no *Jornal do Comércio*, de Cachoeira do Sul, na edição de 4 de fevereiro de 1942.

<sup>394</sup> *Ibidem*.

<sup>395</sup> Cf. SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio* [...] Ob. cit.

Cláudia Sganzerla explica: “[...] foi, sobretudo a partir de 31 de agosto de 1942, quando da entrada do Brasil na II Guerra, contra a Alemanha e a Itália, que as determinações gerais passaram a ser impulsionadas, também em Guaporé, com maior zelo, de forma bastante desigual, no que se refere à sede e ao interior do município”.<sup>396</sup> No caso de Santa Maria, verificam-se as manifestações antieixo, na sede da localidade, a partir do dia 18 de agosto quando houvera saques e depredações em alguns estabelecimentos comerciais. No interior, em sua grande maioria de descendência italiana, não houvera grandes modificações dos hábitos e costumes, mesmo com a chegada dos *comícios monstros de brasilidade*, que serão analisados no capítulo 4.

Também em Santa Maria, como propôs René Gertz, em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, “as ações [nacionalizadoras] podiam variar de região para região, de forma que determinado grupo de ‘alienígenas’ em determinada região podia ser atingido com intensidade bastante diferente que o mesmo grupo em outra região”.<sup>397</sup> Na região central do RS, cada localidade tinha o seu subprefeito que, na época, também acumulava a função de subdelegado. Entre eles, destacaram-se Almiro Borges, Lauro Machado, Barcellos e Orvalino Bernardes.<sup>398</sup> Em algumas localidades, como no caso de São Marcos, existia o chefe de seção, que era escolhido pelo subdelegado [ou subprefeito] e tinha como principal função, segundo depoimentos, “fiscalizar as ações dos italianos”.<sup>399</sup>

Um depoente descreveu sua infância na década de 40: “[...] eu fui apelidado de Quinta-coluna, eu sofri muito também quando era guri [...] um dia, eu fiquei de castigo porque não soube dizer uma palavra em português e o castigo era até a hora que saía a primeira estrela no céu, no primeiro ano do primário.”<sup>400</sup> Os depoimentos sugerem que o dialeto vênето era aprendido e mantido no âmbito familiar, enquanto o português, geralmente na escola!

Algumas prisões mereceram reportagens especiais na mídia impressa, porém elas foram escassas, não ultrapassando dez casos durante todo o ano de 1942, na cidade de Santa Maria. Não raro, a pessoa era liberada após averiguação dos documentos.

Antônio Sarturi, de Silveira Martins, ao solicitar salvo-conduto, declarou ser de origem italiana e, como era brasileiro, acabou sendo preso.<sup>401</sup> Albino Copetti, em jogo de

<sup>396</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>397</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo* [...]. Ob. cit., p.146.

<sup>398</sup> Cf. DALMOLIN, Cátia. *Mordaça Verde e Amarela* [...]. Ob. cit., p.99.

<sup>399</sup> Ibidem.

<sup>400</sup> Entrevista realizada com depoente A. Já citada.

<sup>401</sup> Cf. Nasceu em Silveira Martins e afirmou na delegacia de polícia que era italiano. *A Razão*, Santa Maria, 29 de janeiro de 1942, p.7.



cartas com Guilherme Cassel, Pedro Sangoi e Felisberto Lopes, declarou em voz alta que não era brasileiro, sendo denunciado e preso.<sup>402</sup> Pedro Lorenzi Filho e Vitório Lorenzi acabaram na cadeia por injuriarem a bandeira e o governo do Brasil.<sup>403</sup> O subdelegado de Arroio do Só, Lauro Machado, prendeu o agricultor Fiovo Pasqualini, por falar em italiano em público. O amigo de Pasqualini, Antônio Druzian, em represália, cortou a iluminação pública da localidade, já que era proprietário da usina elétrica da mesma, sendo por isso também detido.<sup>404</sup>

Em agosto de 1942, o carroceiro Paulo Rizzati, 42 anos, da vila Silveira Martins, “ficou detido na cadeia civil, é [sendo] de origem italiana e, [...] em diversas ocasiões manifestara-se favorável às hordas totalitárias”.<sup>405</sup> O subdelegado Orvalino Bernardes efetuou a prisão porque o carroceiro ofendeu as autoridades. Segundo a documentação, “em certa ocasião, [Rizzati] revelou o seu nenhum amor à terra que lhe serviu de berço e onde vive. [...] no pátio da subdelegacia, um empregado discutia com José Batistelo, um desequilibrado mental [sic], por motivos banais. O soldado Alcides Teixeira procurava acalmar José Batistelo. Em dado momento, sem que ninguém esperasse, surgiu Paulo Rizzati, que entrou portão adentro da subdelegacia, aproximando-se do grupo aos gritos: – Que anarquia é essa! Que absurdo! Essa terra não tem autoridade. Isso é uma verdadeira esculhambação”.<sup>406</sup> No dia seguinte, foi efetuada a prisão e aberto inquérito a respeito do acontecido. Fatos que, se verídicos, registram a desenvoltura de Rizzati com as forças policiais, igual ao desplante de Antonio Druzian, com a iluminação pública de Arroio do Só!

Algumas prisões ficaram registradas com destaque na memória dos moradores da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, porém não há nem mesmo comprovação documental destes que teriam sido os casos mais graves na região central. Em junho de 1943, dezenove pessoas de Dona Francisca foram detidas em Cachoeira do Sul, segundo depoimento de Alfredo Segabinazzi, por estarem em um baile cantando músicas italianas.<sup>407</sup> Em Vale Vêneto, hoje distrito de São João do Polêsine, foi detido Serafim Moro, também em Cachoeira do Sul, que faleceu na prisão, em 19 de fevereiro de 1943. Dessa localidade, foram presos ainda Leonardo Hermes, Camilo Bevilaqua e Ângelo

<sup>402</sup> Cf. É brasileiro e fez questão de dizer que não o é! *A Razão*, Santa Maria, 22 de abril de 1942, p.7.

<sup>403</sup> Cf. Presos no interior do município, dois fanáticos do fascismo italiano. *A Razão*, Santa Maria, 30 de abril de 1942, p.7

<sup>404</sup> Cf. DALMOLIN, Cátia. Mordaça Verde e Amarela [...]. Ob. cit.

<sup>405</sup> Ofendeu as autoridades policiais de Silveira Martins. *A Razão*, Santa Maria, 18 de agosto de 1942, p.7.

<sup>406</sup> Ibidem.

<sup>407</sup> Cf. Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Alfredo Segabinazzi, Dona Francisca, 24 de abril de 1999.

Pivetta, ao que parece, este último presidente da AIB naquela localidade. Em Faxinal do Soturno, as prisões aconteceram, principalmente, devido ao gaiteiro que acompanhava os *filós*.<sup>408</sup> Após as festas, o gaiteiro ia até o subprefeito para denunciar os italianos e ítalo-brasileiros. No interior de Faxinal do Soturno, na localidade de Santos Anjos, foram detidos, também em Cachoeira do Sul, Aquiles Dalasta e o italiano Antônio Ceretta, este último, segundo depoimentos de pessoas da vila, teria falecido na prisão.<sup>409</sup>

Casos de abusos também foram registrados na localidade de Dona Francisca. Ana Barchet, moradora do interior de Dona Francisca, relatou que “não podia falar italiano. Aqui houve uma época que vieram uma turma do exército para vasculhar quem falava italiano. E pegaram, lá em Formoso, aqueles alemães, tudo que eles tinham, quadro, espingarda, cavalo carregado de coisas e eles com o quadro dependurado no pescoço, caminhando pela estrada a pé, todo mundo enxergando.”<sup>410</sup> Porém, não pode-se generalizar. Casos como este foram irrisórios e isolados. Através de depoimentos, percebe-se que aconteciam, geralmente, quando o subdelegado e/ou subprefeito tinham alguma desavença, de caráter particular, com os imigrantes ou descendentes, onde se aproveitavam da prerrogativa de serem autoridades para atitudes mais arbitrárias.

Para Cláudia Sganzerla, no interior, o colono utilizava-se do dialeto para comunicação e mal conhecia o português. Muitas vezes, desconheciam as novas leis e símbolos nacionais. Já no mundo urbano, os habitantes eram mais informados sobre as políticas e falavam além do dialeto, também o português. Para a autora, “não raro o ato de falar italiano ou *desonra* aos símbolos nacionais brasileiros podia expressar conteúdos políticos, ideológicos e culturais”.<sup>411</sup>

Como mencionado anteriormente, as prisões foram numericamente sem expressão bem como os casos de abusos de autoridades. Tudo dependia da autoridade, no caso subdelegado ou subprefeito e a sua relação com a região. Por vezes, os desafetos políticos serviam de *bode expiatório* para ações mais incisivas.

Quanto ao período de prisão, dependia do *delito*. Em geral, a pessoa era detida, averiguava-se a documentação, fazia-se um fichamento, passava um ou dois dias sendo liberto. Porém houve casos de vários dias e, como mencionado, de mortes na cadeia.

<sup>408</sup> Encontros em que os italianos jogavam baralho, mora, comiam, bebiam vinho e cantavam músicas italianas.

<sup>409</sup> Cf. Maiores informações veja: DALMOLIN, Cátia (Org). *Mordaça Verde e Amarela* [...] Ob.cit.

<sup>410</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Ana Volcato Barchet, Dona Francisca, 15 de junho de 1998.

<sup>411</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio* [...] Ob. cit., p.147-148.

Segundo relatos, o professor, sociólogo e advogado ivorense Alberto Pasqualini (senador do RS de 1951-1956), teve papel importante na defesa dos colonos italianos. Ele era procurado não somente no caso das prisões, mas também em questões menores, como a devolução de bois indevidamente retirados de propriedade por conta de crédito que colono possuía com a cooperativa local.

Eusébio Busanello, morador de Faxinal do Soturno, relata: “Alberto Pasqualini foi quem defendeu muitos italianos, [...] ele tinha essa virtude, ele não queria que o pessoal passasse vexame nem nada porque ele era um homem humanitário.”<sup>412</sup> No caso da localidade de Dona Francisca, Segabinazzi relata: “[...] quem nos soltou foi o Alberto Pasqualini, ele mandou a ordem de Porto Alegre que tinha gente conhecida dele preso e aí soltaram todos.”<sup>413</sup>

Os cidadãos dos países do Eixo e seus descendentes também tiveram seus telefones cortados, canceladas as inscrições de associados ao Conselho da Ordem dos Advogados, bloqueadas suas contas bancárias, confiscados seus bens a título de indenização pelo afundamento dos navios brasileiros, cassadas as autorizações dos bancos estrangeiros, confiscados seus aparelhos de rádio.<sup>414</sup>

Na imprensa santa-mariense, são poucas as reportagens sobre prisões, mas menores ainda aquelas vinculadas diretamente a posicionamentos políticos como assinalado no capítulo 2. Quase sempre, os motivos das prisões apresentadas pela imprensa era banal, como falar italiano em público, dizer-se italiano, etc., surgidos, possivelmente, não raro, de inimizades pessoais. A imprensa não divulgou igualmente as prisões de várias pessoas ao mesmo tempo, como no caso de Dona Francisca, onde dezenove pessoas foram detidas, de uma única vez, por oito dias.

Cláudia Sganzerla, mostra a realidade encontrada no município de Guaporé no tocante as medidas de nacionalização implementadas por Vargas. Suas considerações podem ser aplicadas também a Santa Maria. Segundo a autora, “efetivamente, apesar de se caracterizar pela expressividade de cidadãos italianos ou, sobretudo, de origem italiana, o meio rural do município não foi alvo privilegiado dessas políticas. Ao contrário, a sede da colônia ou, ainda, mais raramente, as sedes distritais foram palco de medidas autoritárias nacionalistas e nacionalizadoras”.<sup>415</sup>

---

<sup>412</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Eusébio Roque Busanello, Faxinal do Soturno, 20 de maio de 1998.

<sup>413</sup> Entrevista realizada com Alfredo Segabinazzi. Já citada.

<sup>414</sup> Cf. DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza*. [...] Ob.cit.

<sup>415</sup> SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio* [...] Ob. cit., p.136.

## **CAPÍTULO 4: EM NOME DA PÁTRIA: AS MANIFESTAÇÕES CONTRA O EIXO EM SANTA MARIA, NO DIA 18 DE AGOSTO DE 1942.**

### **Com o Brasil, pelo Brasil: comícios de brasilidade**

Em janeiro de 1942, no encerramento da III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores Americanas, Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, declarou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Alemanha, Itália e Japão. Em seguida, foi dirigida, pelo Interventor do RS, Cordeiro de Farias, uma circular a todos os prefeitos do Rio Grande do Sul, comunicando o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com os países do Eixo: “[...] tendo o governo brasileiro rompido relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália, o governo do Estado recomenda a população manter o mesmo espírito de ordem e perfeita disciplina com que vem até agora acompanhando o desenvolvimento da situação, certo de que ela manterá a mesma unidade de sentimentos e de pensamento que vem demonstrando desde a manifestação da nossa solidariedade aos EUA da América do Norte, quando da insólita agressão japonesa. Ainda que surjam situações mais graves, a população não deverá adotar uma atitude agressiva para com os súditos das nações referidas, residentes no Brasil. Suas pessoas, seus bens e suas honras. Práticas de

destruição, de perseguição, de violência cometidas contra indivíduos desarmados, são proscritas pelo Direito Internacional e prejudiciais ao bom nome da Nação.”<sup>416</sup>

Em inícios de março de 1942, a imprensa santa-mariense noticiava os *comícios de brasilidade* ou *caravanas de brasilidade* em Santa Maria e região, como Silveira Martins, que chegou a ser classificada de “vila italiana encravada no brasileiríssimo [sic] município de Santa Maria” ou, ainda, “terra mussoliniana”.<sup>417</sup> Em 7 de março, foi a vez de Santa Maria assistir a um desses comícios. Em Santa Maria, a praça Saldanha Marinho, ponto central da cidade, foi o local escolhido para o encontro. Os aviões do Aéreo Clube de Santa Maria sobrevoaram a sede da cidade distribuindo à população boletins informativos e convites para o comício.

O primeiro orador da noite foi Moacir Santana – secretário do *Ateneu Graça Aranha* [AGA] –, promotor do comício. Segundo *A Razão*, o orador teria discursado com as seguintes palavras: “[...] terra de liberdade, o Brasil, deu guarida a loiros e amarelos, vindos das terras da Europa e das terras da Ásia. [...] Infelizmente, quando hoje podiam mostrar sua gratidão, esses homens vindos de terras longínquas cospem nas mãos dos que os ampararam. Querem trazer desarmonia à perfeita sincronização de nossa vida de trabalho e progresso. [...] Malditos sejam esses homens que não têm gratidão!”<sup>418</sup> Além de Moacir Santana, discursaram ainda Fernando do O’, jornalista, Augusto Mena Barreto e Ernani Vanacor, poeta, representando os ferroviários.<sup>419</sup>

O jornal *A Razão* apelou aos “ferroviários santa-marienses, no sentido de comparecerem, em sua totalidade, ao local do comício, para expressar o apoio do trabalhador nacional à política do chefe da Nação em face dos agressores dos povos livres e dignos”.<sup>420</sup> Em 14 de março, o jornal publicou a reportagem “Raras vezes Santa Maria terá vivido horas de tanta emoção cívica”: “[...] camadas populares promoveram o maior ‘meeting’ já visto em Santa Maria, onde uma verdadeira multidão se concentrou no principal logradouro público. [...] O primeiro agrupamento teve lugar, no largo da estação ferroviária, de onde manifestantes marcharam em passeata, subindo a longa avenida Rio

<sup>416</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Secretaria do Governo, FONOGRAMA, Maço 19, 29 de janeiro de 1942.

<sup>417</sup> As raças que preponderam na formação da população santa-mariense. *A Razão*, Santa Maria, 1 de janeiro de 1942, p. 10.

<sup>418</sup> Vibrante demonstração de patriotismo o comício de ontem! *A Razão*, Santa Maria, 8 de março de 1942, p.3.

<sup>419</sup> *Ibidem*.

<sup>420</sup> *Idem*.

Branco, vindo empunhadas à frente várias bandeiras nacionais e o pavilhão Norte-Americano, além de expressivos cartazes patrióticos”.<sup>421</sup>

Mesmo afirmando que o comício fora promovido por *camadas populares*, os oradores, integrantes do AGA, teceram comentários sobre a situação internacional, na sacada do Jornal *A Razão*, onde discursou também Clarimundo Flores, fundador do jornal.

Em 15 de março, foi a vez de Silveira Martins receber a *caravana de brasilidade*. Um ônibus especial partiu de Santa Maria, conduzindo os integrantes do AGA [não foram citados os nomes], jornalistas e oradores. Outros transportes foram disponibilizados à população que quisesse participar. Os oradores designados foram Henrique Bastide – presidente do *Ateneu*; Lisboa Carrion e Carlos Oliveira – membros do AGA.<sup>422</sup> O promotor local do comício realizado na praça central de Silveira Martins foi o médico Otalicio Danesi. O morador daquela localidade, João Ferrari, ofereceu um coquetel aos componentes da caravana em sua residência. Destaque-se que ambos eram de origem italiana.

A vila de Silveira Martins foi apresentada pelo *A Razão* como “plenamente solidária com a política democrática do governo brasileiro, pois em sua maioria composta por italianos, esses repudiam os métodos bárbaros do nipo-nazi-fascismo”.<sup>423</sup>

Em Santa Maria, ao que tudo indica, em julho de 1942, foi lançada a Ala Democrática da Mocidade [ADM], um braço da Liga de Defesa Nacional [LDN], que tinha como presidente do núcleo local Valter Jobim, futuro governador do Rio Grande do Sul em 1947. O organizador local da ADM foi Adão Barcellos. A Ala tinha como finalidade principal “prestigiar a política internacional do governo brasileiro e combater a infiltração do fascismo”.<sup>424</sup>

Entre os principais estabelecimentos de ensino da cidade que aderiram ao movimento estavam Colégio Centenário, Escola Normal Olavo Bilac, Colégio Fontoura Ilha, Ginásio Sant’Ana, Orfanato São Vicente de Paulo, Escola Santa Terezinha, Colégio Coração de Maria, Ginásio Estadual Santa Maria, União da Mocidade Episcopal, Ateneu

---

<sup>421</sup> Raras vezes Santa Maria terá vivido horas de tanta emoção cívica. *A Razão*, Santa Maria, 15 de março de 1942, p.7.

<sup>422</sup> Cf. Amanhã a demonstração de brasilidade e americanismo em Silveira Martins. *A Razão*, Santa Maria, 14 de março de 1942, p.3.

<sup>423</sup> Silveira Martins recebeu de braços abertos os emissários da democracia. *A Razão*, Santa Maria, 17 de março de 1942, p.3.

<sup>424</sup> Amanhã a grande sessão pública [...].

Graça Aranha e Curso Noturno Xavier da Rocha.<sup>425</sup> Em sua grande maioria, as escolas que aderiram à ADM eram particulares e estavam nas mãos de congregações religiosas.

Em 1º de agosto, aconteceu a primeira *sessão de brasilidade* da ADM, quando foi eleita como presidente Maria Minssen, representante do Colégio Centenário. Em 16 de agosto, em reportagem intitulada “Com o Brasil no coração, a mocidade e operário se irmanam para a mesma luta”, *A Razão* afirma, dirigindo-se aos operários: “[...] o operário brasileiro que tudo tem sofrido, até o vexame de ver em seu seio meia dúzia de manequins vestindo a camisa verde e os penduricalhos adotados pelo magro führer brasileiro, esse operário está de olhos vigilantes e ouvidos à escuta”.<sup>426</sup>

A referida reportagem é um incentivo à mocidade e aos operários para a luta, porque “por todos caminhos, esses pedaços de mundo, luta e morre a mocidade e o proletariado que sabe ter a dignidade de lutar e morrer se preciso for, mas morrer de pé, morrer defendendo a liberdade, a ter que viver ajoelhado diante dos senhores pensando como máquinas, puxando o carro dos ditadores, como cavalos”.<sup>427</sup>

Os comícios de brasilidade, como o de 18 de agosto de 1942, que acabou em depredações, eram promovidos pelo *Ateneu Graça Aranha*, entidade de agremiação de intelectuais santa-marienses presidida por Henrique Bastide. Como também já mencionado no Capítulo 3, Henrique Bastide era militante do Partido Comunista em Santa Maria e diretor da Biblioteca Pública Municipal, que hoje porta seu nome.<sup>428</sup>

Graça Aranha foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna em 1922. Entre suas obras mais significativas, encontra-se *Canaã*, de 1902, que retrata a vida colonial de imigrantes europeus no Espírito Santo, através dos personagens principais, Milkay e Lentz. Os protagonistas apresentam maneiras diferentes de ver o mundo. Milkay acredita ter encontrado a *terra prometida*, ou seja, a Canaã, no Brasil. Já Lentz, inadaptado à realidade brasileira, é racista e preconceituoso, acreditando na supremacia da raça ariana sobre os mestiços, considerados por ele fracos e indolentes, como próprio das ideologias racistas muito difundidas na época.<sup>429</sup>

Os imigrantes que, segundo os intelectuais do *Ateneu Graça Aranha*, aderiam às “ideologias totalitárias”, seriam como Lentz, pessoas que não se adaptavam ao Brasil. Se

---

<sup>425</sup> Ibidem.

<sup>426</sup> Com o Brasil no coração, a mocidade e operário se irmanam para a mesma luta. *A Razão*, Santa Maria, 16 de agosto de 1942, p.7.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Cf. Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário. *A Razão*, Santa Maria, 19 de agosto de 1942, p.6.

<sup>429</sup> Cf. DALMOLIN, Cátia. Caravana de brasilidade [...]. Ob.cit., p.15.

fossem racistas, propondo a supremacia racial dos estrangeiros sobre os brasileiros, seria *natural* que fossem *combatidos*, ainda mais que o nacionalismo brasileiro pretendia criar um país com um só povo, de múltiplas origens raciais, unidas por uma única língua e cultura. Os imigrantes e descendentes de imigrantes, adeptos do racismo e da supremacia racial, seriam perigosos para o Brasil. Porém, havia os Milkay, que, mesmo de origem estrangeira, integravam-se e enriqueciam a nova pátria.<sup>430</sup>

### 18 de agosto de 1942 no RS

Na edição de 18 de agosto, o *Correio do Povo* mostrou que “as notícias do afundamento de mais cinco navios brasileiros estão provocando manifestações de revolta em todas as rodas locais, havendo mesmo exaltação de ânimos. Durante a noite, foram assinaladas com tinta diversas casas por suspeita de serem ‘eixistas’ seus proprietários. Promovida pela Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria, com apoio da Liga de Defesa Nacional e autorização expressa da chefia de polícia, realizar-se-á amanhã um comício na praça pública, em protesto aos atos de vandalismo que vêm cobrir de luto muitos lares brasileiros”.<sup>431</sup> A data marcada para o comício era 22 de agosto, sendo o mesmo antecipado para o dia 18, quando do torpedeamento do navio *Baependi* e a da declaração de guerra do Brasil ao Eixo.

Como assinalado, o submarino alemão U-507 afundou no litoral baiano, em 15 de agosto de 1942, comumente com dois torpedos, para impedir o salvamento dos passageiros e tripulantes, os navios brasileiros civis *Baepende*, morrendo 270 pessoas; o *Araranguá*, com a morte de 131 dos 142 tripulantes e passageiros. No dia seguinte, foi torpedeado o *Anibal Benévolo*, também no litoral baiano, com 150 mortos das 154 pessoas a bordo. No dia 17, ao sul de Salvador, foram torpedeados o *Itagiba*, com 36 mortos e o *Arará* com 20 vítimas. Finalmente, em 19 de agosto, também ao sul de Salvador, foi torpedeado o navio *Jacira*, salvando-se os seus tripulantes. O verdadeiro massacre ensejado pelos torpedeamentos, com 602 mortes, de todas as idades e sexos, causou imensa revolta através do Brasil e a declaração imediata de guerra aos países do Eixo.<sup>432</sup>

Cordeiro de Farias, interventor do RS, - de simpatia pró-Aliados - , não deixou de prestar sua solidariedade ao presidente Getúlio Vargas. Escreveu ele: “[...] nessa hora

<sup>430</sup> Ibidem.

<sup>431</sup> Afundamento de navios brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p. 2 .

<sup>432</sup> Cf. <http://www.segundaguerra.superforos.com/viewtopic.php?>, acessado em 20 de setembro de 2006.



cruciante em a que Pátria Brasileira foi mais uma vez brutal e covardemente atingida pela barbárie totalitária tenho grata satisfação [de] transmitir [ao] grande Presidente irrestrita solidariedade e integral apoio [das] classes conservadoras [do] Estado através [da] federação [das] suas associações comerciais nesse momento assim como emocionantes demonstrações [de] protesto e civismo [da] população de Porto Alegre que tenho a certeza representam pensamento unânime [do] RS que, pelo Brasil, coeso e confiante aguarda mais uma vez a palavra de ordem de seu grande filho.”<sup>433</sup>

Em um novo telegrama, endereçado ao Ministério da Justiça, a fim de informar a situação no Estado, de caráter secreto e urgente, Cordeiro de Farias informou a situação de Porto Alegre: “[...] desde ontem, à noite [18 de agosto], no curso de grandes demonstrações cívicas, numerosa massa popular fez depredações no centro da cidade e em diversos bairros, em casas comerciais pertencentes a súditos do Eixo. No sentido [de] circunscrever máxima possível tais fatos, tomei pessoalmente todas as medidas, aconselháveis [no] momento assim como determinei providências enérgicas [no] sentido [de] evitar reprodução [de] tais fatos. No momento [a] cidade [está] tranqüila, sendo policiada [por] forças estaduais e federais. No interior, [as] notícias são [de] grande exaltação. Em Santana do Livramento foi morta uma pessoa de nacionalidade alemã. Governo [do] Estado tem agido [com] inteira colaboração [do] comando [da] 3ª região.”<sup>434</sup>

A massa popular tomou conta das ruas de diversas cidades brasileiras – o que não foi diferente em Santa Maria – durante quase dois dias, *revidando* os ataques do Eixo [Alemanha, Itália e Japão].

José Plínio Fachel, em *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*, analisou fatos semelhantes ocorridos em Pelotas e São Lourenço do Sul, relatando o desejo de vingança da população. O historiador transcreveu a notícia do jornal pelotense *Diário Popular*: “[...] à noite, à medida que a exaltação popular aumentava, uma multidão incalculável, vibrando de revolta, apedrejou diversas casas comerciais alemãs [...]. Inominável e fiel aos seus propósitos de também colaborar na defesa da nação, o povo atacou os Hotéis do Comércio e América, de propriedade de alemães, [...]. Ainda às duas horas de hoje, a multidão,

<sup>433</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Correspondências governantes, TELEGRAMA, Maço 149, 1942.

<sup>434</sup> *Ibidem*.

enfurecida, percorria as ruas da cidade depredando e arrasando as casas de residências e de comércio dos súditos do eixo e outras, também pertencentes à quinta-colunistas [sic]”.<sup>435</sup>

Da mesma forma que o ocorrido em Santa Maria, a imprensa de Pelotas também classificava o movimento como ordeiro e patriótico, ressaltando que: “Pelotas, como as demais cidades do Brasil, vibra de indignação, [...] demonstrando-a através de gigantescas manifestações populares. Em prosseguimento a essas demonstrações, os estudantes de Pelotas, de todas as escolas superiores e secundárias, efetuaram majestosa passeata [...] dentro da maior ordem.”<sup>436</sup>

Em Porto Alegre não foi diferente, como mostrou Sérgio Dillenburg, em *Tempos de incerteza*. Uma onda de depredações, saques e destruição tomou conta da cidade, onde “pessoas sozinhas ou em grupos [...] percorriam as ruas do centro, bradando por vingança, pelo rompimento da neutralidade brasileira e imediata declaração de guerra à Alemanha, Itália e Japão. À medida que se deslocavam maior era a aglomeração que, exaltava, atiravam pedras, paus ou qualquer outro objeto que lhes caíam às mãos e arremessavam-nas contra as vitrinas, fachadas ou janelas das firmas comerciais, sempre que descobrissem que eram de propriedade de alemães ou italianos, depredando-as com fúria e violência”.<sup>437</sup>

Marleni de Faveri, em *Memórias de uma (outra) guerra*, ressaltou que “em Florianópolis, Joinville, Blumenau e provavelmente em outras cidades houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nome alemão, achincalhou estrangeiros e descendentes obrigando-os a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes”.<sup>438</sup>

René Gertz, em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, mostrou que, no Rio Grande do Sul, “o maior volume de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento do quarto [sic] navio brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por ‘populares’, isto é, por manifestações de rua, não, diretamente, por instâncias estatais. Mas não se pode esquecer que o interventor Cordeiro de Farias se juntou aos manifestantes, no início dos protestos, [...] como a dar o seu aval”.<sup>439</sup> O mesmo autor enfatizou que “as forças policiais não

<sup>435</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora UFPEL, 2002. p.198

<sup>436</sup> Ibidem.

<sup>437</sup> DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza* [...]. Ob. cit., p.23.

<sup>438</sup> FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. [...]. Ob. cit., p.43.

<sup>439</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo* [...]. Ob. cit., p.174.

tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição”.<sup>440</sup>

Segundo René Gertz, em 25 de julho de 1942, aconteceu, em Porto Alegre, um grande comício contra o Eixo, reunindo 10 mil pessoas. O autor defende a idéia de que esta manifestação seria uma prévia para os demais comícios, principalmente o do dia 18 de agosto e lembra que até o decreto de nacionalização, em 1937, o dia 25 de julho era reservado para comemorações referentes a chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo.<sup>441</sup>

Neste mês, têm-se no jornal santa-mariense apenas a manchete de uma reunião da mocidade democrática na biblioteca pública municipal e nenhuma referência a comícios, saques, violências, prisões ou quebra-quebras.

### **18 de agosto de 1942 na imprensa santa-mariense**

Em Santa Maria, o comício de brasilidade foi marcado para as 16 horas do dia 18 de agosto de 1942. Nesta data, Santa Maria assistiu à maior demonstração de *brasilidade* já vista. A cidade parou. O comércio fechou as portas em sinal de apoio à manifestação. Manifestantes reuniram-se no largo da Viação Férrea. Políticos, jornalistas, autoridades, representantes da igreja episcopal e metodista, ferroviários e a grande massa popular que engrossava a manifestação, todos “erguendo vivas aos vultos máximos da democracia e condenando os crimes totalitários”.<sup>442</sup>

O povo exaltado trazia na lapela o símbolo da Ala Democrática, o V da Vitória em prova “visível de simpatia ao governo e à América”, tomando a avenida Rio Branco, seguindo rumo à praça Saldanha Marinho.<sup>443</sup> A cada quadra, cooptavam-se mais populares. O comício serviu para exteriorizar “através de calorosas manifestações públicas, o seu protesto contra as agressões covardes e sanguinárias desferidas à dignidade do Brasil”.<sup>444</sup>

Na noite de 18 de agosto, a massa popular subiu a avenida Rio Branco, quebrando e saqueando os estabelecimentos comerciais de italianos e alemães e de alguns descendentes. Seguiram as manifestações de exaltação patriótica pelas ruas Dr. Bozano,

---

<sup>440</sup> Ibidem, p.175.

<sup>441</sup> Idem.

<sup>442</sup> Vibrante demonstração de protesto [...].

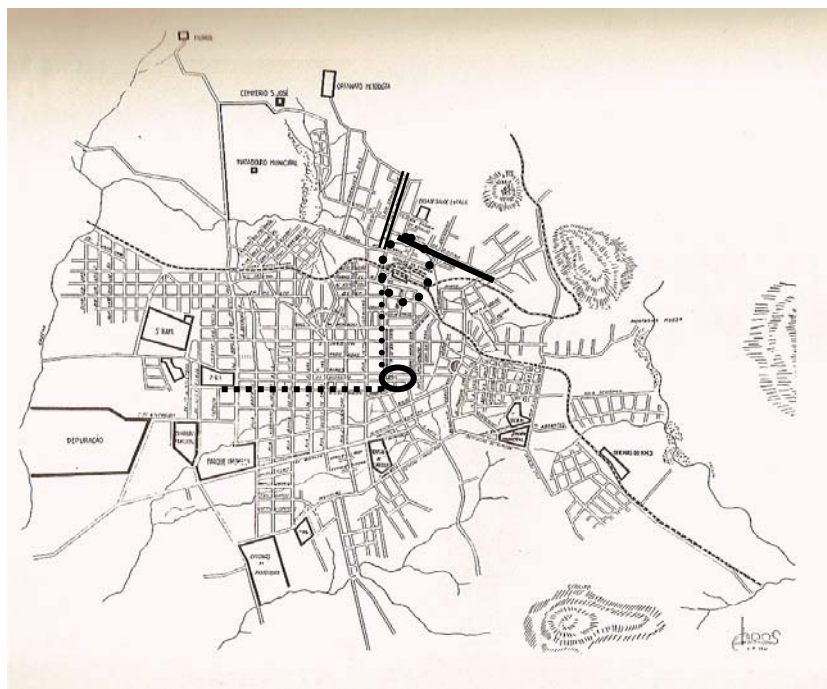
<sup>443</sup> Ibidem.

<sup>444</sup> Idem.

Venâncio Aires, Andradas, Silva Jardim, Ernesto Becker, Manoel Ribas, Acampamento e Coronel Niederauer. Pela madrugada, abaixo de uma forte chuva, os populares tomaram as ruas Sete de Setembro, Marechal Deodoro, seguindo rumo ao bairro Itararé conforme mostra a Figura 11.

**Figura nº 11**

Mapa dos principais locais envolvidos no episódio em 18 de agosto de 1942



Legenda:

|  |                        |
|--|------------------------|
|  | rua Marechal Deodoro   |
|  | rua Sete de Setembro   |
|  | av. Rio Branco         |
|  | rua Dr. Bozzano        |
|  | Gare da Estação Férrea |
|  | Praça Saldanha Marinho |

Fonte: Planta de Santa Maria, elaborada em 1944 e publicada no *Guia Geral do Município de Santa Maria* (1953). In: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. Santa Maria: Editora UFSM, 1997. p.249.

Em 22 de agosto de 1942, o jornal *A Razão*, principal representante da imprensa santa-mariense no período, noticiou com destaque: “[...] a repulsa da multidão à traiçoeira afronta totalitária também se manifestou em diversos atos de revide. Assim, apesar de todas as medidas de vigilância e de precaução adotadas pelas autoridades policiais, foram depredadas numerosas casas comerciais e fábricas de propriedades de súditos do eixo, bem como de simpatizantes. Muitos objetos retirados das residências de elementos descendentes dos países totalitários e brasileiros quinta-colunistas (sic) foram levados, pelos populares, para o chafariz da Praça Saldanha Marinho e ali mergulhados. Cerca de 23 horas e 30 minutos o movimento no centro da cidade entrou em declínio. Contudo, colunas populares percorriam as zonas mais afastadas, onde também se verificavam depredações contra casas de elementos totalitários”.<sup>445</sup>

Além do Hino Nacional, a população adotou como música oficial dos comícios *Deus Salve a América* – hino estadunidense *God bless América* –, versão original de Kate Smith (1938), escrita durante a Primeira Guerra Mundial, gravada no Brasil somente em 1945, na voz de Francisco Alves - intérprete e compositor brasileiro de samba e choro.<sup>446</sup>

Entre outras coisas, a letra da referida música menciona as belezas da América, como “os oceanos brancos com espuma”, as montanhas, pradarias, a luz e a noite.<sup>447</sup>

Conforme o jornal *A Razão*, discursaram, na praça Saldanha Marinho, em frente à sede do jornal, Valter Jobim, Augusto Mena Barreto, capitão Oliveira Mesquita, Carlos Brenner e Clarimundo Flores. Seguindo a passeata, à frente do povo, encontravam-se Valter Jobim, presidente do núcleo local da Liga de Defesa Nacional; Eli Nascimento Machado, delegado de polícia; Miguel Meireles, prefeito municipal; Augusto Mena Barreto, capitão Oliveira Mesquita e membros da Ala Democrática da Mocidade; após, retornaram a Praça Saldanha Marinho, onde outras pessoas fizeram uso da palavra.<sup>448</sup> Tal menção corrobora com a afirmativa de um depoente que não preferiu não ser identificado, que ressaltou: “Não eram os populares que começaram [a passeata], eles eram conduzidos à frente por Oliveira Mesquita, entre outros”.<sup>449</sup>

<sup>445</sup> Num lance audacioso a 5ª-coluna pretendeu comprometer a classe operária. *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.3.

<sup>446</sup> Informação fornecida por Adalberto Paranhos, Uberlândia. 27 de agosto de 2004.

<sup>447</sup> Cf. <http://ingeb.org/songs/godbless.html>, acessado em 02 de maio de 2006. A música voltou à cena quando do atentado às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, na voz de Celine Dion ( CD América: Tributo aos heróis”). <http://katesmith.org/gba.html>, acessado em 02 de maio de 2006.

<sup>448</sup> Cf. Vibrante demonstração de protesto [...].

<sup>449</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Depoente C, Santa Maria, 14 de junho de 2004.

Em 19 de agosto de 1942, *A Razão* mostrou os sucessos, através de Clarimundo Flores, cujo pseudônimo era Paulo Mendes: “[...] deste momento em diante, só há um caminho a seguir: dente por dente, olho por olho. Precisamos corporificar essa atitude em atos de represália e justiça contra os que menosprezam os interesses e a vida dos brasileiros.”<sup>450</sup>

### **18 de agosto de 1942 em Santa Maria: os depoimentos**

Em 22 de agosto, em caráter urgente e secreto, Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal, enviou um telegrama ao Ministro Marcondes Filho, escrevendo que a “situação nesta capital [Porto Alegre] [estava] tranqüila. O Interior do estado está calmo com exceção de Santa Maria onde se verificou tentativa de greve dos operários da Viação Férrea”.<sup>451</sup> Possivelmente, a tentativa de greve descrita pelo Interventor seria o comício de brasilidade que aconteceu no dia 18 de agosto com resquícios no dia 19.

Nelson Borin, descendente de imigrantes italianos, lembrou as depredações e o saque que sofreu o armazém de secos e molhados de seu pai na noite de 18 de agosto de 1942. Aos nove anos de idade, ele presenciou tudo e relembrou alguns fatos mais marcantes daquele episódio: “[...] no mês de agosto houve o quebra-quebra. Então eles [populares] vieram, desceram a avenida Rio Branco, foram lá pela rua Sete de setembro, entraram na Marechal Deodoro e vieram para o Itararé e aí quebraram tudo que nós tínhamos, a loja não ficou nada... só ficou as paredes [muita emoção]. [Meus pais] tiveram que começar do zero. Eu me lembro, eu era pequenininho, a gente foi, não digo mal tratado na pessoa, mas assim, o pessoal dizia coisas que eu me apavorava. O nosso pai dizia ‘não retrucam, não digam nada, agüentem’. Eu só sei que naquela noite estava chovendo e o pessoal cortava com uma faca os sacos de feijão e arroz e saíam esparramando pela rua e o Exército tava ali olhando mas deixando o pessoal quebrar.”<sup>452</sup>

Girolamo [nome fictício], neto de italianos, em depoimento à pesquisadora Maria Catarina Zanini, explicou: “[...] olha, nós fomos perseguidos assim: nós tínhamos armazém, dois armazéns, né? Mas quebraram tudo, não deixaram nada e o Getúlio chegou numa noite e disse que o povo deveria fazer justiça pelas próprias mãos porque os americanos afundaram um navio e eles botaram a culpa, lá no Eixo, lá na Quinta-Coluna

<sup>450</sup> Dente por dente, olho por olho. *A Razão*, Santa Maria, 19 de agosto de 1942, p.2.

<sup>451</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondências governantes TELEGRAMAS, Maço 149.

<sup>452</sup> Entrevista com Nelson Borin. Já citada.

[...]. E eu sei que, olha a gente saia na rua e o pessoal xingava a gente. Eu era pequeninho, e olha como a gente sofreu. E a gente viu, e a polícia via, em volta e pessoal quebrando e deixavam que faziam o que bem entendiam.”<sup>453</sup>

Destaque-se que o depoente propõe que Getúlio tenha mandado depredar os estabelecimentos comerciais de italianos, alemães e seus descendentes, e que o torpedeamento dos navios tivesse sido feito pela marinha dos USA, e não por submarino alemão, tese defendida, segundo parece, no Brasil, já na época, possivelmente por simpatizantes do Eixo.

Nelson Borin, santa-mariense, descendente de imigrantes italianos, entrevistado em 2004, comentou: “O comércio foi assim de volta, recuperando e conseguimos salvar a situação. Não podia [se meter] porque era muita gente. Uma multidão! Se meter, ir lá, o que dizer para aquele pessoal? Ninguém acredita na hora do tumulto [refere-se ao dizer que não eram quinta-colunistas]. Me lembro que meus pais falavam que tinham chegado roupas da Renner. Vendiam capas, casacão, roupas pesadas para o inverno e eu me lembro que não ficou nada. Eles vendiam foguetes. Eu me lembro que as prateleiras eram altas, eles acendiam os foguetes e derrubavam tudo. Meus pais matavam porcos e faziam lingüiças para vender, porque não tinham quem vendesse. No dia do quebra-quebra, tinha gente que botava no pescoço as lingüiças e saíam. Naquela noite o povo saqueou, roubou, o que não pode estragou, destruiu.”<sup>454</sup>

A Figura 12 mostra o armazém da família Borin, localizado no bairro Itararé. Em primeiro plano, é possível perceber os trilhos da viação férrea, atrás a seta aponta para a casa onde funcionava o armazém [Figura 13].

---

<sup>453</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional* [...] Ob. Cit., p.88.

<sup>454</sup> Entrevista com Nelson Borin. Já citada.

**Figura nº 12**

Armazém de Irmãos Borin no bairro Itararé



Fonte: Acervo particular de Nelson Borin.

**Figura nº 13**

A seta indica onde ficava localizado o armazém dos Irmãos Borin.



Fonte: Acervo particular de Nelson Borin.



O depoente Antônio Isaias, em 1942 gerente das Casas de calçados Eny, conseguiu que a empresa não fosse depredada. Seu depoimento foi descrito por Angélica de Medeiros Rios, na dissertação “Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo”. Ele relatou: “[...] naquela época eu dirigia a matriz da Casa Eny. Então quando eu soube que iam quebrar a Casa Eny o que eu fiz? Eu me enrolei na bandeira brasileira e fiquei na porta de entrada, e disse que, em primeiro lugar, nunca fui simpatizante do Eixo, muito pelo contrário, eu torcia pelos Aliados, e o meu pai também torcia pelos Aliados. Mas a verdade era essa: que vinha aquela massa, era uma massa de umas quinhentas pessoas, a maioria ferroviários e com porrete e ferro na mão e num caso desses não adianta; quem é que ia saber qual era realmente o pensamento? Então quando chegaram na esquina da Casa Eny e começaram a falar e ameaçar com porretes e tudo, e eu enrolado na bandeira me botei na entrada, abanando para eles. Me deixaram, mas diziam palavrões; e assim que me deixaram eles entraram mais adiante um pouquinho e quebraram, estraçalharam o Bar Tropical.”<sup>455</sup>

No dia das depredações, a família Druzian, que morava no interior, estava na delegacia de polícia, no centro da cidade de Santa Maria, visitando Antônio Druzian, que ali se encontrava detido. Maria Iop Druzian, descendente de italianos, entrevistada em 2004, lembrou que, no momento em que estava na delegacia, viu os soldados pegarem “os fuzis e armas e hipi, hipi, urra [sic], saíram porta afora.”<sup>456</sup> Este era o momento em que o tumulto começava na cidade.

A depoente continuou relatando: “[...] nós íamos descer de trem depois, pegávamos o trem das quinze horas e trinta minutos no Arroio do Só e vinte horas para voltar.”<sup>457</sup> Na hora do retorno, Maria relatou os momentos de medo e tensão pelos quais passou: “olha [que tristeza] de ver aqueles vidros de perfume quebrados. Casa que eram de origem italiana e alemã o que puderam quebraram, levaram, saquearam, fizeram o que puderam”.<sup>458</sup>

A cena e o odor dos perfumes também ficaram na memória de uma descendente de imigrantes italianos entrevistada por Maria Catarina Zanini, que escreveu: “[...] a descendente Dona Giovanna, de 86 anos, narrou-me que estava, neste dia, visitando a cidade, apesar de morar noutra localidade e que nunca mais esqueceu o cheiro do perfume que exalava pelas ruas. O cheiro provinha de uma loja cujos proprietários eram

<sup>455</sup> RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano [...]. Ob. cit., p.131.

<sup>456</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Maria Iop Druzian, Santa Maria, 2004.

<sup>457</sup> Ibidem.

<sup>458</sup> Idem.

descendentes de alemães, a Casa Hermann, a qual haviam depredado, quebrado muitas embalagens de perfumes e jogado na rua. O centro todo da cidade estava perfumado e não havia sido uma cena agradável presenciar as depredações e violências. Em sua memória, aquele dia ficou associado a aromas e cenas fortes”.<sup>459</sup>

Coronel Silveirinha, tenente coronel reformado da Brigada Militar, na época policial militar, lembrou o episódio: “[...] [havíamos] recebido de Porto Alegre, a informação do serviço secreto do Estado [que] havia detectado um movimento aqui em Santa Maria, dos ferroviários. Iriam fazer um quebra-quebra em tudo que fosse de italiano, de alemão, de japonês, etc. Então, que eu, naquele momento, assumisse o comando daquele esquadrão e não deixasse sob hipótese alguma se realizar uma passeata e o quebra-quebra. Para isso, estávamos armados, munidos.”<sup>460</sup>

A referida ordem repercutiu na reportagem de 21 de agosto, do jornal *A Razão*: “[...] recomenda-se abstenção da tropa Federal na participação de comícios e manifestações populares. Rigorosamente recolhida nos quartéis a tropa só sairá para colaborar na manutenção da ordem no mais perfeito entendimento com as autoridades civis, ficando a critério dos comandantes iniciativas por ventura necessárias no sentido de manutenção da ordem e rigorosa ação contra provocadores.”<sup>461</sup>

Em reportagem de 30 de janeiro de 1942, em *A Razão*, sob o título “Estabelecida a conduta que devem seguir os simpatizantes do eixo!”, a polícia se compromete a “oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo e não permitir que a sua honra seja ultrajada. Outrossim, a população nacional brasileira, deve manter-se no mesmo espírito de ordem e perfeita disciplina com que vem até agora assistindo ao desenrolar dos acontecimentos internacionais, não lhe sendo permitida atitude agressiva para com os súditos das nações adversárias residentes no território brasileiro.”<sup>462</sup>

Nas palavras de Silveirinha, ele chegou até o local do comício, mandou o esquadrão um passo à frente, deixando as armas na retaguarda. “Já estava fervendo no largo da Viação Férrea [...]. Havia mais ou menos umas quinhentas, seiscentas pessoas reunidas lá, isso era quase cinco horas da tarde”.<sup>463</sup>

<sup>459</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional [...]. Ob. cit., p.213.

<sup>460</sup> Entrevista com José Luiz Silveira. Já citada.

<sup>461</sup> Presos, ontem, em Santa Maria, diversos quinta-colonistas! *A Razão*, Santa Maria, 21 de agosto de 1942, p.7.

<sup>462</sup> Estabelecida a conduta que devem seguir os simpatizantes do eixo! *A Razão*, Santa Maria, 30 de janeiro de 1942, p.4

<sup>463</sup> Entrevista com José Luiz Silveira. Já citada.

Segundo o depoente Silveirinha, ele tentou negociar com Hermani Vanacor, poeta santa-mariense e funcionário da Viação Férrea, na a *chefia* do grupo, para que a passeata não acontecesse. Depois de um entendimento, houve a autorização para a realização da passeata desde que não tocassem em nada. “Tudo que está aí é do Brasil, não é dos alemães, nem do Eixo. Foi aquela gritaria que acontece nesses momentos.”<sup>464</sup>

Mesmo sem a liberação para tocarem em qualquer casa ou estabelecimento comercial, “tudo que fosse nome podiam dizer. Para isso, organizou-se uma guarda deles [os ferroviários] para botar dos lados, e a passeata ia pelo meio da rua proibindo todo o trânsito.”<sup>465</sup> Desta forma chegou-se até a praça Saldanha Marinho.

No outro dia, o Coronel, dispensado, foi descansar em uma chácara perto de Santa Maria. Ele relata que, entretanto, ao retornar à cidade, “vi aquela imagem horrorosa, a cidade toda quebrada. Foi nesse dia que eu, num jipe, percorri 283 km dentro dessa cidade, correndo atrás do quebra-quebra. Era quebra ali, quebra aqui, quebra mais lá e quebra mais lá e eram casas e empresas de italiano e alemão”.<sup>466</sup>

Segundo o depoimento do Coronel, em 19 de agosto, o tumulto continuava no centro de Santa Maria. É importante ressaltar que a imprensa e a maior parte dos depoentes afirmam que os saques e depredações maiores ocorreram na noite de 18 de agosto de 1942.

O Coronel prossegue dizendo que, naquele dia, “quando cheguei aí na frente à [rua] Astrogildo de Azevedo, dobrei para o lado da [rua] Professor Braga, tinha uma construção, e vinha um grupo daí com um pranchão daqueles, oito por dezesseis, atravessando a rua para quebrar a padaria Holtermann. Eles não faziam distinção, o nome, não sendo brasileiro, não sendo Luiz, nem José, nem Pedro, tudo era para quebrar. Eu peguei e tirei, arrastei e levei para a Praça Saldanha Marinho. Ali eu acabei com aquela turma, contive os ânimos das pessoas e já saí atrás de outros. [...] tinha uma casa de Chope, uma das maiores de Santa Maria. O pessoal invadiu e quebrou tudo, quebrou tudo que estava na prateleira, tirou tudo para fora e quebrou. Entrou dentro da casa e arrancou roupas de cama, colchão e tudo. Ali, quase nos fundos do Teatro, na frente da Cacism, largaram e botaram fogo naqueles colchões, naquelas coisas, e voava pena por tudo, tapou de pena. Onde hoje está a Gaiger, era a casa Hermann, uma casa de perfume, na Bozano. Eles tiraram para fora tudo que tinha dentro de casa e quebraram tudo, tudo. As fábricas Cyrilla, de bebida, quebraram

---

<sup>464</sup> Ibidem.

<sup>465</sup> Idem.

<sup>466</sup> Idem.

o que puderam e conseguiram, virou em nada. O Café Weissheimer, fábrica de café, muito grande, quebraram tudo... fábrica de biscoitos e balas.”<sup>467</sup>

Vera Diefenthaler, cujo pai foi sócio-fundador da fábrica de bebidas Cyrilla, depredada em 18 de agosto de 1942, em depoimento de outubro de 1999, lembrou que seu pai “estava doente, de cama naquela noite, a minha [sua] mãe colocou um lenço na cabeça e se tocou para a fábrica, no meio daquele entrevero porque ninguém a conhecia”, certamente na tentativa de salvar alguma coisa.<sup>468</sup>

Vera Diefenthaler mostrou a trajetória popular na noite de 18 de agosto. Para ela, “tinha a casa Hermann, na primeira quadra da Bozano, que foi a primeira casa que eles assaltaram [sic]. Depois eles desceram para a Igreja Luterana, aí eles desceram para cá, na rua Sete de Setembro, tinha um senhor [de sobrenome] Niederauer, que tinha uma casa de negócio de secos e molhados, esse entrou no rol, botaram tudo na rua: era feijão, arroz ... O homem ficou mal, não pôde continuar. Aí eles foram para o Weissheimer, que tinha a fábrica de bolachas, mas ali eles não estragaram tanto assim. Depois seguiram gritando por toda a rua. A minha filha mais velha tinha dois anos, ela estava dormindo, se assustou, começou a chorar de tanto que eles gritavam. Os militares não intervieram, estavam patrulhando por aí”.<sup>469</sup>

Vera Diefenthaler questionou o fato de a fábrica ter sido depredada, afinal “meu [seu] pai era maragato, era muito amigo do Dr. Valter Jobim [presidente do Conselho de Administração da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea de Santa Maria]. Eles iam sempre de noite lá [não descreve onde] e faziam política, mas era política brasileira, não tinha nada a ver com política alemã”.<sup>470</sup>

O Hotel Hamburgo, localizado na rua Sete de Setembro, também foi atingido naquela noite. Segundo Ernesto Schmidt, também entrevistado em agosto de 1996, ele “era de descendentes alemães. Disseram para ele [o dono] colocar a bandeira do Brasil na frente da porta que o povo não iria entrar. Eles foram lá, rasgaram a bandeira e entraram”.<sup>471</sup> Tal atitude não surtira efeito, como no caso das lojas Eny, onde o mesmo procedimento fora adotado, como já mencionado.

Segundo o coronel Silveirinha, em alguns episódios, conseguiu-se evitar uma violência ainda maior. Segundo ele, “tinha um italiano que se chamava Alvino Colussi. Eu

---

<sup>467</sup> Idem.

<sup>468</sup> Entrevista com Vera Diefenthaler. Já citada.

<sup>469</sup> Ibidem.

<sup>470</sup> Idem.

<sup>471</sup> Entrevista realizada por Nádya Silvana Nunes com Ernesto e Maria Schmidt, Santa Maria, 27 de agosto de 1996.

soube que iam quebrar a casa dele. Ele tinha casa de comércio e antes diziam que ele era fascista e era mesmo, de fato, tinha até o retrato do Mussolini. Entrei correndo dentro da casa dele, sem dar confiança, arranquei o retrato da parede e joguei dentro de um poço que tinha nos fundos. Quando a turma chegou, eu estava ali, não deixei fazer nada, e não fizeram.”<sup>472</sup>

Wilson Aita, descendente de imigrantes italianos, descreveu que seu pai possuía um restaurante bem no centro de Santa Maria, o qual não sofreu nenhum dano, mas diz não saber o porquê de o estabelecimento comercial da sua família não ter sido atingido. Imagina, porém, que o principal motivo era o fato de não se envolverem em política.<sup>473</sup>

O depoimento colhido por Maria Catarina Zanini com um militar descendente de italianos, com o nome fictício de Vitélio, mostrou a visão do mesmo frente ao quebra-quebra: “Ah! Aí quebraram tudo, quebraram tudo, roubaram, faziam miséria [...]. Mas, só gente próspera, porque eles não atacavam meu avô, que morava ... o meu pai, que morava lá na colônia? Por que era um pelado, que não tinha nada, tinha umas vaquinhas, uns boizinho, era só gente próspera e ... Eles atacam o Armazém Noal, Armazém das Dores, estes atacados que têm [...]. Era a depredação, não era nada mais, era o que o clima era propício para isto, era que estávamos em guerra.”<sup>474</sup>

Para um depoente que preferiu não identificar-se, descendente de imigrantes alemães, a recordação mais forte era o medo que seu avô, alemão, sentia no período da Guerra, a tensão transmitida pelos adultos quando populares gritavam nas ruas “vamos matar os alemães!”<sup>475</sup>

Em 18 de agosto, quando as pessoas passaram em frente a sua residência, na rua Dr. Bozano, voltando do bar Nicola, de propriedade de um italiano, após saqueá-lo, “jogaram balas para as crianças.”<sup>476</sup>

### **Os promotores do comício**

Em 18 de agosto de 1942, *A Razão* noticiou que os ferroviários, promotores do comício e da passeata que acabaram em depredações, nada tiveram a ver com o acontecido. Eli Nascimento Machado, delegado de polícia, escrevera ao coronel Py, chefe

---

<sup>472</sup> Ibidem.

<sup>473</sup> Entrevista realizada por Cátia Dalmolin com Wilson Aita, Santa Maria, 02 de julho de 2004.

<sup>474</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional [...] Ob. cit., p.212.

<sup>475</sup> Entrevista Depoente C. Já citada.

<sup>476</sup> Ibidem.

da polícia do Estado, comunicando o ocorrido. Para ele, o sucesso não passara “de uma vil manobra da quinta-coluna”.<sup>477</sup> Ou seja, *quinta-colunas* teriam incentivado a destruição de negócios de alemães e italianos por brasileiros!<sup>478</sup>

Em 19 de agosto, o jornal *A Razão* confirmou que o eixo inicial da mobilização teria sido ferroviário.<sup>479</sup> A classe ferroviária foi a promotora da “maior manifestação de civismo que a história da cidade registra” sendo que “toda a população associou-se à iniciativa”.<sup>480</sup> Entre os promotores dos comícios estavam o *Ateneu Graça Aranha*, em concordância com Ala Democrática da Mocidade. A estes uniam-se os políticos, intelectuais, estudantes e estabelecimentos de ensino.

Ernesto Schmidt é chileno, descendente de alemães e casado com Maria, de nacionalidade alemã. Segundo o casal, entrevistado em 1996, o grupo promotor da manifestação na cidade “morava no km 3, eram ferroviários e eram instigados por advogados e até pelo promotor da cidade a quebrar tudo.”<sup>481</sup>

Para o casal, “o motivo principal que eles começaram a quebrar tudo, as lojas e as fábricas era para roubar, eles saíam com as coisas debaixo do braço. Os comerciantes que tiveram as lojas quebradas já eram descendentes de terceiro grau, eram brasileiros como eles. Diziam que os caras eram quinta-colunas, mas como se eles já tinham nascido aqui? Isso tudo aconteceu porque o prefeito não tomou providências; depois que passou aquela confusão, o exército tomou conta da cidade e não aconteceu nada com ninguém.”<sup>482</sup> Versão semelhante para o episódio foi apresentada por coronel Silveirinha, que teria participado da guarnição da cidade.

Na tese “Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS”, Maria Catarina Zanini explica que, “em entrevista realizada com uma das autoridades policiais de Santa Maria do período, não descendente, esse alegou que a polícia não executava violências. Segundo ele, quem executou saques e violências em massa eram os civis, muitos deles ofendidos pela ascensão social dos estrangeiros [...]. Em verdade, houve uma rede integralista e fascista na região, contudo, muitos camponeses, ainda consideravam a política um mundo à parte. As perseguições aos

<sup>477</sup> Cf. Num lance audacioso a 5ª-coluna pretendeu comprometer a classe operária. *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.3.

<sup>478</sup> Cf. DALMOLIN, Cátia. Caravana de brasilidade: o quebra-quebra em Santa Maria em agosto de 1942. *Semina*. Passo Fundo: UPF, v.1, n.3, 2003, p.15.

<sup>479</sup> Vibrante demonstração de protesto [...].

<sup>480</sup> *Ibidem*.

<sup>481</sup> Entrevista com Ernesto e Maria Schmidt. Já citada.

<sup>482</sup> *Ibidem*.

nazistas em Santa Maria também deixaram marcas em muitos descendentes, principalmente nos ataques a religiosos e à Igreja Luterana local”.<sup>483</sup>

Ernesto Schmidt, na década de 40, proprietário de uma pequena fábrica de balas, bolachas e café, seguiu relatando, em 1996, que “era um grupo de vagabundos, que aproveitavam para roubar, tanto que eles quebraram nossa fábrica e aproveitaram para roubar café, bolacha e tudo que podiam. Arreventaram as portas todas e quiseram entrar onde estavam as máquinas mas não conseguiram porque um empregado desligou a luz aqui por dentro e [o povo] não podia chegar lá, mas as portas e janelas não sobrou nenhuma. As máquinas de escrever, de somar, tudo desapareceu. Eles levaram lata de café e de bolachas, não sobrou uma. Foi a noite inteira! Eles batiam lata gritando ‘abaixo quinta-coluna’. O povo é assim mesmo um grita e os outros vão atrás.”<sup>484</sup>

No tocante à responsabilidade do episódio transcorrido em agosto de 1942, Ernesto Schmidt acredita que “Getúlio não tinha nada com isso. Ele até tinha relações muito boas com a Alemanha, de comércio, porque naquela época o Brasil mandava café em troca de máquinas. O Getúlio fez muita coisa boa pelo Brasil. Assim, chega uns instigadores aí e eles [o povo] vão atrás. Até hoje, o que eles fazem nos comícios? Eles instigam, instigam, instigam e o pessoal vai, né?. Getúlio renovou o Brasil. O pessoal dizia que Getúlio não prestava, prestava sim! Ele modificou o país completamente para o bem, para começar pelas leis trabalhistas, todas as leis que nós temos hoje são obras dele.”<sup>485</sup>

Versão semelhante foi a apresentada por Hildegard Schwarke. Em 27 de agosto de 1998, ela declarou ter sofrido “um pouco” de discriminação na escola Sant’Anna, devido à rigidez do ensino. Posteriormente, no bar e restaurante da família, segundo a depoente, “quando declararam a guerra, eles nos tiraram o rádio e começaram a nos perseguir, mas não por parte do governo diretamente, mas pelas pessoas de Santa Maria mesmo.”<sup>486</sup> Para a depoente, que teve seu comércio totalmente depredado, os culpados “foram as pessoas do povo, mas o exército controlou, inclusive os soldados da Brigada que estavam para nos guardar para que nada acontecesse pegaram a coronha da espingarda e batiam contra a cortina, ‘aqui vocês não entram, aqui vocês não entram!’”<sup>487</sup>

Em entrevista realizada em 15 de setembro de 1998, Moisés Oliveira, cabo do Exército na década de 40, comenta, que o Exército foi chamado para intervir a fim de que a

<sup>483</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional [...]. Ob. cit., p.203.

<sup>484</sup> Entrevista com Ernesto e Maria Schmidt. Já citada.

<sup>485</sup> Ibidem.

<sup>486</sup> Entrevista com Hildegard Schwarke. Já citada.

<sup>487</sup> Ibidem.

ordem fosse mantida na cidade. As pessoas que eram presas realizando as depredações em seguida eram conduzidas aos quartéis.<sup>488</sup> Porém, não houve constatação documental a respeito. Nos arquivos dos quartéis não foram encontrados os registros de prisões neste período.

Descrevendo a entrevista com Moisés, em “Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo”, Nádia Nunes salientou que, na opinião do depoente, “havia necessidade de vigiar os quinta-coluna, pois os mesmos tinham ligações com Hitler”.<sup>489</sup>

Continuou Nádia Nunes, “e quando foi perguntado quem eram as pessoas que atacaram as instituições dos alemães, Moisés respondeu que nunca foram pessoas ligadas ao governo e sim a população em geral, e que a atitude do Exército foi de, quando chamado a intervir, pacificar as depredações”.<sup>490</sup>

Vera Diefenthaler, cujo pai foi sócio-fundador da fábrica de bebidas Cyrilla, depredada na noite de 18 de agosto de 1942, comentou, em depoimento de 1998, que não tem idéia de quem seriam as pessoas que cometeram o quebra-quebra. Para ela, “era o povo em geral que foi se juntando. Todos, gente do povo, que foram incentivados por alguém, por alguma pessoa. Bem mais tarde veio uma ordem de Porto Alegre para os militares guarnecerem a fábrica para que não continuassem mais a quebrar.”<sup>491</sup>

Na visão da depoente registra-se a idéia que sempre há alguém dirigindo a ação popular. Não há, portanto, a possibilidade, para ela, que essa ação tenha tido motivos profundos.

Em entrevista realizada em 5 de novembro de 2004, Abdo Mottecy, militante do PCB em Santa Maria, na época, explica, que essas manifestações eram muito grandes, “mas não tinham numericamente muitos comunistas. A introdução maior poderia comprometer o movimento. Pela paz, houve uma passeata que reuniu grande número de santa-marienses. Teve uma pálida introdução do Partido Comunista. Era muito difícil e a gente era muito radical, dono da verdade e isso dificultava.”<sup>492</sup> Este depoimento sugere, de certo modo, a importância real dos comunistas na região central do RS. Os ânimos acirravam-se cada vez mais, e o relacionamento entre comunistas e “estrangeiros”, que se suspeitava de orientação direitista, era “ruim, erradamente, a célula comunista ficou mal situada. Tinha alguns brigadianos, internamente no PCB, poucos, usaram da prerrogativa

<sup>488</sup> Cf. Entrevista realizada por Nádia Silvana Nunes com Moisés Oliveira, Santa Maria, 15 de setembro de 1998

<sup>489</sup> NUNES, Nádia Silvana. Os alemães em Santa Maria [...]. Ob.cit., p.10.

<sup>490</sup> Ibidem.

<sup>491</sup> Entrevista com Vera Diefenthaler. Já citada.

<sup>492</sup> Entrevista com Abdo Achutti Mottecy. Já citada.



de serem militares, contra o Eixo, e trataram mal os descendentes alemães e italianos. Um dos erros, dos muitos erros políticos...”<sup>493</sup>

### **Ecoss de 18 de agosto de 1942**

Em 24 de agosto, seis dias após o acontecido, notou-se que o jornal *A Razão* circulou em edição especial, com quatro páginas e vinte e cinco espaços publicitários. Chamou a atenção que esses espaços foram ocupados por empresas, em sua grande maioria, de descendentes de italianos e alemães, e também por alguns empreendimentos que não tinham por hábito fazerem publicidade no referido jornal. Procurou-se traçar um paralelo entre esta edição e as anteriores, que circularam desde 15 de agosto.

No dia 15, foram vendidas trinta e uma propagandas para santa-marienses, das quais dezesseis eram da área médica e quinze propagandas de fora da cidade, basicamente anúncios de remédios. Os dias que seguem não apresentaram variações significativas, com exceção do dia 22 de agosto, que assinalou uma queda considerável, com onze propagandas de empresas santa-marienses e sete de fora. Levando em consideração que o jornal circulava normalmente com oito páginas, realmente pode-se deduzir que houve uma “crise” após a manifestação e as depredações.<sup>494</sup>

Em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, René Gertz enfatizou que “outro tipo de perseguição foi à extorsão”.<sup>495</sup> René Gertz mostra que, na Revista *Vida Policial*, publicada pela polícia rio-grandense, na seqüência nº 43 do ano de 1942, encontravam-se 168 anúncios publicitários. Destes, 72 tinham sobrenome alemão e 55 estavam estabelecidos em São Leopoldo, fora aqueles que apresentavam somente o nome fantasia. O mesmo autor conclui: “[...] evidente, isso só pode ter acontecido na base da extorsão – pois qual teria sido o interesse de um barbeiro local em lançar um anúncio numa revista do gênero?”<sup>496</sup>

Acredita-se que esta possa ser uma explicação plausível para a edição especial de 24 de agosto, uma vez que – como o caso citado por René Gertz –, os anunciantes que apareceram na edição eram, em sua grande maioria, descendentes de imigrantes ou as empresas tinham nomes fantasias, dificultando, assim, a identificação dos sobrenomes. São no total vinte e cinco anúncios, nos quais se vêem dezesseis de empresas com sobrenomes

<sup>493</sup> Ibidem.

<sup>494</sup> Cf. DALMOLIN, Cátia Regina. Caravana de Brasilidade [...]. Ob.cit., p.14.

<sup>495</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo* [...]. Ob. cit., p.173.

<sup>496</sup> Ibidem.

estrangeiros: é difícil afirmar a nacionalidade dos proprietários das demais empresas, uma vez que apresentam somente o nome fantasia. Porém, um fato que chama a atenção é que elas concentram-se em ruas e avenidas onde houve maior índice de depredações. Os anúncios ao *Ao povo de Santa Maria* passaram a tomar vulto no jornal *A Razão* no pós-18 de agosto. Essas mensagens eram de pessoas que tiveram estabelecimentos comerciais depredados e que deixavam claro serem brasileiros e não eixistas.

Eram publicidades *patrióticas* como a que segue da empresa Weissheimer e Irmãos, uma fábrica de doces e bolachas, localizada na rua Sete de Setembro, saqueada e depredada em 18 de agosto de 1942:

“AO POVO DE SANTA MARIA

Em vista dos acontecimentos verificados na firma WEISSHEIMER E IRMÃOS, vem a mesma declarar que seus proprietários são brasileiros, filhos e netos de brasileiros, sendo também reservistas do Exército Nacional. Além disso, o seu quadro de empregados, que é em número de 87, são todos brasileiros. A presente declaração é feita no sentido de evitar futuros acontecimentos, pois como acima ficou declarado, a firma Weissheimer e Irmãos é genuinamente brasileira.”<sup>497</sup>

Em 23 de agosto, os oitenta e sete empregados citados pela empresa fazem um agradecimento público no jornal, escrevendo que: “[...] os abaixo-assinados que exercem suas atividades na fábrica Weissheimer & Irmão, [...], atendendo ao nobre gesto de seus proprietários que, mesmo com danos sofridos em consequência das depredações levadas a efeito pelas massas populares, num dos movimentos de repulsa pelos atos de pirataria praticados pelos países do Eixo, não lhes cortaram sequer, um dia dos seus vencimentos, em vista da situação de suas famílias, AGRADECEM desvanecidamente (sic) este inigualável gesto de humanidade e brasilidade.”<sup>498</sup>

<sup>497</sup> Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942, p.3.

<sup>498</sup> Agradecimento. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942, p.2.

Figura nº 14

Rótulo de balas produzidas pela empresa Weissheimer e Irmão



Fonte: Acervo particular de Mario Luiz Trevisan

João Cerezer, proprietário de um armazém na rua Benjamin Constant, que também fora atingido, “quando das manifestações patrióticas com que o povo, justamente indignado e vibrando de civismo, exteriorizou o seu protesto à inominável e vandálica agressão desferida pelo eixo totalitário a nossa cara Pátria”<sup>499</sup>, ressaltou que era brasileiro e prestou serviço militar. Cerezer dizia estar “conservando bem vivo o sentimento de patriotismo”, afinal “também a minha alma de brasileiro se irmana com a de todos os meus patrícios na repulsa à afronta dirigida contra o Brasil.”<sup>500</sup>

Em seguida, Valmor e Edmor Pisani, também “brasileiros, reservistas do Exército Nacional e filhos de brasileiro”, apresentam sua empresa, Irmãos Pisani, que comercializava cimento e ferros para construção e fora igualmente atingida nas manifestações em 18 de agosto. Os irmãos demonstraram “que sempre souberam amar o Brasil e prezar o seu patrimônio, sobretudo aquele que se refere a sua dignidade e soberania.”<sup>501</sup>

<sup>499</sup> Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.3.

<sup>500</sup> Ibidem.

<sup>501</sup> Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 24 de agosto de 1942, p.2.

Já em Porto Alegre, a empresa Krahe & Cia, distribuidora exclusiva para o Rio Grande do Sul das revistas de propaganda estadunidenses The American News Corp, através do Correio do Povo, diz ter sido sua empresa depredada em 18 de agosto, restando apenas salientar que não “somos quinta-colunistas, e jamais o fomos, [...] que já fomos até boicotados pelo Partido Nazista, conforme se poderá constatar no livro ‘A quinta coluna no Brasil, do Coronel Aurélio Py.’”<sup>502</sup>

Em outro anúncio, no mesmo jornal, a Confeitaria e Bar Balú afirma que, há três anos, o estabelecimento não é mais de *súditos do Eixo*. Agradeceram publicamente os fregueses que estavam no estabelecimento na noite anterior e explicavam à população a “verdadeira situação do estabelecimento”, impedindo com isso a depredação do mesmo.<sup>503</sup>

Pianca Irmãos Ltda, administradora dos cinemas Vera Cruz, Ipiranga e Capitólio, na capital, também foi depredada. A empresa ressalta, ter sempre colaborado com os poderes públicos, “em prol da campanha de nacionalização e educação popular, cedendo, GRATUITAMENTE, suas salas de projeção para cerimônias cívicas, festivas, beneficentes e exibição de filmes oficiais sendo de notar que esta é a única empresa que concede abatimento permanente de CINQUENTA POR CENTO sobre o valor das entradas a TODOS OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.”<sup>504</sup> [grifo no original]

Percebe-se que a retórica é pouco modificada, não importando a empresa que foi atingida ou o jornal ao qual as notícias e *apedidos* foram vinculados. Nota-se que a oratória gira em torno do mesmo eixo, as empresas foram atingidas certamente por engano, já que o povo, justamente revoltado e indignado devido aos brutais e inomináveis atentados sofridos pelos navios mercantes brasileiros, quebrou, depredou e saqueou. A firma se diz genuinamente brasileira, com proprietários brasileiros natos e reservistas do exército nacional, e conserva vivo o sentimento de brasilidade.

Os avisos no jornal eram uma forma de exteriorizar a brasilidade, utilizando-se de uma retórica *patriótica* para, desta forma, tentar evitar novas depredações.

Logo depois do acontecido, pode-se notar que o jornal *A Razão* publicou várias anúncios de empresas de ítalo-brasileiros, além dos *apedidos* acima citados, encontram-se publicidades de outros estabelecimentos, salvo engano também atingidos no episódio de 18 de agosto, como: Imperial Hotel de A. Benetti na rua Manuel Ribas, Rio Hotel [Antigo Hotel Roma] de Aurélio Vieiro, próximo à viação férrea; Restaurante Apolo de Angelo

<sup>502</sup> Declaração de Krahe & Cia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.4.

<sup>503</sup> Cf. Confeitaria e Bar Balú. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.4.

<sup>504</sup> Pianca Irmãos Ltda. *Correio do Povo*. 19 de agosto de 1942, p.5

Pezzi, Farmácia Fontenelle na rua do Acampamento, Padaria Miorin, Casa Binotto e Hotel Tupi [Antigo Hotel Itália] de Fioravante Stival situado na Avenida Rio Branco próximo a estação ferroviária.<sup>505</sup>

O jornal *A Razão* foi utilizado para uma carta-anúncio vinculada por Caroline Müller, proprietária do Hotel Müller, atingido no episódio de 18 de agosto e que passou a chamar-se Avenida Hotel. Ela torna público que, “tendo o Hotel Müller sido parcialmente atingido pelos manifestantes que se desagravavam da afronta sofrida pela pátria, acredita que o fato tenha sido origem de um equívoco. Que, para esclarecer a situação, declara que a firma é genuinamente brasileira, composta de filhos e netos de brasileiros natos. Que, apesar do estabelecimento ter sido fundado há 36 anos com a denominação conhecida, resolveu alterá-la para Avenida Hotel, dando, assim uma satisfação de modo geral aos sentimentos de brasilidade e, em particular, a sua freguesia e a laboriosa classe ferroviária. Que todos os empregados do Hotel, sem exceção, sempre foram brasileiros natos, o mesmo acontecendo com o gerente, João Carlos Müller.”<sup>506</sup>

Em 7 de novembro de 1942, quase três meses após as depredações, é possível encontrar no jornal *A Razão* a declaração de Augusto Ernesto Weber, “Aos meus patrícios”, comprovando que a situação demorou a retomar a normalidade em Santa Maria. “A fim de desfazer quaisquer juízos baseados em falsos princípios, relativamente à minha conduta e aos meus sentimentos de cidadão brasileiro que nasceu e ama esta grande pátria e que está disposto, como sempre o estive, a derramar o próprio sangue em sua defesa, se assim se tornar mister, venho pelas colunas deste matutino declarar que sou brasileiro entre os que mais o forem, que nunca fui, não sou e jamais serei ‘Quinta-colunista’, nem estou enquadrado em qualquer outra modalidade de traidor, pois além de ser um brasileiro nato, chefe de numerosa família, pai de dez filhos brasileiros, que estou mandando educar para servirem minha cara Pátria, possuo estabelecimentos industriais, contribuindo assim de maneira efetiva para o crescente progresso nacional, estando sempre disposto e pronto a cooperar para todas as causas nobres que visem os superiores interesses da coletividade brasileira; que já exerci acumulativamente os cargos de subprefeito e subdelegado de polícia do oitavo distrito do importante município de Montenegro, tendo sido presidente do Conselho Municipal daquele município; que sou reservista do nosso glorioso Exército Nacional, havendo servido no ano de 1918.”<sup>507</sup> Continua Augusto Weber: “Fica assim

<sup>505</sup> Dalmolin, Cátia. Mordaça Verde-e-amarela [...]. Ob.cit.

<sup>506</sup> Declaração. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942. p. 6.

<sup>507</sup> Aos meus patrícios. *A Razão*, Santa Maria, 07 de novembro de 1942. p.6.

esclarecido que a ninguém é lícito pensar de maneira diferente a minha honesta quão patriótica conduta, e aqueles que me atribuírem atividades antinacionais, nada mais farão do que lançar a público o desejo de levantarem a mais flagrante infâmia.”<sup>508</sup>

O jornal *Correio do Povo*, em 19 de agosto de 1942, transcreveu o apelo aos sindicatos e aos trabalhadores vinculados de Porto Alegre e do Estado pelo Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade: “certo que o patriotismo ferido justifica as expansões de indignação contra a brutalidade e a agressão não provocada. Mas os bens de tais súditos situados em território nacional, quaisquer que sejam os seus detentores eventuais, são bens da Nação, conforme já disse S. Excia o Sr. General Cordeiro de Farias, DD. Interventor Federal. Destruí-los é ferir o nosso interesse, é paralisar atividades de trabalhadores brasileiros, que são o alento de nosso comércio e da nossa indústria, com repercussão nos lares desses nossos patrícios. Dirijo-me a todos os trabalhadores do Estado, num veemente apelo para que voltem as suas ocupações normais, evitando quaisquer atos que importem em dano a estabelecimentos comerciais e industriais. Confiem todos na ação do Governo Federal e Estadual, certos de que dos altos poderes públicos hão de emanar os atos de defesa os brios nacionais.”<sup>509</sup>

### **Indenizações**

Algumas empresas que foram atingidas no episódio de 18 de agosto de 1942 requereram indenização junto aos poderes públicos. Ernesto Schmidt, em depoimento de agosto de 1996, conta que teve sua fábrica depredada, algumas empresas pediram e receberam indenização de cerca de cem contos de réis, mas “nós [eles] não pedimos nada. Não era só eu, a fábrica tinha cinco sócios, mas todos eram brasileiros, descendentes de alemães, mas brasileiros.”<sup>510</sup>

Em agosto de 1998, Hildegard Schwarke, descendente de pais alemães que possuíam um pequeno bar e restaurante no centro de Santa Maria, o qual fora totalmente depredado em 1942, comentou que “os varejistas daquela época queriam fazer um requerimento, queriam fazer um levantamento, mas o meu pai não quis fazer nada. Não

---

<sup>508</sup> Ibidem.

<sup>509</sup> Apelo aos sindicatos e aos trabalhadores em geral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.3

<sup>510</sup> Entrevista com Ernesto e Maria Schmidt. Já citada.

quis fazer o balanço, nem o requerimento, ele disse que nós íamos nos levantar por si. Depois nós tivemos muito amor ainda pelo comércio e trabalhamos por bastante tempo.”<sup>511</sup>

O pai de Vera Diefenthaler, Frederico Diefenthaler – descendente da terceira geração de alemães – foi sócio fundador da fábrica de bebidas Cyrilla. Vera comentou, em setembro de 1998, que “parece que a fábrica foi indenizada, mas muito pouca coisa porque eles [povo] entraram aí e ficaram bem loucos. Pegaram as caixas de bebidas [e quebraram tudo], o chão estava no outro dia cheio de cacos de vidro. Pegavam as caixas e largavam no chão. Eles tentaram quebrar as máquinas, mas não conseguiram”.<sup>512</sup>

No caso do armazém de Luiz Chiappa, encontrou-se uma procuração, passada ao advogado, a fim de requerer indenização. Não sabemos se ela foi recebida ou não, já que nenhuma documentação e nenhum descendente foi encontrado para falar a respeito. Na procuração lê-se: “[...] saibam os que virem este público instrumento de procuração bastante, no ano de **mil novecentos e quarenta e dois** [original com grifo], nesta cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, aos **vinte e sete dias do mês de agosto** [original com grifo], neste terceiro notário, compareceu o outorgante supra, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade. [...]. E, perante estas, disse que nomeava e constitui seu bastante procurador nesta comarca e onde mais preciso for e com esta se apresentar ao advogado Dr. Régis Beltrão de Andrade, brasileiro, solteiro, com escritório e residência nesta cidade, para o fim especial de propor em Juízo competente as ações necessárias para o ressarcimento dos danos totais sofridos pelo estabelecimento comercial do outorgante, sito nesta cidade à Rua Silva Jardim, número 2386, acompanhando as referidas ações até o final do julgamento e usando de todo e qualquer recurso, desse mais o outorgante que concedia ao mesmo advogado os poderes necessários para requerer em Juízo vistorias e arbitramentos bem como de pleitear junto aos poderes públicos competentes as indenizações ou auxílios a que tiver direito podendo em qualquer dos casos, transigir, fazer acordos, receber as indenizações, dar quitação e restabelecer.”<sup>513</sup>

### Os números das depredações

Procurando mapear os estabelecimentos comerciais que foram saqueados e depredados em 1942, buscou-se o censo realizado no ano de 1940.

<sup>511</sup> Entrevista com Hildegard Schwarke. Já citada.

<sup>512</sup> Entrevista com Vera Diefenthaler. Já citada.

<sup>513</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Tabelionato do município de Santa Maria, procurações do 3º Tabelionato, 1941-1944, livro 7, página 36.

Em 1940, a população total do município de Santa Maria era de 75.597. Deste total, 37.447 eram homens e 38.150, mulheres. Os brasileiros natos representavam 97,64% da população total (73.820), enquanto os brasileiros naturalizados e estrangeiros somavam pouco mais de 2% (1.775 pessoas), conforme dados já apresentados no capítulo 3.

O IBGE mostra que Santa Maria apresentava, em termos industriais, 129 empresas e 144 estabelecimentos, ocupando 1.370 pessoas, conforme Tabela 2. Já no ramo varejista, eram 459 estabelecimentos comerciais, ocupando 1.060 trabalhadores e 289 viajantes, caixeiros e vendedores. Quanto ao comércio atacadista, o IBGE mostrou que havia 35 estabelecimentos, 119 funcionários e 7 caixeiros-viajantes.<sup>514</sup>

### Tabela nº 2

Características gerais de organização e movimento de empresas e estabelecimentos industriais, segundo os municípios. Santa Maria.

| Município    | Empresas | Estabelecimentos | Capital realizado (Cr\$1000) | Capital aplicado (Cr\$1000) | Pessoal ocupado |
|--------------|----------|------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| Porto Alegre | 627      | 675              | 185 908                      | 345 385                     | 20 698          |
| Santa Maria  | 129      | 144              | 11 190                       | 15 471                      | 1 370           |

Fonte: FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul de 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

È difícil afirmar com precisão o número de estabelecimentos comerciais atingidos em 18 de agosto. Os depoimentos a respeito dos episódios ocorridos em agosto de 1942 são poucos, alguns depoentes exigiram o anonimato e outros se negaram a falar sobre o acontecido o que dificultou a análise de dados a respeito. Levantaram-se quarenta e um pequenos negócios que foram depredados e saqueados. Destes, houve casos de estabelecimentos que trocaram de nome após o 18 de agosto de 1942 e que vincularam notas em jornais, o que nos levou a conclusão que possivelmente também sofreram algum tipo de represália.

<sup>514</sup> Cf. Fonte: FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul de 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.



As ruas mais afetadas foram a av. Rio Branco com nove empresas, seguida da Dr. Bozano com 7 e Sete de Setembro com quatro. O ramo de produtos que liderava a lista de saques e depredações foi os armazéns seguido da rede hoteleira e fábrica de doces e bebidas corroborando com os depoimentos que afirmam que o que não se poderia estragar era carregado.

O comércio varejista de Santa Maria perfazia, em 1940, o montante de 459 estabelecimentos comerciais que, somados aos industriais (273), totalizam 732 casas comerciais. Deste número, apenas 5,60% do comércio foi atingido durante as manifestações de 18 de agosto de 1942. Desta forma, vê-se que, apesar de a memória popular ter muito forte o episódio como algo de grande intensidade, na verdade, numericamente, não foi. Os saques e depredações ocorreram sim, mas em números ínfimos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santa Maria da Boca do Monte teve suas origens remotas na redução jesuíta espanhola de São Cosme e São Damião, estabelecida, em 1634, pelo padre Adriano Formoso. Em 1797, cerca de duzentos militares e acompanhantes da Guarda Portuguesa do Passo dos Ferreiros formaram oficialmente o acampamento de Santa Maria, onde hoje se encontra a rua do Acampamento - região central da cidade. Aos poucos, novas ruas e construções foram surgindo, e a localidade, crescendo.

A partir de 1789, as regiões da atual cidade de Santa Maria começaram a ser concedidas em sesmarias. Além da pecuária, a localidade apresentava “unidades produtivas mistas”, ou seja, estâncias que se dedicavam tanto à criação de gado nos campos, quanto às lavouras de alimentos nas zonas florestais. Não raro, os nativos missioneiros e, posteriormente, os afro-descendentes escravizados eram utilizados nas tarefas domésticas, nas roças, na pecuária e alguns nos serviços urbanos.

A partir de 1801, os missioneiros estabeleceram-se onde hoje se encontra o hospital de Caridade, no centro da cidade de Santa Maria. Eles se fixaram também às margens dos rios Ibicuí, Vacacaí e Jacuí. As principais atividades exercidas pelos missioneiros foram à criação de gado e a agricultura, sendo que, em Santa Maria, também tiveram participação no comércio, como empregados.

A partir de 1830, chegaram os imigrantes alemães, implantando práticas de comércio modernas, contando com maior variedade de produtos. Criou-se uma liderança germânica no comércio e na indústria que perdurou até quase o fim do século 19. O comércio chegou a ser considerado como um “milagre germânico”.

No final do século 19 e início do século 20, levas de colonos-camponeses italianos e russos-alemães estabeleceram-se na região, na área serrana, em Val de Buia – atual Silveira Martins –, uma vez que os campos encontravam-se quase totalmente ocupados. Aos poucos, os imigrantes italianos e seus descendentes desceram da área serrana em direção a Santa Maria, para comercialização de seus produtos, diminuindo a predominância do comércio *alemão*. Colonos também vendiam seus produtos nas localidades próximas, como Colônia (atual Camobi), Val de Serra e Arroio do Só. Dessa forma, consolidou-se o sucesso do capital comercial e industrial *étnico*, sob a hegemonia econômica e social de imigrantes alemães e italianos.

Aos poucos, as estradas foram sendo abertas para facilitar o tráfego de pessoas e o escoamento dos produtos. Em 1756, abriu-se a picada de São Martinho e, em 1881 foi feita a ligação com a localidade de Silveira Martins.

Em 1885, a ferrovia chegou a Santa Maria, impulsionando a *modernização* da cidade e determinando forte mudança econômica e social na região. Em posição privilegiada, no centro da Província, Santa Maria tornou-se o pólo comercial dos lugarejos vizinhos, entreposto das praças comerciais mais próximas. A ferrovia proporcionou o aparecimento de construções mais opulentas, novas ruas, calçamentos, aumento do comércio local, instalações sanitárias e melhoria na comunicação e nos transportes.

O início do século 20 marcou a chegada dos imigrantes sírio-libaneses, belgas e judeus em Santa Maria, que contribuíram para o crescimento social e econômico regional.

Sobretudo, o cenário social do município de Santa Maria formou-se com alguns grandes grupos étnicos, diferenciados por importante dinamismo e questões sociais; missioneiros e luso-brasileiros, ao sul e sudoeste; afro-descendentes livres e escravizados; russos-alemães (1877) e italianos (1877) ao nordeste e judeus (1903) ao norte. No que se refere a cidade de Santa Maria, os alemães estabeleceram-se, desde 1828; ao norte, os sírio-libaneses, desde 1894, ao sul e os belgas, em 1898-1903, igualmente ao norte.

Inicialmente, o coração comercial de Santa Maria era a rua do Acampamento. Mais tarde, com o crescimento da localidade, o centro de negócios deslocou-se para a

rua do Comércio (atual Dr. Bozano), ocupada em grande parte por alemães e seus descendentes.

Em termos políticos, percebe-se, na região central, uma lacuna referente a pesquisas sobre, principalmente, o fascismo e o integralismo em Santa Maria. Constataram-se focos integralistas em localidades circunvizinhas como Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Nova Palma; em Santa Maria houve alguns poucos casos assinalados pelo jornal *A Razão*.

Identificando-se, de forma geral, ao fascismo, o integralismo alcançou importante apoio no RS, sobretudo entre as classes médias – pequenos proprietários, funcionários, militares, etc. - com destaque para aqueles setores da comunidade de descendentes de italianos e alemães.

O PCB teve como berço o movimento operário no RS e encontrou grande eco na classe ferroviária santa-mariense. Os depoimentos mostraram que o Partido Comunista Brasileiro estava implantado em Santa Maria.

A partir de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, desenvolveu-se projeto voltado ao mercado interno e à industrialização nacional. Com a implantação do Estado Novo, em 1937, houve repressão do federalismo e do regionalismo. Vargas impulsionava a criação de uma nação forte, com industrialização voltada para o mercado interno, organizada, portanto, com uma única língua, uma única cultura.

Em 1938, a partir dos *decretos de nacionalização*, inicialmente referentes à área educacional, e posteriormente, abarcando a conduta de imigrantes e descendentes, as colônias começaram a serem vistas sob nova ótica. Os estrangeiros, sobretudo de nacionalidades dos países do Eixo, que viviam nos chamados “quistos étnicos” do sul do Brasil, foram objeto de atenção especial das autoridades.

As ações nacionalizadoras não foram sentidas da mesma forma nas diferentes regiões do RS, nem tão pouco foram uniformes no mundo urbano e rural.

Segundo dados do recenseamento realizado pelo IBGE em 1940, no Rio Grande do Sul, a população estrangeira de diferentes nacionalidades era de 90.710 pessoas, ou seja, 2,73% da população total do RS. Somando-se a população estrangeira aos naturalizados, tem-se um total de 3,29% da população total do RS na época. Os

estrangeiros [e naturalizados] formavam portanto uma pequena parcela da população sul-rio-grandense.

Aos olhos do governo estado-novista, o problema apresentado pelas colônias residia no fato de estarem agrupadas nas mesmas regiões com língua, cultura, associações e escolas próprias e não nacionais, constituindo os chamados “quistos étnicos”. Destaque-se que, quanto à língua – dialeto –, cerca de cinquenta e dois por cento dos alemães e descendentes e quarenta por cento dos italianos e descendentes não falavam o português, uma razão para que as ações nacionalizadoras estivessem voltadas principalmente para essas duas etnias.

As colônias rurais ítalo-brasileiras e teuto-brasileiras mantiveram fortemente algumas características culturais, como a língua. Em Santa Maria e região, funcionavam associações religiosas, culturais e esportivas italianas e alemãs. O jornal *A Razão* chegou a classificar Silveira Martins como “vila italiana encravada no brasileiríssimo município de Santa Maria” ou ainda, de “terra mussoliniana”.

Tudo indica que, na região de Santa Maria, as medidas nacionalizadoras não modificaram o cotidiano do lugar, principalmente na zona rural. Dois exemplos elucidam esta afirmativa: uma reportagem vinculada em *A Razão*, em 1942, mostra que, na localidade de Silveira Martins, falava-se comumente o dialeto, sem pejo, tanto em nível privado como em público, sem maior controle das autoridades e/ou punições a respeito.

O segundo exemplo é o caso da *Associazione Umberto I<sup>o</sup>*, de Silveira Martins que, em 1938, trocou o nome para Clube Silveira Martins. Suas atividades culturais, recreativas e de ajuda financeira aos associados – em grande maioria italianos e descendentes – permaneceram fundamentalmente intactas, não sofrendo alterações, comprovando, novamente, que a colônia sentiu marginalmente os reflexos do governo varguista.

Com a chegada da Segunda Guerra (1939-1945), não apenas no sul do Brasil, houve algumas prisões, perseguições, trocas de nomes de localidades e associações, fechamento de mutuais, saques e depredações de patrimônios, como o ocorrido em 18 de agosto de 1942.

Até onde podemos perceber, em Santa Maria, não se verificou um quadro repressivo intenso, como sugeriam inicialmente os depoimentos. Em 1942, o jornal *A Razão* publicou não mais que dez casos prisões, por motivos banais: dizer que era italiano sendo brasileiro; *injuriar* à bandeira nacional e falar em *italiano*. Mesmo as prisões mais significativas não tiveram comprovação documental. Casos de abusos foram isolados e irrelevantes. Segundo parece, o subprefeito ou subdelegado, sobretudo, como em outras regiões, utilizava-se da prerrogativa de ser autoridade para exercer alguma atitude mais arbitrária.

O período de prisão dependia do “delito”. Podemos ver que, na maioria dos casos, registrados, a pessoa era detida, averiguava-se a documentação, fazia-se fichamento, passados um ou dois dias, e era liberta. Também houve casos isolados na região, como o de Dona Francisca, onde a prisão foi de oito dias e ainda de mortes na cadeia, segundo parece.

O jornal *A Razão* era o órgão de imprensa que mais circulava em Santa Maria. Através dele, a comunidade acompanhava os principais acontecimentos da cidade, do país e do mundo, como a guerra. A coluna do jornalista Paulo Mendes era a responsável por artigos contrários ao *quinta-colunismo*.

A Segunda Guerra tornou-se mundial com a invasão da União Soviética pela Alemanha e com o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor no Havaí, em 7 de dezembro de 1941. Em janeiro de 1942, no encerramento da III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores Americanas, Osvaldo Aranha anunciou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Alemanha, Itália e Japão.

A partir de fevereiro de 1942, começaram a ser torpedeados navios brasileiros por submarinos do Eixo. Seguiu-se o afundamento do Cabedelo, Buarque e Olinda. Após, em março, registrou-se o afundamento do Cairu e Arabutã.

Em março de 1942, iniciaram-se os chamados “comícios de brasilidade” ou “caravanas de brasilidade” em Santa Maria e região, principalmente em Silveira Martins. Promovidos pelo *Ateneu Graça Aranha* e pela Ala Democrática da Mocidade, contando com irrestrito da classe ferroviária, uma vez que, segundo parece, os dirigentes destas instituições pertenciam ao PCB, anti-integralistas e anti-fascistas.

O intuito dos comícios era mostrar à população os males nacionais e internacionais do fascismo e do nazismo, prestigiando a política internacional do governo brasileiro e combatendo a infiltração do nipo-nazi-fascismo e integralismo.

No mês de maio, foi a vez do Parnaíba, Comandante Lira e Gonçalves Dias serem torpedeados. No mês seguinte, foram postos a pique o Alegrete e Pedrinhas. Em julho, registrou-se o afundamento do Tamandaré, Barbacena e Piave. O mês de agosto foi o mais violento, assinalado com sangue de muitos brasileiros. Foram afundados os navios brasileiros civis Baepende e o Araranguá, no dia 15 de agosto. No dia seguinte, foi torpedeado o Anibal Benévolo. No dia 17, foram torpedeados o Itagiba e o Arará. Finalmente, em 19 de agosto, foi torpedeado o navio Jacira.

Afundamentos de navios brasileiros por submarino alemão e as mais de seiscentas mortes ocasionaram consternação geral na população brasileira, resultando na declaração de guerra aos países do Eixo.

Em todo o Brasil, manifestações de revolta com depredações sucederam-se a fim de revidar a afronta ao Brasil.

Em Santa Maria, o comício de brasilidade, que estava marcado para o dia 22 de agosto, foi antecipado para dia 18. Às 16h daquele dia, mais de quinhentas pessoas tomaram o largo da Viação Férrea. Em passeata, subiram a av. Rio Branco, rumando para a praça Saldanha Marinho. A partir desse momento, ondas de depredações foram vistas até à tarde do dia seguinte nas principais ruas e bairros da cidade. Objetos retirados das casas de descendentes dos países do Eixo foram mergulhados no chafariz da Praça Saldanha Marinho. Armazéns, fábricas de bebidas, fábricas de balas e doces, hotéis e restaurantes foram invadidos, saqueados e destruídos pela população.

Após o acontecido, vêem-se nas páginas do *A Razão*, os anúncios “Ao povo de Santa Maria”. Percebe-se que a retórica é pouco modificada, não importando a empresa que foi atingida ou o jornal ao qual as notícias e “apedidos” foram vinculados. Nota-se que a oratória gira em torno do mesmo eixo – as empresas foram atingidas certamente por engano, que o povo justamente revoltado e indignado, devido aos brutais atentados sofridos pelos navios mercantes brasileiros, quebrou, depredou e saqueou as empresas. A firma se diz genuinamente brasileira com proprietários brasileiros natos e reservistas do exército nacional e conserva vivo o sentimento de brasilidade.

Algumas empresas, que foram atingidas no episódio de 18 de agosto de 1942, requereram indenização junto aos poderes públicos, mas não se sabe quantas obtiveram-no.

Os depoimentos sugerem que a classe ferroviária teve grande atuação na manifestação. Não fica clara a responsabilidade sobre as depredações. Entretanto, evidenciou-se o choque de projetos políticos. De um lado, representantes do PCB e do nacionalismo e, de outro, simpatizantes ou representantes do integralismo e nazi-fascismo, ou tidos como tal.

Tudo indica que as depredações tenham sido fomentadas igualmente pelo predomínio comercial *étnico*. Os descendentes de imigrantes alemães e italianos prosperaram economicamente, formando grande parcela do comércio de Santa Maria. Muitos deles eram simpatizantes do integralismo, nazismo e fascismo, outros não, o que explicaria que alguns estabelecimentos comerciais “estrangeiros” não terem sido depredados e saqueados. Os registros mencionam muito pouco o comércio *brasileiro* de Santa Maria. Quase sempre, faz-se um discurso apologético de que a prática comercial era resultado do sucesso advindo do trabalho imigrante.

Outra explicação para o episódio é a *questão étnica* - italianos e alemães *versus* “pêlos-duro”. Não se pode negar que esta discriminação aconteceu de ambas as partes. Porém, somente essa realidade não consegue abarcar a complexidade do episódio. A documentação sugere que houve uma hegemonia do comércio local por parte dos ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros em detrimento ao restante da população.

Mesmo com a dificuldade de se mapear quais e quantos estabelecimentos comerciais foram depredados em Santa Maria, chegou-se ao número de quarenta e um, de um universo total de 732 casas comerciais. Desta forma, o número levantado mostra que, apesar dos depoimentos sugerirem uma grande depredação, numericamente ela representou 5,60% das casas comerciais.

As ruas mais atingidas foram a av. Rio Branco, dr. Bozano e Sete de Setembro. O ramo de produtos que liderava a lista de saques e depredações foram os armazéns seguido da rede hoteleira e fábrica de doces e bebidas, ao que tudo indica pelo acesso aos produtos para o saque.



## CRONOLOGIA

1680- Fundação da Colônia do Sacramento pelos lusitanos.

1682- Fundação da colônia dos Sete Povos das Missões

1737- Fundação do presídio Jesus-Maria-José (Rio Grande).

1740-60- Chegada de casais lusitanos ao RS.

1750- Tratado de Madrid.

1753-6- Guerra Guaranítica.

1761- Tratado de El Pardo.

1777- Tratado de Santo Ildefonso.

1797- Chega ao Rincão de Santa Maria a 2ª Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites.

1801- Chegam ao Acampamento de Santa Maria índios missioneiros para ali se estabelecerem.

1812- A Capela do Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte foi elevada a Capela Curada.

1824- Chegada dos imigrantes alemães do RS.

1835-45- Revolução Farroupilha.

1837- 17 de novembro: Santa Maria da Boca do Monte é elevada à categoria de Freguesia.

1850- Abolição do tráfico transatlântico de africanos. Lei de Terras.

1851- Primeira Lei Provincial a regulamentar a colonização.

1857 – 16 de dezembro- a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte foi elevada a categoria de Vila.

1858- 17 de maio- instalação do município de Santa Maria.

1866- 8 de abril: Fundada a Comunidade Evangélica Alemã de Santa Maria.

18 de novembro: Fundada a sociedade alemã “Deutscher Hilfsverein”.

1870- Conclusão da Unificação Italiana.

Outubro: iniciada a construção da igreja luterana alemã de Santa Maria.

1873- 14 de dezembro: inaugurada a igreja luterana alemã de Santa Maria.

1876- 06 de abril- A Lei provincial nº 1013 eleva Santa Maria da Boca do Monte a categoria de cidade.

03 de maio- inaugurada a linha telegráfica entre Porto Alegre e Santa Maria.

1875- Chegada dos primeiros imigrantes italianos, estabelecimento nas colônias Caxias, Dona Isabel, Cond'Eu.

- 1877- chegada de famílias italianas a Colônia Silveira Martins.
- 1880- Fevereiro: começam os trabalhos para a construção da estrada ligando Santa Maria a Silveira Martins.
- 1881- Junho: Assume a direção da Colônia de Silveira Martins o engenheiro José Manuel de Siqueira Campos promovendo a emancipação da Colônia.  
Setembro: primeira iluminação pública de Santa Maria com lampiões e querosene.
- 1882- 19 de agosto: emancipação da Colônia de Silveira Martins.  
Dezembro: concluída estrada de rodagem de Santa Maria a Silveira Martins.
- 1883- Fundação de novas colônias na região central do RS: Geringonça, Núcleo Norte, Arroio Grande, Nova Palma e Dona Francisca.
- 1885- 13 de outubro- inaugurado o trecho ferroviário Cachoeira do Sul- Santa Maria
- 1888- 13 de maio:abolição da escravatura no Brasil.  
Maio: extinta oficialmente a ex-Colônia Silveira Martins. Seu território foi repartido entre Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Martinho.  
Dezembro: chegada dos primeiros libaneses a Santa Maria.
- 1890- 23 de dezembro: inaugurado o trecho ferroviário Santa Maria-Cacequi.
- 1894- 20 de novembro: inaugurado o trecho ferroviário Santa Maria-Cruz Alta.
- 1896- 01 de abril: fundação da Societá Italiana di Mutuo Soccorso e Recreativa.
- 1897- Chegada da eletricidade a Santa Maria. Inaugurada a iluminação pública.
- 1901- Fevereiro: chegada do telefone a Santa Maria

1904- Chegada dos judeus e instalação da Colônia Philipson.

1913- Setembro: Fundada a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV)

Outubro- Fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação  
Férrea

1914-1918- 1ª Guerra Mundial.

1917- Outubro: Greve dos Ferroviários

1919- Nascimento do movimento fascista na Itália.

1922-24- Consolidação do fascismo.

1922- Criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Semana de Arte Moderna

1925- Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul

1929- Quebra da Bolsa de Nova Iorque.

1930- 24 de outubro: Vargas toma o poder através da Revolução de 30.

1932- 7 de outubro: Criação da Ação Integralista Brasileira (AIB).

1935- 30 de março: fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Intentona Comunista

1937- 29 de setembro: Plano Choer

10 de novembro: golpe do Estado Novo.

1938- 8 de abril- decreto de nacionalização do ensino.

1939-1945- 2ª Guerra Mundial

1942- 22 de janeiro- Conferência Pan-Americana no RJ

28 de janeiro- rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com Itália, Alemanha e Japão.

18 de agosto- saque e quebra-quebra a estabelecimentos de italianos, alemães e seus descendentes em Santa Maria.

1945- deposição de Vargas

1954- 24 de agosto: Vargas se suicida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *et al. Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ABREU, Luciano Arone de. *O Rio Grande estadonovista: interventores e interventorias*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

AGOSTINI, Lenir. A política varguista e peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/ Brasil e Santa Fé/Argentina). PPG História, Mestrado de Integração Latino Americana/ UFSM, 2003.

*Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria*. Porto Alegre: Metrópole, 1958.

AMARAL, Anselmo F. *Os campos neutrais*. Porto Alegre: 1973.

ALBERTI, Verena. *História Oral a experiência do CPDOOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In.: SILVA, Marcos A. (coord). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 12-13.

BARROSO, Alfredo. *Getúlio Vargas Para Crianças*. Rio de Janeiro: Grande Consorcio Suplementos Nacionais. (s/d).

BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797/1933*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2000. 3ª ed.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Canoas: La Salle. 1979, 2ª ed.

BELTRÃO, Romeu. Síntese histórica de Santa Maria. Álbum ilustrativo comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria. Porto Alegre: Metrópole, 1958. p.17-194.

BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini*. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945. São Paulo: Annablume, 1999.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no Pós-Guerra a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência a polícia da era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: Edusc, 1999.

CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. A situação do italiano como estrangeiro durante a Segunda Guerra Mundial. In: DALMOLIN, Cátia (Org). *Mordaça Verde e Amarela*. Imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

CINQUANTENÁRIO della colonizzazione italiana del Rio Grande del Sud. 1975-1925. *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1925.

COHEN, Vera Regina de Aquino. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrand (org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo: In: DE BONI, Luis (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1987. v.1, p.363- 382.

COLBACCHINI, Pietro. *Guida Spirituale per l'emigrato italiano nella america*. Milão: Oficien Tip. Bertarelli, 1896.

CORTEZE, Dilse Piccin, *Ulisses va in América*. História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Tempo de guerra e narrativa: italianos no Rio Grande do Sul. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 5, nº 1, 2004. p.146-166.

COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos*. História da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998.

COSTA, Geraldino da. *A Imigração Judaica em Santa Maria*: Santa Maria: UFSM, 1992.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, 2000.

DACANAL, José Hildebrando (org). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DALMOLIN, Cátia. A Política Nacionalista do Estado Novo em Santa Maria e na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Trabalho Final de Graduação. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2001.



DALMOLIN, Cátia. A política nacionalista do Estado Novo e a comunidade ítalo-brasileira através do Jornal A Razão. Trabalho Final de Especialização. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano 2002.

DALMOLIN, Cátia. Mordaça verde-e-amarela: o Estado Novo e os ítalo-brasileiros na região central do Rio Grande do sul. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 5, nº 1, 2004. p 84-97.

DALMOLIN, Cátia. Caravana de Brasilidade: O quebra-quebra em Santa Maria em agosto de 1942. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, vol. 6, 2005. p.9-19.

DALMOLIN, Cátia. (Org). *Mordaça Verde e Amarela*. Imigrantes e descendentes no Estado novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

DARONCO, Marilice Amábile Pedrolo. *Os esconderijos da memória: resgate da história de Werner Sieg através de um vídeo-documentário com uso das técnicas do livro-reportagem*. Trabalho Final de Graduação. Santa Maria: UFSM, 2003.

DE BONI, Luis (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. vol II.

DE BONI, Luis (org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. vol III.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Tempos de Incerteza a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST,1995.

DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

DULLES, John. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora UFPEL, 2002.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Criadores de gado em Santa Maria (RS, 1850-1890). In: *Anais da 1ª Jornada de História Regional Comparada: Brasil, Argentina e Uruguai*. Porto Alegre: FEE, 2000. (em Cd-room).

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1999.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Univali e UFSC, 2005.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul de 1940*. Estrangeiros, por sexo e grupos de idades, segundo as principais nacionalidades. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil meridional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da viação férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria (1898-1957). Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

GERTZ, René. Estado Novo: ditadura: autoritarismo ou totalitarismo?. In: Seminário Internacional da vida para história. O legado de Getúlio Vargas, 2004, Porto Alegre. Painel 6: Estado Novo: Ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? (sem publicação)

GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio*. O Fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrand (org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto.1996, p.47-66.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e Homens*. Colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: Educs, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 2ª ed.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria -1844-1882). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005.

HILTON, Stanley. *A Guerra secreta de Hitler no Brasil*. A espionagem alemã e contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IRSCHLINGER, Fausto. *Perigo Verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

JUNGBECK, Benhur. *Perigo Eminente: a Segunda Guerra na leitura da imprensa Passofundense*. Dissertação de Mestrado em História. Passo Fundo: PPGH, 2005.

KERN, Arno. *Missões : uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o RS, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 2004.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al.* *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

*La cooperazione degli italiani al progresso civile ed econômico del Rio Grande del Sul 1875-1925*.

LAMANA, Ariadne. *Memória Cidadã Vila Belga*. Porto Alegre: Centro de História Oral, 2002.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização-os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrand (Org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.9-46.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. A. Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCA, Tania Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas de São Paulo. In: BONI, Luis D. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Angelli, 1990, v.2, p.383-400.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre:UFRGS,1999.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra*. A colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ACIRS, Passo Fundo: UPF. 2000.

MAESTRI, Mário. *A ocupação do território: Da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista*. Passo Fundo: UPF, 2006.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

MAESTRI, Mário. A Escravidão e a gênese do Estado Nacional Brasileiro. *Além do apenas moderno*. Brasil séculos XIX e XX. Recife: Massangana, 2001. v.1. p.49 – 77.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio. *Santa Maria Relatos e Impressões de Viagem*. Santa Maria: Editora UFSM, 1997.

MARIN, Joel Orlando. O Integralismo na Ex- Colônia Italiana de Silveira Martins. In: MARIN, Jérri (org). *Quarta Colônia Novos Olhares*. Porto Alegre: EST. 1999. p.110- 117.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

MELLO JUNIOR, Hέλvio José. Sede da Associação Italiana de Santa Maria: estudo de caso sobre a validade da preservação de edificações descaracterizadas. Monografia de especialização. Santa Maria: UFSM, 2005.

MIORANZA, Ciro. O futuro dos dialetos italianos. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. vol.II. p. 595-601.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A colônia do Sacramento*. 1680-1777. Porto Alegre: Globo, 1937.

MORALES, Neida Regina Ceccim. Imigração e memória: histórias de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2004.

NUNES, Nádya Silvana. Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo. Trabalho Final de Graduação. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

PADOIN, Maria Medianeira. O Imigrante Italiano da Quarta Colônia Imperial de Imigração do RS e o Estado Novo. Porto Alegre: PPG História/ UFRGS, 1997.

PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana*. Caxias do Sul: Maneco, 2005.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Bom Tempo, 1999.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas Diário*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1995

PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1999.

PETRY, Andrea Helena. As características étnicas toleradas durante o Estado Novo. In: VII Encontro Estadual de História-ANPUH/RS- História, Memória e Testemunho, *Anais do Encontro Estadual de História*, 7, 2004, Pelotas (em cd-room).

PETRONE, Pasquale. 1990. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luis de. (org) *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST. v.2. p.603- 626.

PIGNATÁRIO, Diego Isaias. *Casas Eny: uma empresa familiar em Santa Maria*. Dissertação de mestrado. Passo Fundo: UPF, 2005.

POSSAMAI, Paulo. *“Dall’Italia siamo partiti”*. A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. São Paulo. Brasiliense. 1991, 3ª ed.

PRESTES, Anita. *Uma epopéia brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil*. A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

RADIN, José Carlos. (org). *Cultura e identidade italiana no Brasil algumas abordagens*. Joaçaba: Unoesc, 2005.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-concentuais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Ediupf, v.1, n.1, p.15-22, p.19.

RIGHI, José Vicente *et al.* *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

RIOS, Angélica de Medeiros. Ser ou não ser italiano: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. A estética estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro. Dissertação de mestrado. São Paulo: UEC, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. O desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* 1984. A Constituição da Nacionalidade. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP. p. 141- 169.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930- 1942. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra*. São Paulo: Manole, 2003. 3 ed.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF/ Porto Alegre: EST, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra. 1982, 7ª ed.

SOIBELMANN, Guilherme. *Memórias de Philippon*. São Paulo: Bisordi, 1984.

SPENTHOF, Odair. Nacionalização, resistência e adaptação: alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2002.

SPONCHIADO, Breno. *Imigração e 4ª Colônia Nova Palma & Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996.

TEDESCO, João Carlos. Imigração italiana, colonização e ocupação da terra no Brasil uma análise segundo a teoria de Wakefield. *História debates e tendências Brasil-Itália Travessias*. Passo Fundo, UPF. V.5, n.1, julho 2004, p.62-83.

TOMAZETTI, Angelita. *Mudanças observadas na área urbana de Santa Maria/RS, sob a influência do traçado das linhas férreas para Porto Alegre e Cruz Alta*. Trabalho Final de Especialização. Santa Maria: UFSM, 2000.

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. Readaptação das famílias missioneiras migrantes: a rua da Aldeia. In: CHRISTENSEN, Teresa (coord). *Missões: A questão indígena*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997 (Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários).



TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1979, p.119-144.

TRINDADE, Héglio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III- O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1983. p.298-335.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 469. vol 2.

VIZENTINI, Paulo. *A Segunda Guerra Mundial 1931-1945*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

VIZENTINI, Paulo. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século. 1998.

WEIMER, GÜNTER. *A vida cultural e a arquitetura na república velha rio-grandense. 1889-1942*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

ZAMBOM, Antonio Lídio de Mattos. As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX. *Vydyá*, Santa Maria, ano 14, nº 24, jul/dez 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Tese de Doutorado. PP/Antropologia Cultural. São Paulo: USP, 2002

**FONTES DOCUMENTAIS:****Jornais**

As raças que preponderam na formação da população santamariense. *A Razão*, Santa Maria, 1 de janeiro de 1942, p.10.

Nasceu em Silveira Martins e afirmou na delegacia de polícia que era italiano. *A Razão*, Santa Maria, 29 de janeiro de 1942, p.7.

A democracia sempre viverá. *A Razão*, Santa Maria, 30 de janeiro de 1942, p.3.

Estabelecida a conduta que devem seguir os simpatizantes do eixo. *A Razão*, Santa Maria. 30 de janeiro de 1942, p.4

Vibrante demonstração de patriotismo o comício de ontem! *A Razão*, Santa Maria, 08 de março de 1942, p.3.

Amanhã a demonstração de brasilidade e americanismo em Silveira Martins. *A Razão*, Santa Maria, 14 de março de 1942, p.3.

Raras vezes Santa Maria terá vivido horas de tanta emoção cívica. *A Razão*, Santa Maria, 15 de março de 1942, p.7.

Silveira Martins recebeu de braços abertos os emissários da democracia. *A Razão*, Santa Maria, 17 de março de 1942, p.3.

É brasileiro e fez questão de dizer que não o é! *A Razão*, Santa Maria, 22 de abril de 1942, p.7.

Obra de patriotismo. *A Razão*, Santa Maria. 22 de abril de 1938, p.3.

Presos no interior do município, dois fanáticos do fascismo italiano. *A Razão*, Santa Maria, 30 de abril de 1942, p.7

Apreendidos vários livros em alemão e diversas fotografias de Hitler. *A Razão*, Santa Maria. 06 de maio de 1942. p.3.

Navio Tamandaré. *A Razão*, Santa Maria, 31 de julho de 1942, p.1.

Com o Brasil no coração, a mocidade e operário se irmanam para a mesma luta. *A Razão*, Santa Maria, 16 de agosto de 1942, p.7.

Ofendeu as autoridades policiais de Silveira Martins. *A Razão*. Santa Maria, 18 de agosto de 1942, p.7.

Afundamento de navios brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p. 2 .

Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário. *A Razão*, Santa Maria, 19 de agosto de 1942, p. 7.

Dente por dente, olho por olho. *A Razão*, Santa Maria, 19 de agosto de 1942, p.2

Declaração de Krahe & Cia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.4.

Confeitaria e Bar Balú. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.4.

Pianca Irmãos Ltda. *Correio do Povo*. 19 de agosto de 1942, p.5

Apelo aos sindicatos e aos trabalhadores em geral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de agosto de 1942, p.3

Presos, ontem, em Santa Maria diversos quinta-colunistas. *A Razão*, Santa Maria, 21 de agosto de 1942, p.7.

Num lance audacioso a 5ª-coluna pretendeu comprometer a classe operária. *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.3.

Esconderijo secreto na residência do Pastor Hoffmann! *A Razão*, Santa Maria. 22 de agosto de 1942, p.6.

Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 22 de agosto de 1942, p.3.

Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942, p.3.

Agradecimento. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942, p.2.

Declaração. *A Razão*, Santa Maria, 23 de agosto de 1942.

Ao povo de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 24 de agosto de 1942, p.2.

Toda a cidade mobilizada para a recepção ao sr. Getúlio Vargas. *Diário do Estado*. 21 de setembro de 1950, p.3.

Serão abolidos os nomes estrangeiros de todas as localidades brasileiras. *A Razão*, Santa Maria, 28 de outubro de 1943, p.7.

Aos meus patrícios. *A Razão*, Santa Maria, 07 de novembro de 1942.

Os problemas da colônia. Santa Maria, *A Razão*. 19 de dezembro de 1942, p.2

Doado o patrimônio da Sociedade Italiana de Santa Maria. *A Razão*, Santa Maria, 23 de abril de 1943. p.3.

## **Documentos**

Processo contra os empregados da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. SD/40-1722. Santa Maria, 08 de abril de 1942.

Ofício SD/ 48-1704. Santa Maria, 11 de abril de 1942. Arquivo da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea de Santa Maria.

STATUTO “*Dell’Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° fra gli operai italiani di*”  
Silveira Martins, 1916, p.1.

STATUTO “*Della Società Italiana Pátria e Soccorso Duca degli Abruzzi*” de São Marcos,  
1896, p.3.

ATAS “*Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I° fra gli operai italiani di*” Silveira  
Martins. 1917 - 1919

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Secretaria do Governo, FONOGRAMAS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondências governantes TELEGRAMAS.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Tabelionato do município de Santa Maria,  
procurações do 3º Tabelionato, 1941-1944, livro 7.

### **Entrevistas**

Abdo Achutti Mottecy. Santa Maria, 05 de novembro de 2004.

Alfredo Segabinazzi, Dona Francisca, 24 de abril de 1999

América Achutti, Santa Maria, 26 de outubro de 2004.

Ana Volcato Barchet, Dona Francisca, 15 de junho de 1998.

Benito Ceretta, Santa Maria, 1998.

Depoente A, Santa Maria, 4 de janeiro de 2000.

Depoente B, Santa Maria, 02 de julho de 2004

Depoente C, Santa Maria, 14 de junho de 2004.

Dorvalino Rubin, São João do Polêsine , junho de 2000.

Ernesto e Maria Schmidt, Santa Maria, 27 de agosto de 1996

Eusébio Roque Busanello, Faxinal do Soturno, 20 de maio de 1998.

Hildegard Schwarke, Santa Maria, 27 de agosto de 1998.

José Luiz Silveira, Santa Maria, em 06 de outubro de 1999.

José Brenner, Santa Maria, 04 de outubro de 2006.

Maria Iop Druzian, Santa Maria, 2004.

Moisés Oliveira, Santa Maria, 15 de setembro de 1998

Nelson Borin, Santa Maria, 9 de junho de 2004.

Vera Diefenthaler, Santa Maria, 15 de setembro de 1998.

Wilson Aita, Santa Maria, 02 de julho de 2004.

**Sítios na internet**

<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema> acessado em 14 de março de 2006.

<http://www.cpdoc.fgv.br>. Acessado em 18 de abril de 2006.

<http://katesmith.org/gba.html>. Acessado em 02 de maio de 2006.

<http://ingeb.org/songs/godbless.html>. Acessado em 02 de maio de 2006.

<http://www.clicrbs.com.br/jornais/dsm/jsp/printjornais.jsp?newsid...> Acessado em 01 de junho de 2004.

<http://wwwsegundaguerr.superforos.com/viewtopic.php?> Acessado em 20 de setembro de 2006

<http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em 20 de setembro de 2006.

<http://www.santamaria.rs.gov.br/>. Acessado em 20 de setembro de 2006.